



DIÁRIO



ANO XLVIII — Nº 72

República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

TERÇA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 74^a SESSÃO, EM 3 DE MAIO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nº 169 e 170/93 (nº 228 e 229/93, na origem), de agradecimento de comunicações.

— Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência.

— Nº 171, de 1993 (nº 232/93, na origem), referente à indicação do Sr. Renato Prado Guimarães, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai.

1.2.2 — Comunicação

— Do Senador Lourival Baptista, de ausência dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 3 e 15 de maio do corrente ano.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S/39, de 1993 (nº 1.013/93, na origem), do Governador do Estado de Sergipe, solicitando autorização para contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO — Defesa da antecipação da revisão constitucional.

SENADOR NEY MARANHÃO — Pontos principais do Plano de Ação do Governo Itamar Franco.

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN — Reflexões sobre o momento político brasileiro.

1.2.5 — Requerimento

— Nº 422, de 1993, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro da Fazenda, informações que menciona.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1993 (nº 965/91, na Casa de origem), que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1992 (nº 2.453/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a identificação criminal pelo processo datiloscópico, a coleta e a utilização de informações para conhecimento e controle da criminalidade no País e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1993 (nº 3.477/92, na Casa de origem), que autoriza a transformação de cargos vagos no âmbito das instituições federais de ensino, abrangidas pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1992 (nº 3/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária, e dá outras providências. **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, letra e, do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1993 (nº 3.632/93, na Casa de origem), que acrescenta parágrafos ao art. 27 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após parecer de plenário favorável, ficando a **votação adiada** por falta de **quorum**.

Ofício nº S/30, de 1993, através do qual o Governo do Estado de Santa Catarina solicita, autorização para repassar setenta e nove milhões e trezentos mil dólares à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CA-



EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
ILÉZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semanal Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

SAN, do montante autorizado pela Resolução nº 47, de 1992, do Senado Federal, no valor de duzentos e cinqüenta milhões de dólares norte americanos. Discussão encerrada, após parecer de plenário favorável nos termos do Projeto de Resolução nº 37/93 que oferece, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSAPHAT MARINHO — Homenagens póstumas ao ex-Primeiro Ministro francês, Pierre Bérégovoy e ao jurista brasileiro Miguel Seabra Fagundes.

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Situação caótica do setor elétrico no Estado de Rondônia. Apelo pela instalação das turbinas remanescentes da Usina Hidrelétrica de Samuel — RO.

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Relato da primeira semana de viagem da "Caravana da Cidadania" pelos sertões de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Razões para apresentação de requerimento de autoria de S. Exª solicitando informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Elizeu Rezende, sobre o Proex e Finex. Transcrição do artigo "Terra de ninguém", do Deputado Fábio Feldmann, publicado no jornal Folha de S. Paulo, de hoje, a respeito do assassinato do líder ambientalista Paulo César Vinha.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Deflagração pelo Presidente Itamar Franco do Programa Emergencial de Combate à Seca no Nordeste e a elaboração da "Agenda do Nordeste".

SENADOR ODÁCIR SOARES — Moção de aplauso da Câmara Municipal de Presidente Médici — RO, ao Presidente da República, Senhor Itamar Franco, em reconhecimento à sua decisão de recuperar a rodovia BR-364, no trecho Porto Velho-Vilhena — RO.

SENADOR JONAS PINHEIRO — Transcrição do artigo "Desemprego hoje afeta mais a classe média", baseado em pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho e publicado no Jornal do Brasil, edição de 2-5-93, revelando alarmante índice de desemprego no País.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a reaizar-se hoje, às 19 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designam.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 75^a SESSÃO, EM 3 DE MAIO DE 1993

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Requerimento

— Nº 423/93, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando que seja considerada como licença autorizada a sua ausência das sessões dos dias 11/1, 1, 3, 4, 5, 12, 15, 19, 25, 26/2; 1º, 3, 5, 8, 12, 19, 26/4 e 2, 5, 6, 7, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 26, 27, 28 e 29/3. **Aprovado.**

2.3 — ORDEM DO DIA

Requerimento nº 370, de 1993, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro de Estado da Fazenda, para prestar, perante o Plenário do Senado Federal, informações sobre o plano econômico divulgado pelo Governo no dia 24 de abril de 1993. **Aprovado.**

2.3.1 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Bello Parga, pronunciado na sessão de 13-4-93

4 — ATOS DO PRESIDENTE

Nº 17, 31 e 34/93 (Apostilas)

Nº 297 a 304/93

5 — ATAS DE COMISSÕES

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

**SUMÁRIO DA ATA DA 51^a SESSÃO,
REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 1993**

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário, feita no DCN-(Seção II), de 6-4-93, na página nº 3008, 2^a coluna, no item 1.3.2. — **Discursos após a Ordem do Dia**,

Onde se lê:

Senador Flaviano Beni Veras — ...

Leia-se:

Senador Beni Veras — ...

**SUMÁRIO DA ATA DA 52^a SESSÃO,
REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 1993**

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário, feita no DCN (Seção II), de 7-4-93, na página nº 3039, 1^a coluna, no item

1.2.6 — **Discursos do Expediente,**
Onde se lê:

Senador Magno Bacelar — ...

Leia-se:

Senador Magno Bacelar — ...

**SUMÁRIO DA ATA DA 58^a SESSÃO,
REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1993**

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário do DCN (Seção II), de 8 de abril de 1993, primeira coluna, na terceira linha do item 1.2.2 — **Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados**, na parte relativa aos Ofícios nº 106 e 107/93,

Onde se lê:

...28 e 240, de 1983;...

Leia-se:

...156, de 1982; 28 e 240, de 1983;...

Ata da 74^a Sessão, em 3 de maio de 1993

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Carlos Patrocínio

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo _ Álvaro Pacheco _ Amir Lando _ Bello Parga _ Carlos De'Carli _ Carlos Patrocínio _ Chagas Rodrigues _ Elcio Álvares _ Esperidião Amin _ Flaviano Melo _ Francisco Rollemburg _ João Rocha _ José Paulo Bisol _ Mansueto de Lavor _ Meira Filho _ Nabor Júnior _ Odacir Soares _ Pedro Teixeira _ Ronaldo Aragão _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE
MENSAGENS
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação:

Nº 169, de 1993 (nº 228/93, na origem), de 30 de abril último, referente à aprovação da matéria constante da Mensagem SM nº 65, de 1993; e

Nº 170, de 1993 (nº 229/93, na origem), de 30 de abril último, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens SM nº 49 a 55, de 1993.

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM N° 171, DE 1993
(Nº 232/93, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, submeto à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RENATO PRADO GUIMARÃES, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai, nos termos do § 1º do art. 56 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

Os méritos do Embaixador RENATO PRADO GUIMARÃES, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministro das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de abril de 1993. — Itamar Franco.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Embaixador RENATO PRADO GUIMARÃES
Colina/SP, 5 de abril de 1938. Filho de Mário Mazzei Guimarães e Hilda Prado Guimarães. Bacharel em Ciências

Jurídicas e Sociais, FD/USP. CPCCD, IRBr. Professor de Promoção de Exportações, Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. Professor dos Cursos de Comércio Exterior da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior. Professor, Curso de Treinamento para Encarregados de Promoção Comercial do Uruguai, Centro Internacional de Comércio, 1979.

Terceiro Secretário, 20 de janeiro de 1964.

Segundo Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966.

Primeiro Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973. Conselheiro, merecimento, 29 de novembro de 1976.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 12 de dezembro de 1979.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1986.

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, 1964/66.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1966.

Assistente do Chefe da Divisão de Programas para Promoção Comercial, 1973.

Encarregado da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1973/1976.

Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1976/1979.

Secretário Especial de Imprensa, 1985/1986.

Coordenador Executivo do Gabinete do Ministro de Estado, 1986/1987.

Chefe do Gabinete do Ministro de Estado, 1987/1988.

Bruxelas, Terceiro Secretário, 1966/1967.

Bruxelas, Segundo Secretário, 1967/1969.

Bogotá, Segundo Secretário, 1969/1973.

Bogotá, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1970/1973.

Nova Iorque, Cônsul-Geral-Adjunto e Chefe do Escritório Comercial, 1979/1983.

Nova Iorque, Encarregado, 1980 e 1981.

Washington, Ministro-Conselheiro, 1983/1985.

Washington, Encarregado de Negócios, 1983.

Caracas, Embaixador, 1988/1992.

XVII, XVIII e XIX Sessões do Comitê de Nomenclatura do Conselho de Cooperação Aduaneira, Bruxelas, 1966/1967 (observador).

XL, XLI, XLVI, XLIX Sessões do Comitê de Valores do Conselho de Cooperação Aduaneira, Bruxelas, 1966, 1968 e 1969 (observador).

XIX, XXX, LV, LVI, LIX a LXVI Sessões do Comitê Técnico Permanente do Conselho de Cooperação Aduaneira, Bruxelas, 1967/1969 (observador).

X Reunião Extraordinária da CECLA, Bogotá, 1971 (delegado).

IV Reunião do Grupo de Estudos sobre Bananas, FAO, 1971 (representante).

XIII Reunião da CECLA, 1972 (delegado).

Reunião de Peritos em Promoção de Exportação CECON-CIPE, 1972 (delegado).

Feira Internacional de Bogotá, 1972 (diretor do pavilhão brasileiro).

I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica, Bogotá, 1972 (assessor).

V Conferência Latino-Americana de Eletrificação Rural, 1973 (observador).

Conselho Diretor do Centro Interamericano de Comercialização, 1973 (representante do Governo brasileiro).

II Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, 1973 (coordenador).

Programa de ciclos de treinamento de especialistas em promoção Comercial, 1975/1979 (observador).

III, IV e V Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, 1975 e 1976 (diretor).

Seminário sobre Exportação de Serviços, MRE-FINEP, 1976 (coordenador).

Encontro Brasil-Paraguai de Cooperação em Promoção Comercial, 1977 (Coordenador).

Reunião Anual de Diretores Nacionais de Promoção de Exportações (CIPE), Guatemala, 1977 (representante).

Reunião de Chanceleres dos países centro-americanos e dos Grupos de contadora e Apoio, Panamá, 1986 (membro).

II Reunião Extraordinária e XVI Reunião de Chanceleres do Tratado da Bacia do Prata, Buenos Aires, 1986 (membro).

Visita Oficial à Arábia Saudita e ao Kuait, 1986 (membro).

Visita presidencial a Portugal e Cabo Verde, 1986 (membro).

Assembléia Especial de Assembléia Geral das Nações Unidas para a situação Crítica da África, Nova Iorque, 1986.

Reunião dos Grupos de Contadora e Apoio, Panamá, 1986.

Visita oficial ao Equador e à Colômbia, 1986 (membro).

Assembléia Geral da OEA, Guatemala, 1986 (membro).

Visita oficial a Angola, Zâmbia, Zimbábue, Nigéria e Camarões, 1986 (membro).

Encontro de Chanceleres dos Grupos de Contadora e Apoio, Rio, 1986.

Visita aos países centro-americanos dos Chanceleres de Contadora e Apoio, 1987.

III Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, Montevideu.

Reuniões de Contadora e Apoio e do Grupo dos Oito, Buenos Aires e Bariloche, 1987.

Visita oficial a Cuba, ao Peru e Egito, 1987 (membro).

Visita presidencial à Argentina e ao México, 1987 (membro).

Encontro do Grupo dos Oito, Campos do Jordão, 1987.

Encontro dos Grupos de Contadora e Apoio, Caracas, 1987.

Reunião Ministerial do SELA, Caracas, 1988.

Delegação à posse do Presidente do Suriname, 1988.

Visita oficial à Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega, 1988.

Visita oficial à República Popular da China, 1988.

Encontro de Altos Funcionários Preparatório da Reunião Ministerial do Grupo dos 77, Caracas, 1989 (chefe).

Reunião Ministerial do Grupo dos 77, Caracas, 1989 (membro).

Encontro sobre Cooperação CARICOM-América Latina, Caracas, 1990 (membro).

Encontro dos Presidentes do Brasil e da Venezuela, Vila Pacaraima/Santa Elena de Uairen, 1990 (membro).

Reunião do Grupo do Rio, a Nível de coordenadores, Caracas, 1990 (representantes).

XVI Conselho Latino-Americano do Sistema Econômico Latino-Americano — SELA. Caracas, 1990 (chefe).

Diálogo de Chanceleres da América Latina e do Caribe, Caracas, 1990 (representante).

Encontro do Grupo do Rio, Caracas, 1990 (membro).

Reunião de Seguimento do Encontro de vice-chanceleres Brasil-Venezuela sobre Cooperação na Área de Fronteira, Caracas, 1991 (chefe).

Ordem do Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito das Forças Armadas, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil (promoção).

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Brasil (promoção).

Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha do Pacificador, Brasil.

Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil.

Medalha de Honra da Inconfidência, Brasil.

Medalha Comemorativa Centenário Lauro Müller, Brasil.

Ordem Militar de Cristo, Grande Oficial, Portugal.

Ordem de Mayo, Grande Oficial, Argentina.

Ordem do Libertador, Gran Cordon, Venezuela.

Ordem Francisco de Miranda, Primeira Classe, Venezuela.

Ordem do Mérito, República Federal da Alemanha.

Ordem Nacional do Mérito, Comendador, França.

Ordem da Coroa, Oficial, Bélgica.

Ordem da Águia Azteca, Grã-Cruz, México.

Ordem do Infante Dom Henrique, Grã-Cruz, Portugal.

Ordem de Mayo ao Mérito, Grã-Cruz, Argentina (promoção).

O Embaixador RENATO PRADO GUIMARÃES se encontra nesta data no exercício de suas funções como Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela.

Gilda Maria Ramos Guimarães, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 30 de abril de 1993

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^o, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 3 e 15 de maio do corrente ano, para breve viagem ao estrangeiro.

Atenciosas saudações, — Senador Lourival Baptista.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A comunicação lida vai à publicação.

A Presidência recebeu, do Governo do Estado de Sergipe, o Ofício nº S/39, de 1993 (nº 1.013/93, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado

Federal, autorização para contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Passado o plebiscito, um tema que demandará nossa atenção é, sem dúvida, o da revisão constitucional. Sobre ele devemos nos debruçar com denodo, com dedicação e, acima de tudo, munidos de um elevado espírito público, pois trata-se de iniciativa de suma importância para os destinos do Brasil, fadada a moldar a nossa história nos próximos anos e a influir, de forma decisiva, nos destinos das gerações que nos sucederão.

Discute-se, no momento, a melhor época em que deve ocorrer essa revisão. Uns acreditam que deva se iniciar logo após o dia 5 de outubro; outros julgam que deva ser prorrogada para 1995, quando um novo Presidente da República e um novo Congresso estarão eleitos. Por fim, outros, dentre os quais me incluo, defendem a sua antecipação.

Se analisarmos atentamente o texto do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos artigos 2º e 3º, Sr. Presidente, verificaremos que o plebiscito e a revisão constitucional estão atrelados. Como se antecipou o plebiscito, automaticamente dever-se-ia antecipar a revisão, mormente agora, quando se verifica que a Constituição tem sido um entrave ao desenvolvimento do País e que ela contém distorções que precisam ser urgentemente revistas.

No tocante à área fiscal, por exemplo, seria necessário que as alterações fossem feitas ainda este ano, para que entrassem em vigor a partir do próximo. Caso a revisão se inicie em outubro, como muitos desejam, as votações em plenário só ocorreriam no próximo ano, o que retardaria para 1995 a vigência das modificações tributárias que seriam aprovadas.

Se isso vier a acontecer, teríamos, como corretamente apregoa a área econômica, mais um ano perdido em nossa economia, mais um ano de déficit nas contas governamentais.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou plenamente convencido de que a revisão constitucional deve ser antecipada.

Com a revisão antecipada, as votações em plenário ocorrerão, provavelmente, em setembro, outubro e novembro próximos, um ano antes das eleições presidenciais e para o Congresso Nacional. Com isso, seria mais fácil livrar o novo texto dos dispositivos corporativistas, de emendas demagógicas, com finalidades puramente eleitoreira, e dos radicalismos ideológicos, ansiosos por se afirmarem, principalmente no ardor das campanhas eleitorais. Se, porventura, a revisão constitucional for feita somente em 1995, o próximo Governo, ainda uma vez, será de transição. Com isso, teremos, no mínimo, mais seis anos perdidos, já incluindo nesse total o ano eleitoral de 1994. Será que o nosso País agüenta um imobilismo tão prolongado, sem se destroçar por inteiro?

Portanto, fazer-se imediatamente a revisão já será um indicativo de que poderemos ter a normalidade em 1994, de que teremos um governo que poderá funcionar sem as amarras inseridas no texto constitucional em vigor.

Vários quesitos precisarão merecer a atenção especial dos futuros revisores, como a redução do número de impostos e a criação de nova sistemática de arrecadação dos tributos; a transferência de encargos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de vez que a Constituição atual já lhes repassou as receitas; a revisão das medidas protecionistas que afastam os investimentos externos do País; a reforma eleitoral e partidária, de modo a se formar uma maioria parlamentar estável e a coibir a infidelidade partidária.

No âmbito específico de Brasília, será imprescindível equacionar e resolver a questão dos repasses financeiros da União, com a criação de um Fundo Fixo de Participação do Distrito Federal, conforme vêm defendendo todas as lideranças e correntes políticas locais.

Esses são apenas alguns exemplos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, daquilo que deve ser revisto em nossa Carta, para que não incorramos no mesmo erro de aprovar no texto constitucional dispositivos não avaliados e não analisados adequadamente e que, por isso, precisem ser revistos num futuro bem próximo. Julgo que o melhor caminho seja transformar os temas a serem alterados em objeto de estudo e análises em seminários ou simpósios promovidos, principalmente por associações, sindicatos, universidades e outras entidades de classe ou não, com a participação de juristas, de políticos e de especialistas em cada assunto. Sem dúvida, desses encontros sairão propostas importantes a serem avaliadas pelos parlamentares/revisores, de vez que terão por base principal aquele saber de experiência, solidificado no dia-a-dia de pessoas que vivem a realidade econômica, social e política do Brasil.

Nesse particular, Sr. Presidente e Srs. Senadores, registro o meu apoio aos empresários do Rio Grande do Sul, que encomendaram a juristas e profissionais de renome no País um esboço das alterações julgadas necessárias no atual texto constitucional, para que as estudassem e as encaminhassem ao Congresso no tempo certo.

Iniciativas como essas precisam proliferar mais e mais entre nós, pois são o reflexo da participação popular nos destinos do nosso País. É através delas que poderemos ter uma Constituição exequível, duradoura e mais comprometida com o futuro do Brasil e com os anseios de seu povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ocupo a tribuna do Senado Federal para uma abordagem panorâmica sobre o Plano do Governo Itamar Franco, divulgado no último final de semana, que fez reacender as esperanças dos brasileiros por melhores dias, especialmente das classes menos favorecidas.

Para tornar possível e viável o referido Plano do Governo, o Presidente Itamar Franco assinou 25 atos, 13 projetos de lei, 2 medidas provisórias, 5 decretos e 5 exposições de motivo.

Foram criadas três novas instituições: a Secretaria Nacional de Entorpecentes, o Conselho de Segurança Alimentar e a Agência Especial Brasileira.

No meu entendimento, os principais pontos do plano são os seguintes:

- 1 — Acabar com a fome e a miséria do povo brasileiro;
- 2 — Combate à sonegação;

3 — Combate aos oligopólios e cartéis, com a abertura da economia;

4 — Ampliação da desestatização — a privatização será acelerada;

5 — Investimentos na área produtiva, notadamente na agricultura, em habitação popular e nas estradas;

6 — Redução da dívida pública, através da amortização do principal com o dinheiro arrecadado com a privatização;

7 — Entrada de capital de risco estrangeiro.

Sem muitas evasivas, direi que esse é o primeiro de uma série de resultados positivos da vitória do Presidencialismo no plebiscito.

O Presidente Itamar Franco atendeu a voz das urnas e, empalmando de fato e de direito o comando do País, como chefe de Estado e de Governo, reuniu o Ministério e anunciou à Nação seu plano de ação governamental.

Os brasileiros se sentiram satisfeitos com o reencontro da vontade política com a soberania popular. Era o alívio do Presidente Itamar por ter cumprido o que o povo desejava. Foi o reencontro do Brasil com o Presidencialismo que, pela segunda vez, se viu consagrado pelas urnas.

Sinceramente, creio que o povo, o povoão humilde, com a sua sensibilidade, salvou o Governo e o País de graves e funestas consequências, votando no Presidencialismo.

Agora é a vez de o Congresso Nacional ter também sensibilidade e apoiar esse Plano, que contém um conjunto de medidas extremamente corajosas e positivas, que dão diretrizes para a solução da grave crise que o País atravessa.

É o momento em que a classe política deverá unir o País em torno do Presidente, dando-lhe sustentação parlamentar, adiando o debate sucessório e concentrando-se no aperfeiçoamento das medidas propostas.

Esse, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é o meu pensamento.

Feitas essas considerações preliminares, gostaria de enfatizar alguns aspectos relevantes desse Plano, sem querer fazer quaisquer comparações com outros, visto que, na sua quase integralidade, se harmoniza perfeitamente com as ideias que defendo há muito tempo na tribuna do Senado Federal e fora dela.

Porém, antes de abordar todos os seus aspectos positivos, devo salientar que o Plano carece de uma abordagem regional mais forte, com a certeza no seu detalhamento será complementado, a fim de tranquilizar os sofridos nordestinos que já não suportam mais tanta fome e miséria.

Por isso, pretendo mobilizar os companheiros do Nordeste para não perdermos, mais um vez, o bonde da história e ficarmos relegados ao subdesenvolvimento.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Senado Federal é testemunha da minha luta contra os monopólios e os cartéis que dominam e infelicitam esta Nação. Todos os Srs. Senadores sabem do meu esforço para ver a economia brasileira forte e competitiva. Quem não sabe do meu trabalho para atrair capitais estrangeiros para ajudar o Brasil no seu processo de desenvolvimento? Quem não sabe da minha aproximação com os asiáticos para torná-los nossos parceiros comerciais? Quem não se lembra da minha frase de efeito sobre sonegação fiscal? Frase que foi bem compreendida pelo Senado Federal, quando afirmei que todo mundo neste País sonegava, inclusive este Senador da República. Eu queria com isso chamar a atenção da opinião pública para esse problema que corriu as finanças pública, pois, no particular, jamais tive qualquer problema com o Fisco.

Vejo que minhas palavras surtiram resultados positivos. Hoje, o Governo Itamar coloca o combate à sonegação como uma de suas prioridades, juntamente com aqueles outros pontos defendidos por mim, ao longo de minha vida pública.

Por conseguinte, no seu todo, o Plano divulgado é merecedor de todo o meu apoio.

Não obstante, gostaria de adicionar que a fome nordestina só acabará se as seguintes medidas forem implementadas:

- 1 — Irrigação do Nordeste;
- 2 — Construção da Ferrovia Transnordestina;
- 3 — Término da construção do Porto de Suape;
- 4 — Aprovação de legislação que atraia capital estrangeiro, principalmente para investimentos na micro, média e pequena empresa.

No que diz respeito à irrigação do Nordeste, estou com uma emenda pronta que destina 30% dos recursos do IPMPF para isso.

Relativamente à construção da Ferrovia Transnordestina e do Porto de Suape, na última segunda-feira, na Assembléia Legislativa do meu Estado, foi criado um movimento apartidário para viabilizar tais empreendimentos.

Para os senhores terem uma idéia da importância dessa Ferrovia Transnordestina, conjugada com o Porto de Suape, quando da minha primeira viagem à região asiática, tive oportunidade de ver um estudo sobre esses dois complexos, totalmente computadorizado, que mostrava os incrementos de produtividade e o barateamento dos produtos alimentícios da região Nordeste, caso esses empreendimentos viessem a se concretizar. E se os asiáticos estudam a nossa realidade é porque eles têm interesse em investir em nossa região e comprar os nossos produtos.

Todos sabem que não adianta só produzir. Garantir o seu escoamento é tão importante quanto produzir.

Por isso, a Ferrovia Transnordestina e o Porto de Suape propiciarião o escoamento da produção nordestina, notadamente dos projetos de irrigação nas margens do rio São Francisco, tornando-a mais competitiva tanto nacional como internacionalmente.

A Ferrovia, tal como foi concebida, nos facilitará o escoamento das safras de uma vasta área do País que começa a conquistar mercados não apenas no País, mas no exterior.

Nesse particular, quero chamar a atenção para mais dois aspectos que considero fundamentais para a redenção da economia do Estado de Pernambuco e dos demais Estados do Nordeste. Trata-se da importância da escolha dos parceiros internacionais e dos investimentos estrangeiros em nossa região.

Relativamente aos parceiros internacionais, todos são sabedores que os asiáticos, tanto o continente como Formosa, além de terem recursos disponíveis, estão dispostos a investirem em projetos de nossa região, especialmente projetos de irrigação, desde que determinadas condições sejam satisfeitas.

Por isso, venho defendendo uma política de apreciação com os tigres asiáticos, que aportarão à nossa economia capital, tecnologia e comprarão os nossos produtos. Ao contrário do Mercosul, que poderá acarretar graves prejuízos à economia nordestina, a associação com os asiáticos poderá nos render grandes dividendos sociais e econômicos.

Se a Ferrovia Transnordestina e o Porto de Suape cumprem a função de colocar à disposição dos produtores um ágil meio de escoar a produção e evitar o desperdício de mais de 30% da safra, uma legislação moderna sobre capital

estrangeiro se faz necessária, a fim de que possamos contar com a poupança externa para ajudar-nos a tirar o País da miséria.

Sem capital, continuaremos no atoleiro.

Por isso, quero chamar a atenção dos presentes para esses problemas de vital importância para a nossa economia.

Assim sendo, nesta oportunidade, quero solicitar o apoio deste movimento suprapartidário, hoje criado, para também apoiar o Projeto de Lei de minha autoria, já aprovado pelo Senado Federal, que estabelece condições especiais para os investimentos estrangeiros em micro, pequenas e médias empresas. E agora só está faltando o pronunciamento da Câmara dos Deputados.

Portanto, conclamo a todos a se movimentarem para ajudar na aprovação do Projeto na Câmara, que criará milhões de empregos, desenvolverá a nossa região e o País, podendo, inclusive, ajudar na construção da Ferrovia Transnordestina.

Como todos sabem, a micro, a pequena e média empresa são responsáveis por mais de 85% do emprego do País.

Com a aprovação desse projeto, de um humilde Senador por Pernambuco, estaremos criando as condições necessárias e ideais para gerar riqueza e fartura para o nosso Nordeste.

Queremos explicitar o nosso apoio incondicional à Transnordestina, ao Complexo de Suape e aos investimentos estrangeiros nas micro, pequenas e médias empresas, em associações com empresários nacionais.

Só assim, criaremos um verdadeiro corredor de riquezas, com a intensificação das exportações nordestinas e importações de capital, tecnologia nacional e internacional.

É imperioso que o trecho da Ferrovia Transnordestina que liga Petrolina a Salgueiro seja imediatamente concluído.

Este meu posicionamento não é de agora. Já fiz muitos pronunciamentos na Câmara Alta do Parlamento Nacional, reclamando providências no sentido de liberação de verbas para esses dois importantes empreendimentos: a Transnordestina e o Porto de Suape.

Portanto, vamos abrir o Nordeste para o Brasil e para o mundo; o resto o nordestino dá conta.

Precisamos de transporte, de capital, de tecnologia e de emprego para solucionar os graves problemas que afigem a nossa gente.

Por isso tudo, Sr. Presidente, estou apoiando o Plano, esperando que o Governo se sensibilize com as colocações feitas por este humilde Senador por Pernambuco e determine o detalhamento que venha solucionar o problema do meu Estado e da Região Nordestina.

Antes de encerrar, comunico que voltarei ao assunto, enfocando cada medida isoladamente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejo, nesta oportunidade, trazer aos nossos ilustres Pares e, de certa forma, também à sociedade brasileira, algumas reflexões acerca do momento político que estamos vivendo. Uma série de notícias, pesquisas e informações nos dão conta da desesperança do povo brasileiro, da má situação da política e da classe política no ranking das preferências da opinião pública; enfim, esse conteúdo preocupante, do ponto de vista sociológico e político que, nos últimos dias, as notícias têm agudizado.

Referir-me-ei a alguns dos aspectos. Primeiro, a sucessão de pronunciamentos, condenando a precipitação da corrida sucessória ao Palácio do Planalto; segundo, o Plano Econômico, há pouco comentado pelo nobre Senador Ney Maranhão que, segundo a imprensa, vai caindo num verdadeiro vazio. Pouco mais de uma semana depois de seu anúncio, há em quase todos os órgãos de comunicação da Imprensa brasileira uma omissão ou tratamento muito secundário para esse tema; terceiro, quando se fala em pesquisa sobre a situação da classe política e dos políticos, os números reportados como o julgamento da sociedade brasileira são para lá de constrangedores. É quase que uma demonstração da unanimidade do desalento, da desaprovação, da desesperança em relação aos políticos e à política — o que é mais grave ainda —, quando se sabe que não há outra maneira de transformar a sociedade, senão através da vontade política. A vontade política precisa ter agentes, a chamada classe política, e um campo de trabalho que é a tal da política que tantos teimam em execrar.

A questão da diluição dos partidos políticos vai assumindo uma apreciação mais do que pejorativa: agressiva, quando a Imprensa noticia o reinício dos programas gratuitos de divulgação dos partidos, já neste mês, com um calendário que é sempre objeto de manifestação de repulsa de quem noticia, de quem dá a informação de que vai começar o roteiro dos partidos e também de parte do público, mal saído do horário gratuito do plebiscito.

Esses tópicos vão fermentando em toda a sociedade e, evidentemente, entre nós, também, um clima de desesperança quanto ao próprio caminho que o Brasil deve trilhar mediante a política, para construir um projeto que lhe dê o direito de conjurar as graves deficiências, principalmente no campo da justiça social, da recessão, da inflação, do desemprego, conjunto de tormentas que afligem a sociedade brasileira.

Em função disso tudo e também até pela circunstância de hoje presidir um partido político — Partido Progressista Reformador — desejo, em primeiro lugar, reiterar fé e credo. Estamos ultimando, junto à Justiça Eleitoral, o registro do nosso partido, o PPR, que decorre da fusão de duas siglas tradicionais da política brasileira, do pluripartidarismo em que vivemos desde 1981. Basta lembrar que o número do PDS é ainda o 11 e o do PDC o número 17, para ficar caracterizado que ambas as legendas fazem parte da primeira hora do atual pluripartidarismo brasileiro.

Os referidos partidos, por meio das suas Lideranças, dos seus convencionais, neste plenário do Senado Federal, há quase um mês, no dia 4 de abril, decidiram abrir mão de suas individualidades em favor de um testemunho de redução do número de siglas. E não é apenas para enaltecer o nosso exemplo, e sim, porque ele, na minha opinião, tem muito a ver com a incapacidade de a política brasileira firmar-se perante o eleitorado que destaco, ou seja, mais de quarenta legendas partidárias no Brasil.

Todos sabemos que essas siglas não traduzem individualmente uma corrente de opinião. Todos que temos a obrigação de legislar sabemos que, na maior parte das vezes, tais siglas servem para abrigar vaidades malferidas. Prestam-se a negócios, não apenas no horário gratuito que se inicia este ano, mas também no horário gratuito de televisão e rádio, à época da eleição. Não tendo correspondência com uma corrente de opinião pública, ou seja, não lhe interpretando um sentimento consolidado, essas siglas, na sua grande maioria, contribuem para criar este clima de desalento que, em síntese, quer dizer que para sair de um atoleiro um carro, uma família, uma pessoa, um país, é preciso, em primeiro lugar, ter vontade,

e ela ser consequente. Numa democracia, vontade política consequente exige partido político com um mínimo de coerência.

Quero, por isso, na minha primeira parte da reflexão, chamar a atenção de nossos Pares para a necessidade de darmos a nossa contribuição para que vontade política não seja antônimo de democracia; vontade política que deve emergir da vida partidária, da discussão, mas da decisão, tem que ser sinônimo, tem que ser possível na democracia. Esse, porém, não é o consenso diante do cenário que as mais de quarenta siglas partidárias de nosso País estão a oferecer à sociedade brasileira.

O Sr. Elcio Alvares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Ouço com prazer V. Ex^a

O Sr. Elcio Alvares — V. Ex^a falou bem. O seu pronunciamento se traduz numa reflexão que, a meu ver, deve atingir a todos nós que temos assento no Plenário deste Senado Federal. Sinto que a classe política está vivendo uma fase de realismo; realismo diante de um volume de críticas muito grande. E, pior ainda, estamos cometendo algumas práticas profundamente condenáveis. Até certo ponto — eu diria — desrespeitosas à inteligência mediana do povo brasileiro. V. Ex^a tem muita razão. Já vi um partido sem qualquer expressão no Congresso Nacional, ou na política brasileira, preparando-se para ocupar uma hora inteira de televisão, em cadeia nacional, durante o programa político, levando uma mensagem que, evidentemente, não traduz nenhum segmento da opinião pública brasileira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Permite-me V. Ex^a interromper o seu aparte?

O Sr. Elcio Alvares — Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Quase certamente um partido de pouca expressão — não quero me referir a este ou àquele — fará o que para obter alguma notoriedade ou notabilidade neste horário? Vai agredir a classe política. É quase certo que vai usar o seu horário para atacar — não sei se com ou sem razão — a classe ou a atividade política, contribuindo para aumentar fundada ou infundadamente o clima de desesperança. Devolvo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Elcio Alvares — Esse, talvez, seja um ponto muito importante a ser examinado. No momento em que as pesquisas de opinião pública, a maioria dos órgãos e os grandes comunicadores começam a agredir a classe política, é óbvio que, na eleição de 1994, a grande bandeira será daqueles que, não se dizendo políticos, vão exatamente investir contra as instituições democráticas e contra o estado de coisas reinante. Diga-se de passagem, quero deixar isso muito claro — não me compadeço de uma situação em que efetivamente estão existindo pecados sérios e graves. Há pouco, V. Ex^a fazia também uma crítica, aqui, em uma conversa pessoal, podendo ser inteiramente encaixada neste aparte: a de que não estamos dando velocidade, de forma alguma, às nossas atividades legislativas. A situação do Senado da República precisa ser refletida. Estamos vivendo uma fase de imobilismo. Os discursos e as sessões arrastam-se neste recinto. Diga-se de passagem, às segundas e às sextas-feiras, praticamente não temos nenhuma atividade pela própria mecânica da Casa. Infelizmente, os grandes temas, os grandes debates, não estão passando pelo Senado Federal. E o retrato está aí. O Governo Itamar Franco procurando fazer uma reforma que, até agora, tem de ser bastante explicada, sem qualquer tipo de repercussão

nesta Casa, à carência, à mángua de pronunciamento do Senado da República. Isso demonstra muito bem um certo isolamento desta Casa no debate dos grandes temas. Talvez, V. Ex^a tenha razão, no momento em que se refere a um ponto tão importante. Essa plethora imensa de partidos políticos, alguns — todos sabemos, já participamos de vários — são siglas de alugueis que, agora, com essa mecânica de comunicação, cada vez mais, serve para exorcizar a classe política. Quando alguém vê na televisão um "presidente de um partido" não está querendo saber qual é aquela expressão partidária que está sendo representada ali; sabe que é um político falando. Portanto, temos responsabilidades graves. O Congresso brasileiro não pode ficar, de maneira alguma, inteiramente inerme em face dessas críticas. Temos responsáveis pelas nossas Casas. Tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal têm obrigação, a meu ver, de refutar com dignidade qualquer tipo de crítica. Evidentemente, se a crítica tiver uma base concreta, temos de tomar a iniciativa para não permitir que o dano que está sendo causado a esta Casa, por algum elemento desinformado da importância do Congresso, prospere. Essa falta de ação, esse imobilismo, começa a me assustar. A continuar assim, não sei quais serão os rumos para 1994. Na verdade, o volume de críticas à classe política brasileira está traduzido na pesquisa de opinião pública. E eu credito grande parte do êxito da campanha presidencialista ao descredito que os políticos desfrutam atualmente. A corrente presidencialista vendeu a imagem de que o parlamentarismo representava uma espécie de domínio dos deputados sobre o sistema de governo. Isso foi passado para o povo, que deu uma expressiva votação favorável ao sistema presidencialista. Senador Esperidião Amin, penso que o pronunciamento de V. Ex^a é uma reflexão, e estou inteiramente de acordo com ele. Não podemos, de maneira alguma, "empurrar com a barriga" a reforma partidária. Os temas importantes de afirmação da classe política estão sendo inteiramente procrastinados. Ou assumimos a nossa verdade de trabalho, com Senado e Câmara se dispondo a fazer imediatamente uma revisão na nossa sistemática de trabalho legislativo, ou vamos passar por uma fase agudizada, como V. Ex^a mencionou há pouco, com algumas críticas tendo respaldo e com outras inteiramente infundadas, mas que vão ganhando curso no momento em que são repetidas nos diversos órgãos de comunicação. Neste instante, eu me solidarizo com V. Ex^a. Nós temos que dar exemplos de um trabalho efetivo. E uma das provindências que não pode faltar, neste instante, é a revisão do nosso sistema partidário. Continuar com essa gama infinita de partidos que aí está, sem qualquer expressão de opinião pública brasileira, representa um desserviço à democracia. E o Senado Federal não pode ficar desatento a este grave problema, sob pena de, amanhã, pagar e arrostar uma responsabilidade que, infelizmente, está sendo sombreada nesta Casa e não está permitindo um debate muito aberto, como deveria ser a manutenção de uma tese de tanta importância, com pronunciamentos que fossem construtivos em favor da democracia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Senador Elcio Alvares, eu recolho o aparte de V. Ex^a, que até foi interrompido por mim, como uma peça tão importante quanto a que eu gostaria de produzir para deixar lavrado, não apenas o gesto da manifestação da preocupação, mas também, um protesto contra a omissão, porque neste aparte de V. Ex^a eu recolho os elementos indispensáveis para articular a primeira idéia do que fazer no âmbito do nosso trabalho, do partido político, no Senado

Federal, junto às nossas bases, para derrubar, em parte, pelo menos, as causas deste desalento que, todos reconhecemos, grassa.

Eu entendo que, assim como o Governo tentou formular um programa mínimo, nós, no Congresso, e principalmente, no Senado, devemos estabelecer um programa mínimo. O que seria este programa mínimo? Seria o reconhecimento de que temos que ajudar com leis, para que a expressão "vontade política" seja tornada uma realidade possível. Para isto, lei partidária — como V. Ex^a aqui antecipou. Temos o Projeto de Lei nº 156, de 1992, aprovado pela Câmara, que dispõe sobre os partidos políticos e que já apresenta, a meu ver, alguns avanços em relação à situação atual.

O art. 13 desse projeto estabelece o mínimo de 5% dos votos para que um partido tenha funcionamento parlamentar. Já é um avanço. É o estabelecimento do bom senso depois do porre — é exatamente esta, no meu entender, a expressão que mais se compatibiliza com a nossa situação, depois de termos vivido um período de arbitrio, de bipartidarismo, de cerceamento da liberdade partidária.

O povo brasileiro e nós, políticos, estamos assistindo a um verdadeiro porre democrático e político-partidário. Isso resultou na criação de mais de 40 legendas. Não podemos impedir o surgimento de uma nova legenda, mas podemos restringir o seu funcionamento. Se o povo não lhe dá votos, essa legenda não tem aceitação. Se ela não tem aceitação, não está sendo cassada pelo arbitrio ou pelo autoritarismo. Está sendo cassada pela falta de votos, que é um instrumento democrático de cassação de políticos e de organizações partidárias. O político é cassado quando não se elege ou quando não se reelege. E o partido político que não consegue o mínimo de expressão na sociedade não pode se converter num instrumento de vaidade, de negócios de aluguel para imobilizar a vontade política. E sem vontade política — e é assim que eu ato a minha reflexão ao ponto seguinte — sem uma legislação partidária, sem um sistema eleitoral adequado, plano algum, não é só o plano Eliseu Resende ou o plano do Presidente Itamar Franco que não vai ter curso, plano algum vai ser sustentado além do seu impulso inicial. O que acontece em um país cujas condições legais, estabelecidas em lei, dificultam a vontade política? Acontece que há impulsos; vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, mas o impulso não é sustentado. Porque só a organização partidária coerente e consequente pode permitir que uma vontade política não seja reduzida ao seu impulso inicial. Todos os nossos problemas econômicos, sociais, todos as questões que martirizam o povo brasileiro e que não são resolvidas por falta de uma vontade política consistente, coerente e consequente, todos esses problemas permanecerão debochando de todos nós, infelicitando a nossa sociedade, o nosso povo cada vez mais sofrido e mais pobre, com mais fome, com mais desemprego, sem esperança e sem perspectiva, enquanto não tivermos um arcabouço político-partidário capaz de dar sustentação ao Governo e à oposição.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador Esperidião Amin, nesses meus mais de quarenta anos de vida pública, eu já testemunhei vários acontecimentos, desde a época de Getúlio Vargas até o impeachment do Presidente Collor. V. Ex^a, Senador Esperidião Amin, é um político que olha dentro dos olhos dos seus eleitores, sem baixar a vista. Pelo seu passado, pelo seu trabalho na vida pública — prefeito de Florianópolis,

governador de Santa Catarina — V. Ex^a fala com autoridade e experiência e, dentro do seu Partido, tem uma dimensão, no meu entender, muito elevada para ocupar qualquer cargo neste país. Este pronunciamento de V. Ex^a deveria estar sendo feito numa quarta-feira, com o plenário cheio para que o seu discurso tivesse um dimensionamento maior, em face da importância do assunto que V. Ex^a está abordando: o resultado das pesquisas sobre a imagem dos políticos diante das notícias, algumas de má-fé, de atos que alguns parlamentares possam ou não ter praticado. Infelizmente, a primeira impressão é a que fica. Um exemplo disso é o que traz a Revista *Veja* desta semana: "Vexame e desfile no Itamaraty: o perfurador de poços, Inocêncio, divide as atenções com Lilibeth (abaixo) e a jovem Paula Goldman". Trata-se do Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente da República, homem da classe política. Nós, que elaboramos a nova Constituição, somos culpados disso. Naquela época, dispúnhamos de cinco minutos no *Jornal da Constituinte*, em horário nobre, para que pudéssemos nos defender de prováveis ataques à nossa imagem. Nós, Senador Esperidião Amin, que temos a lei — e o Executivo tem tudo para se defender — abrimos mão dessa possibilidade. Por isso, hoje o Presidente da Câmara não tem condições de se defender. Na semana passada, dessa tribuna, apresentei toda a documentação — com 200 assinaturas — comprovando uma solicitação que fiz em benefício de uma coletividade, mas insinuaram que eu havia tomado essa atitude apenas para me beneficiar. Isso é a desmoralização da classe política. Precisamos tomar uma atitude rápida, Senador, pois somos culpados. Veja V. Ex^a que hoje, em plena segunda-feira, o Plenário do Senado está vazio. Na sexta-feira da semana passada, na Câmara dos Deputados, mostrou-se o Líder do PT discursando para uma Casa vazia. Isso tudo contribui para os golpistas, pois esta Casa aberta é o pulmão do povo, mas, fechada, é pior para todo mundo. É preciso uma vontade política em não aceitar esse patrulhamento. Todos os partidos são iguais perante a lei, mas temos que elaborar uma regra para que eles gozem desses benefícios, na televisão e em outros setores. Congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento desta tarde, lamentando a ausência dos parlamentares, pois a conscientização da grave crise por que passamos seria ainda maior. Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Senador Ney Maranhão, quero agradecer, em primeiro lugar, as palavras generosas que V. Ex^a externou a respeito deste seu Colega e amigo.

Gostaria de participar das suas preocupações. Realmente, esta maré — está havendo agora uma maré de fatos, de informações, de conclusões, algumas até precipitadas, a respeito de pontos sempre depreciativos — tem de ser, primeiro, analisada, sob o ponto de vista global, nacional e internacional. Porque, em países com democracia consolidada, esta crise moral e este processo de purgação estão acontecendo. Um exemplo maior é o da Itália, mas também na França, nos Estados Unidos, no Japão, enfim, nos países do chamado Primeiro Mundo, este processo de desgaste da autoridade política está ocorrendo.

Imagine, então, a procedência, a legitimidade desse processo num País que não conseguiu resolver os seus problemas essenciais de inflação, de desemprego, de fome e de recessão. Imagine o desgaste a ser atribuído a quem tem a missão de dar um rumo adequado para o que opõe o povo. Isso deve servir, ao menos, para a nossa compreensão.

Na busca de fazer algo para derrubar algumas dessas munições que estão sendo lançadas contra o processo político

como um todo, prossigo nesta reflexão para dizer que temos dois deveres essenciais. O primeiro é tomar decisões, que significa eleger prioridades e decidir — errando ou acertando é outra questão. Quem erra sempre pode esperar a indulgência e sempre pode ter a graça de consertar o que fez. Agora, a este que não decide não há como acudir, não há como socorrer, não há nenhuma graça a conceder, porque o povo não perdoa realmente.

Portanto, o nosso primeiro compromisso é estabelecer uma pauta de deliberações concernentes a esse conjunto de sofrimentos. O primeiro ponto dessa pauta, repito, é a questão da legislação partidária.

O segundo é a eleição de elementos do plano econômico do Governo que sejam vistos como indispensáveis para desatolar o carros. Temos um grande carro — nosso País — atolado, afundando, que precisa de algumas alavancas para sair dessa situação. E as alavancas já foram mencionadas pelo Governo: agricultura e construção civil.

Agricultura porque se trata da única atividade humana onde existe a possibilidade da multiplicação. Não existe no mundo país bem-sucedido que não tenha apoiado e até subsidiado a agricultura. E o subsídio que o Governo mencionou e que defendi desde que aprendi a utilizá-lo como Governador de Estado é hoje chamado equivalência preço-produto, ou, como nós o chamávamos em Santa Catarina, à época, em 1983, troca-troca; ou seja, o pagamento dos compromissos com base no valor do produto no momento da assunção da dívida. Chamava-se troca porque se tratava mesmo de escambo. É a volta do escambo, é a volta da moeda que não engana o agricultor no que diz respeito à sua contabilidade, ao invés de utilizar esses instrumentos de "bruxaria" que os economistas inventaram e desenvolveram ao longo desses anos.

O Sr. Ronaldo Aragão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Concederei o aparte ao Senador Ronaldo Aragão e, em seguida, ouvirei V. Ex^a

Esse ponto mencionado pelo Governo — apoio à construção civil e à agricultura — deve ser desdobrado em decisões do Congresso. E aí, vamos ter que compreender que alguns pontos constantes do orçamento de 1993 — caprichos e dotações dispersivas — têm que ser compensados para que o País perceba que a nossa atuação se faz com vistas a superar o problema que realmente aflige a nossa gente.

Ouço o Senador Ronaldo Aragão.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Esperidião Amin, ouço com atenção, desde o início, o pronunciamento que faz V. Ex^a, apresentado uma análise e uma reflexão sobre o atual conceito da classe política nacional. Devemos verificar a quem interessa transformar uma coisa diminuta num estrondo em nível nacional. Esta é a primeira pergunta: a quem interessa o desaparecimento da classe política? Entendo que são necessárias para o País as reformas partidária, eleitoral e tributária, que devem ser feitas com urgência. Recordo-me que o Senador Elcio Alvares, em seu aparte, disse que temos a nossa culpa. É verdade, temos que reconhecer a nossa culpa! Precisamos agilizar o processo legislativo, precisamos decidir imediatamente. Essa é a obrigação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. É com tristeza que digo a V. Ex^a que, dentro da própria classe, alguns políticos começam a criticar os companheiros, talvez para sobrepujarem-se sobre os outros ou para aparecerem na imprensa nacional como um "Sassá Mute-ma." Tenho muito medo dos salvadores da pátria. Tivemos

o exemplo daquele que se dizia não político, que tinha raiva de política e que, entretanto, trouxe resultados desastrosos para a Nação. Há também aqueles que se escondem, dizendo-se não políticos, mas almejam cargos políticos. No processo democrático, todo cidadão filiado a um partido político e, tendo condições para tanto, pode se candidatar. Aqueles que fazem críticas, dizendo que a classe política está desacreditada, deveriam se candidatar e resolver os problemas do País. É uma solução: coloquem seus nomes para apreciação da sociedade brasileira, mas sem denegrir a imagem da classe política através de críticas infundadas e às vezes irresponsáveis, visando galgar postos de outrem, como está muito em voga hoje no Brasil. Lí numa revista um artigo onde generais da reserva pediam a renúncia do Presidente da Câmara dos Deputados. Julgo um absurdo, num regime democrático, exigir a renúncia de alguém baseado em notícias às vezes infundadas, sem alicerce, simplesmente por divergências político-partidárias. É esta a situação que está aí: o que se transmite para a sociedade brasileira é que o político nada faz, é sempre o corrupto. Essa é a visão colhida nas pesquisas de opinião pública. Faço, então, esta indagação: será que interessa à Nação o fechamento das Casas Legislativas? A quem interessa?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Senador Ronaldo Aragão, permita-me introduzir ao seu aparte apenas um elemento adicional: que decisões temos que tomar este ano? Pelo menos uma grande decisão a partir de 5 de outubro: a revisão constitucional. A quem interessa um Congresso desmoralizado no momento dessa revisão? A quem não deseja decisão alguma e se interessa em deixar tudo, o mais possível, como está.

O Sr. Ronaldo Aragão — V. Ex^a está com a razão: a quem interessa tudo isso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Na época da Constituinte, foi dito que este Congresso, com mandato até 1º de janeiro de 1995, possuía essa atribuição.

O Sr. Meira Filho — Desculpem-me a intromissão intempestiva, mas entidades importantes de grande crédito no País dizem que este Congresso não tem moral nem condições para fazer a Revisão Constitucional. Isso é um crime que se faz à democracia brasileira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — É isso que deve ser aqui abordado. Quem deseja deixar tudo como está? Quem está "mamando" na situação que aí está; quem está se locupletando com a especulação, com a miséria; quem está faturando politicamente em cima do impasse; quem faz política pensando e agindo dentro da filosofia do "quanto pior, melhor."

A sua pergunta, Senador Ronaldo Aragão, vai ao cerne do problema: a quem interessa? Interessa a todos aqueles que querem o Congresso de cócoras, de joelhos, pálido diante da situação, incapaz de ter uma atitude positiva, afirmativa ou negativa, mas que represente presença.

O Sr. Elcio Álvares — Senador Esperidião Amin, gostaria de participar do aparte que faz o Senador Ronaldo Aragão ao seu pronunciamento pois o tema é apaixonante e importante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Pois não.

O Sr. Elcio Álvares — Creio que a grande pergunta foi feita: a quem interessa dar uma imagem de um Congresso fraco, combalido e sem autoridade moral, conforme foi dito por um líder nacional? Refuto inteiramente essa afirmativa. Esta Casa tem excelentes representantes, tem qualidades ne-

cessárias sob o ponto de vista intelectual, político e moral para examinar qualquer reforma constitucional. O grande problema desta campanha hoje — e o Senado da República e a Câmara dos Deputados não podem ficar omissos — é a questão da revisão constitucional. Temos que proclamar isso na fibra dos integrantes desta Casa, na dignidade de cada um e responder ao País que esta Casa, que foi eleita — e todos sabiam que iríamos participar da revisão constitucional —, tem realmente essa condição. De modo que a pergunta de V. Ex^a deve ser formulada por todos, principalmente por aqueles que fazem a crítica mais ácida em relação ao Congresso: a quem interessa desmoralizar o Congresso brasileiro? A grande resposta tenho a impressão de que o Senador Esperidião Amin, com a inteligência, o brilhantismo e a acuidade da sua percepção política de sempre, já ofereceu com clareza. Acho que o grande fulcro desse debate está exatamente no tema da revisão constitucional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Obrigado a V. Ex^a

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Esperidião Amin, sou daqueles que dizem que só erra quem procura fazer alguma coisa. Quem não faz nada não pode errar. Erra-se, procurando acertar. Reporto-me ao aparte do Senador Elcio Álvares para dizer que o Congresso Nacional deve se pôr de pé, refutando à altura todos esses ataques. É preciso que o Congresso Nacional agilize suas ações e faça a reforma que a sociedade brasileira está a exigir. Não podemos deixar sem resposta as acusações feitas unicamente com cunho político. Como sabemos — permitam-me a expressão —, há muitos "Sassás Mutemas" que querem aparecer. Agradeço a V. Ex^a, Senador Esperidião Amin, a consideração.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Agradeço ao nobre Senador Ronaldo Aragão e aos Senadores Meira Filho e Elcio Álvares a contribuição que trouxeram ao meu pronunciamento, dando a substância que faltaria, sem dúvida alguma, às minhas reflexões.

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Odacir Soares — Agradeço a V. Ex^a a oportunidade que me concede. Depois de ouvir os apartes dos Senadores Ronaldo Aragão, Elcio Álvares e Meira Filho, situei-melhor no discurso de V. Ex^a, que já havia se iniciado, a respeito da questão do subsídio à agricultura. A onda de ilegitimidade do atual Congresso Nacional no sentido de realizar a revisão constitucional é inteiramente absurda, até porque a própria Constituição vigente trata da questão e confere ao atual Congresso Nacional essa competência de realizá-la. Por outro lado, nobre Senador Esperidião Amin, há de se que convir que, nós do Congresso Nacional, de vez em quando, permitimos esse tipo de observação de certos setores da opinião pública do nosso País. Refiro-me, por exemplo, à questão da antecipação do plebiscito. Queiramos ou não, foi um ato de puro casuismo aquela pretensão de sua antecipação no sentido de que, no auge da crise política brasileira, a sociedade terminasse por admitir, como novo sistema de Governo, o parlamentarismo. Não sei qual a opinião de V. Ex^a sobre o que estou dizendo, mas o fato fundamental foi que antecipamos desnecessariamente o plebiscito, que teve a data da sua realização definida durante a Constituinte. Do mesmo modo que o Congresso Nacional antecipou a realização do plebiscito, e da mesma maneira que o Supremo Tribunal Federal considerou

ter o Congresso Nacional competência para fazê-lo, assim essas vozes que se levantam sobre a incapacidade moral, política, legal, constitucional do atual Congresso Nacional em realizar a revisão; subjetivamente, por trás dessas alegações, está também a hipótese de se adiar a revisão. Daqui há pouco aparecerá um parlamentar ou um grupo de parlamentares propondo o adiamento da revisão constitucional a qualquer pretexto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Já existe corrente de parlamentares querendo adiar a revisão constitucional para 1995.

O Sr. Odacir Soares — Veja V. Ex^a como tenho razão. Na realidade, existe uma campanha orquestrada — não é de hoje — contra o Poder Legislativo — todos sabemos —, mas temos que convir, também, que, de vez em quando, permitimos que isso aconteça, porque nos esquecemos do macro brasileiro e nos situamos no nosso macropartidário ou no macro de nossos interesses momentâneos. Para terminar, com relação à questão dos subsídios, gostaria de dizer a V. Ex^a que essa equalização entre o preço do produto e o financiamento ainda é um subsídio de país de Terceiro Mundo. Os países do Primeiro Mundo concedem subsídios reais à agricultura. A França não se tornou o maior país agrícola do mundo de graça. O Governo francês, efetivamente, subsidia a sua agricultura, conferindo aos seus agricultores, além da melhor tecnologia existente na Europa, altos subsídios financeiros de proteção total. No Brasil, brigamos para conferir ao agricultor uma espécie de equalização entre o financiamento e o preço do produto naquele momento da safra. V. Ex^a referiu-se, muito oportunamente, a uma espécie de troca-troca que, no final, zeraria a conta do financiamento que, em qualquer circunstância, seria prejudicial ao nosso agricultor. Agradeço o aparte e cumprimento V. Ex^a pelas observações pertinentes e oportunas que faz.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sou eu quem agradece, nobre Senador Odacir Soares, externando um agradecimento a todos aqueles que nos ouviram e contribuíram para construir esse pronunciamento.

Eu gostaria deixar aqui consignado dois pontos finais. Primeiro, quero dizer que já reconheci de público — e reconheço mais uma vez — que participei do equívoco da antecipação do plebiscito. Não adianta falar aqui que foi bem intencionado — participei de um equívoco. Votei pela antecipação, acreditando que o plebiscito realizado o mais longe possível da eleição seria o mais honesto, o mais lúmpido e o mais transparente. Por isso, reconheço o erro é o resultado. Sou parlamentarista ainda, mas reconheço o resultado e vou ajudar aqui, seja na revisão ou no processo legislativo, o presidencialismo, para que não só seja acatado; juntamente com a República, mas, acima de tudo, aprimorado e respeitado.

O segundo e último ponto é a respeito da revisão constitucional. O meu Partido, o PPR, já na primeira reunião de sua Executiva, no dia 15 de abril, elegeu como prioridade, juntamente com a luta pela legislação partidária moralizadora, a missão de apresentar propostas para a revisão constitucional da maneira mais racional possível. Deferimos, na segunda reunião da semana passada, à Fundação Milton Campos, que era a Entidade do PDS, hoje do sucessor PPR, a tarefa de estabelecer prioridades através de seminários, objetivando um congresso nacional, que realizaremos em agosto, provavelmente, sobre os seguintes temas: ordem econômica, com ênfase para todas aquelas providências capazes de permitir a gera-

ção de emprego, entre as quais, evidentemente, o apoio à agricultura; o ajuste fiscal, ou seja, o dimensionamento dos encargos da União — Estados, Municípios e Distrito Federal — de maneira consentânea com os seus recursos, ou seja, um balanceamento entre encargos e haveres, de maneira racional, para não agravar o déficit público que é o grande fazedor da inflação; e, finalmente, uma abordagem conclusiva da questão do financiamento do País, inclusive a sua Previdência. Já estabelecemos que não será prioridade para nosso Partido abordar outras questões, incluindo direitos individuais, políticos, sociais e de cidadania. Não queremos proibir que essas questões sejam discutidas, mas não apresentaremos, como Partido, propostas nesse sentido.

Finalmente, quero deixar aqui uma condenação, a propósito de tudo o que aqui ouvi de contribuição tão valiosa ao aprofundamento da reflexão que me propus fazer. É indispensável que, junto com a avaliação aqui sugerida em boa hora pelo Senador Ronaldo Aragão — e a quem interessa essa campanha de desmoralização —, também demos a nossa contribuição. Vamos fixar, permanentemente, uma pauta de discussão e deliberação que vá ao encontro do que é, hoje, ao grave quadro do sofrimento do nosso povo. Essa é a melhor maneira de superar a situação que produz esse mal-estar, mas que é, repito, fruto de um sentimento legítimo. O povo brasileiro tem o direito de esperar que aqueles que fazem política, que praticam essa arte, se assim pudermos dizer, ajam da melhor maneira possível, desenvolvendo atividades que têm como objetivo transformar a sociedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECE MAIS OS SRS. SENADORES:

Almir Gabriel _ Aureo Mello _ César Dias _ Dirceu Carneiro _ Eduardo Suplicy _ Garibaldi Alves Filho _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Hydekel Freitas _ Jarbas Passarinho _ João França _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Fogaça _ José Sarney _ Jutahy Magalhães _ Lavoisier Maia _ Magnó Bacelar _ Marco Maciel _ Mauro Benevides _ Ney Maranhão _ Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 422, DE 1993

Requeiro, nos termos dos artigos 9º a 50 da Constituição Federal, combinados com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestados pelo Senhor Ministro da Fazenda as seguintes informações relativas ao PROEX E FINEX:

1) A que Programa o PROEX sucedeu? Desde quando linhas de financiamento deste tipo existem e a que órgãos são subordinados? Como foi e é aprovado o orçamento anual detalhado deste programa e seus antecessores?

2) Nos últimos 10 anos quais foram os empréstimos e/ou financiamento concedidos pelo PROEX e seus antecessores? Detalhar o nome do tomador do empréstimo, o valor total, as condições de pagamento (prazo e encargos financeiros), a empresa exportadora de bens ou serviços beneficiária e ao bem ou serviço financiado?

3) Relacionar, de forma detalhada, as solicitações de empréstimos ou financiamentos, desde janeiro de 1990, que receberam parecer técnico negativo e/ou foram rejeitadas pelo órgão responsável pela concessão de operações? (A relação

deve, no mínimo, conter as instituições beneficiadas no país e no exterior, o produto objeto do empréstimo ou financiamento e o valor).

4) Enviar cópia da íntegra dos pareceres técnicos que embasaram a aprovação de empréstimos ou financiamentos destinados a realização de obras de construção civil e serviços de consultoria desde 1º de junho de 1991.

5) Quais são os critérios e parâmetros considerados pela Comissão de Financiamento à Exportação para aprovar a concessão de empréstimos com recursos do PROEX?

Em que medida tais critérios levam em conta a geração de renda em território brasileiro, através da contratação de trabalho nos mais diversos graus de qualificação e da venda de máquinas e equipamentos fabricados internamente?

6) Enviar cópia das atas de reunião da Comissão de Financiamento à Exportação realizada a partir de 1º de junho de 1991.

7) Dos financiamentos concedidos durante toda a existência do Finex e do PROEX, informar os que não estão cumprindo as condições contratuais originais relativas ao pagamento dos encargos de amortizações, informando e montando da dívida vencida e não paga e da dívida vincenda.

Justificação

O PROEX, bem como os programas destinados a empréstimos financeiros de bens e serviços ao exterior, tem como finalidade a geração de empregos e o aumento de renda no mercado interno, através das exportações de bens e serviços. Ocorre, entretanto, que parcela considerável dos recursos destes programas tem sido carreada para financiar a construção de obras civis no exterior, as quais geram renda e emprego, principalmente nos países beneficiários do financiamento. Tendo em vista a enorme escassez de recursos para o financiamento de investimentos que geram renda internamente, não se justifica a decisão governamental de priorizar investimentos no exterior.

A revista IstoÉ de 5 de maio de 1993 noticia que o Ministério da Fazenda vem exercendo pressões sobre os membros da Comissão que autoriza a liberação dos financiamentos do PROEX com vistas a aprovar empréstimo no valor de US\$ 115 milhões para a construção de obras no Peru. Além das inconveniências anteriormente apontadas, este financiamento comprometerá a totalidade dos recursos orçados para o PROEX em 1993 constantes do orçamento da União Cr\$ 3.451.306.898.000,00 (equivalentes a, aproximadamente, US\$ 100 milhões), tornando-se fundamental o envio de tais informações ao Senado Federal.

Sala das Sessões 1º de maio de 1993. — Senador Eduardo Suplicy.

(Ao Exame da Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O requerimento lido será despachado à Mesa, para decisão, nos termos regimentais.

Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 42 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

As matérias constantes dos itens 1 a 3, em fase de votação, ficam com sua apreciação adiada por falta de **quorum**.

São os seguintes os itens adiados:

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1993 (nº 965/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências, tendo

PARECERES, proferidos em Plenário, Relator: Senador Ronaldo Aragão:

— 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável; — 2º pronunciamento (sobre as Emendas de Plenário): favorável às de nº 8, 9 e 42; contrário às de nº 1 a 7, 10 a 17; apresentando as Emendas nºs 18 a 41, do Relator.

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1992 (nº 2.453/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a identificação criminal pelo processo datiloscópico, a coleta e a utilização de informações para conhecimento e controle da criminalidade no País e dá outras providências, tendo

PARECER nº 74, de 1993, da Comissão:

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto, nos termos de Substitutivo que apresenta.

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1993 (nº 3.477/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a transformação de cargos vagos no âmbito das instituições federais de ensino, abrangidas pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário, Relator: Senador Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O item 4 é retirado da pauta pela Presidência, nos termos do art. 175, letra e do Regimento Interno.

É o seguinte o item retirado da pauta:

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1992 (nº 3/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se ao Item 5:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 68, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1993 (nº 3.632/93, na Casa de origem), que acrescenta parágrafos ao art. 27 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 140, letra a do Regimento Interno, designo o nobre Senador Elcio Alvares para proferir o parecer.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL — ES. Para proferir parecer.) — O Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1993, foi apresentado na origem pelos autores, Deputado Osvaldo Coelho e outros em 22-3-93 com requerimento de urgência aprovado em 24-3-93, de acordo com o art. 155 do Regimento Interno daquela Casa. O projeto de lei foi aprovado em 31-3-93, com pareceres favoráveis de três Deputados em substituição aos que seriam devidos pela CAPR, CCJR e CTT. A redação final foi aprovada na Câmara dos Deputados em 31-3-93; no Senado, em 29-4-93 foi lido e aprovado o requerimento de urgência de acordo com o art. 336, c, do Regimento Interno do Senado Federal.

O art. 27 da Lei nº 6.662, de 25-6-93, a chamada Lei da Irrigação, dispõe que se o adquirente do lote ou seu sucessor vier a desistir da exploração direta, ou deixar, injustificadamente inexploradas áreas suscetíveis de aproveitamento, o imóvel vendido, originariamente, nos termos legais e regulamentares, reverterá ao patrimônio da entidade alienante, indenizadas e úteis.

Esta disposição legal e regulamentar foi adotada por entenderem os legisladores na época da elaboração da Lei da Irrigação, que, sendo os investimentos do Setor Público elevados, e considerado o interesse social dos projetos de irrigação, nos casos de reversão mencionados no art. 27 outros agricultores sem terra ou minifundiários poderiam ser assentados nos lote irrigados, sem prejuízo para o desenvolvimento global do projeto.

Na justificação do projeto de lei em questão os autores do mesmo consideram que a reversão constante do art. 27, da Lei nº 6.662 de 26-6-79, dificulta a obtenção de financiamento bancário, prejudicando a atividade econômica dos irrigantes. Acreditam ainda os autores que a medida poderá atrair investidores privados para a região, complementando os investimentos públicos e incentivando o aumento da produção agrícola e industrial.

Considerando ainda que, em termos médios, um hectare irrigado pode produzir oito vezes mais que em sequeiro, com a possibilidade de até três colheitas por ano, dependendo do produto, e que este tipo de ação apresenta rápido efeito multiplicador em termos de renda e emprego, a importância de uma política de irrigação para o desenvolvimento do meio rural é inegável.

Também levando em conta o alto nível tecnológico e o dinamismo característicos das culturas irrigadas, é essencial que o crédito esteja disponível nas épocas adequadas, de acordo com as necessidades regionais, o que implica na existência

de condições favoráveis aos investimentos creditícios das instituições financeiras públicas e privadas.

Do exposto, e por entendermos que o crédito constitui-se num elemento de maior importância para o desenvolvimento da agricultura irrigada, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer conclui favoravelmente ao projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 6:

OFÍCIO Nº S/30, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Ofício nº S/30, de 1993, através do qual o Governo do Estado de Santa Catarina solicita, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para repassar setenta e nove milhões e trezentos mil dólares à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN, do montante autorizado pela Resolução nº 47, de 1992, do Senado Federal, no valor de duzentos e cinqüenta milhões de dólares norte-americanos. (Dependendo de Parecer.)

Nos termos do art. 140, a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Esperidião Amin para proferir parecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem ao nosso Ofício "S" nº 30, de 1993 (Of. PRCC nº 2.226/936, de 15-3-93, na origem), do Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, que encaminha ao Senado Federal pedido para contratar operação de empréstimo externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, no valor de US\$250,000,000.00 para implementação do Projeto de Modernização do Setor de Saneamento — PMSS, no âmbito do Ministério do Bem-Estar Social.

Trata-se de operação de crédito decorrente do contrato de empréstimo celebrado entre o BIRD e a República Federativa do Brasil em 9-12-92, no valor total de US\$250 milhões, autorizado pela Resolução nº 47/92, deste Senado Federal, dos quais serão repassados US\$79,300,000.00 à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN, nos termos do contrato firmado em 8-2-93, sendo agente financeiro da União o Banco do Brasil S.A.

De acordo com a Resolução nº 36/92, do Senado Federal, que rege a matéria, faz-se necessária a autorização desta Casa para que possa o Estado de Santa Catarina oferecer garantia principal àquela operação.

A operação sob análise apresenta as seguintes características:

a) **valor pretendido:** Cr\$ 1.574.739,4 milhões (equivalente a US\$ 79.300.000,00 em 26-2-93);

b) **prazo para desembolso dos recursos:** até 4/98;

c) **juros:** pagos semestralmente sobre o principal das retidas e do valor restante do empréstimo, a uma taxa para cada trimestre, equivalente aos Custos dos Empréstimos. Qualificados (em torno de 7% a.a) determinados de acordo com o trimestre anterior, mais 0,5% a.a.,

d) comissão de compromisso: 0,75% a.a., pagos a cada 6 meses sobre o valor do principal do empréstimo que não tiver sido retirado,

e) taxa de serviço: 0,2% a.a., incidente sobre as quantias retiradas, pagável ao agente financeiro (Banco do Brasil S.A.),

f) garantia: Parcelas do Fundo de Participação dos Estados — FPE;

h) destinação dos recursos: Projeto de Modernização do Setor de Saneamento — PMSS;

i) condições de pagamento:

— **do principal:** parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em outubro de 1977 e a última, em abril de 2007;

— **dos juros e comissões:** semestralmente, sendo paga a primeira parcela no 1º semestre de 1994.

O processo encontra-se parcialmente instruído, pois a análise financeira da operação, efetuada pela instituição financeira, a relação dos débitos vencidos e não pagos, o Plano Plurianual de Investimentos e a Certidão Negativa de Débito do INSS não foram anexados, de acordo com as exigências da Resolução N° 36/92. Foram anexados ao processo o pedido do Chefe do Executivo, a Lei Autorizativa (Lei N° 8.501, de 21 de dezembro de 1991), declarações referentes ao cumprimento das disposições constitucionais, de que o Estado exerce plenamente a competência tributária, dos débitos junto ao Instituto Nacional de Seguro Social, Certificado de Regulidade junto ao FGTS, (vencida em 5-4-93), Certidão de Quitação de Tributos Federais PIS/PASEP/FINSOCIAL, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual.

O Parecer do Banco Central do Brasil quanto ao enquadramento da operação nos limites fixados pela Resolução do Senado Federal (Parecer DEDIP/CODEM-93/097, de 27-4-93) declara que a operação se enquadra nos limites previstos nos artigos 2º e 3º da Resolução 36 do Senado Federal.

Tratando-se de autorização para garantia, que não implicará, necessariamente, dispêndio por parte do Governo do Estado, e o reconhecido mérito da operação, somos de parecer favorável que seja atendido o pleito do Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, constante do Ofício "S" N° 30/93, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 37, DE 1993

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a oferecer garantia à operação de crédito a ser realizada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN e o Banco do Brasil S/A., na qualidade de agente financeiro da União, no valor de Cr\$ 1.574.739.400.000,00, destinada ao financiamento do Programa de Modernização do Setor de Saneamento — PMSS, naquele Estado.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Santa Catarina autorizado a oferecer garantia à operação de crédito a ser realizada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN e o Banco do Brasil S/A., na qualidade de agente financeiro da União, no valor de Cr\$ 1.574.739.400.000,00 (hum trilhão, quinhentos e setenta e quatro bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), equivalente a US\$ 79.300.000,00 em 26-2-93).

Parágrafo único. Destinam-se os recursos referidos no caput deste artigo, ao financiamento do Programa de Modernização do Setor de Saneamento, no âmbito do Ministério do Bem-Estar Social, naquele Estado, dentro do dentro do contrato de empréstimo externo firmado entre a República

Federativa do Brasil e o BIRD, autorizado pela Resolução N° 47/92, do Senado Federal.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação a ser garantida são as seguintes:

a) valor pretendido: Cr\$ 1.574.739.400.000,00 (equivalente a US\$ 79.300.000,00 em 26-2-93);

b) prazo para desembolso dos recursos: até 4/98;

c) juros: pagos semestralmente sobre o principal das retiradas e do valor restante do empréstimo, a uma taxa para cada trimestre, equivalente aos Custos dos Empréstimos Qualificados (em torno de 7% a.a) determinados de acordo com o trimestre anterior, mais 0,5% a.a);

d) comissão de compromisso: 0,75% a.a., pagos a cada 6 meses sobre o valor do principal do empréstimo que não tiver sido retirado;

e) taxa de serviço: 0,2% a.a, incidente sobre as quantias retiradas, pagável ao agente financeiro (Banco do Brasil S.A.),

f) garantia: Parcelas do Fundo de Participação dos Estados — FPE;

h) destinação dos recursos: Projeto de Modernização do Setor de Saneamento — PMSS;

i) condições de pagamento:

— **do principal:** parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em outubro de 1977 e a última, em abril de 2007,

— **dos juros e comissões:** semestralmente, sendo paga a primeira parcela no 1º semestre de 1994.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias a contar da data da sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer conclui pela apresentação do Projeto de Resolução n° 37, de 1993, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a oferecer garantia à operação de crédito a ser realizada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN e o Banco do Brasil S/A, na qualidade de agente financeiro da União no valor de Cr\$ 1.574.739.400.000,00, importância destinada ao financiamento do Programa de Modernização do Setor de Saneamento — PMSS, naquele Estado.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, nos termos do regimento pediria a V. Ex^a a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Ex^a tem a palavra na forma regimental.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-B.A. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, permita-me a Casa registrar a morte de dois homens exponenciais, cada qual no seu país e no quadro de suas atividades; o brasileiro Miguel Seabra Fagundes e o francês Pierre Bérégovoy.

A vida os separou no espaço: um na França, outro no Brasil; a morte os aproximou no tempo: Seabra Fagundes faleceu quinta-feira, Pierre Bérégovoy pôs fim à vida no sábado. Um e outro se aproximavam por suas virtudes de humildade, de correção, de competência.

Miguel Seabra Fagundes foi um jurista de valor assinalável. Desembargador na sua terra, Rio Grande do Norte, deixando o cargo, deslocou-se para o Rio de Janeiro, onde desdobrou singular carreira de jurisconsulto, tendo sido Consultor-Geral da República e Ministro da Justiça. Não há quem não conheça os seus livros no campo jurídico, fosse na seara do Direito Processual, fosse no campo do Direito Constitucional. É fonte inesgotável de verificação de dúvidas seu livro **O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário**.

Era, por outro lado, o advogado atento aos seus deveres, com a sua corporação e com a cultura do País. Participou Seabra Fagundes, com grande relevo, das atividades da Ordem e do Instituto dos Advogados, e num e noutro esteve sempre presente ao seu corpo dirigente.

Conheci-o em 1956, num congresso, em São Paulo. Foi quando o vi pela primeira vez. Figura esguia, simples, de impressionante humildade, parecia que Seabra Fagundes pedia desculpa aos circunstantes por manifestar seus conhecimentos e suas convicções. Raramente sua voz se elevava. Nessa reunião eu o vi expor, com muita simplicidade e clareza, e com rigorosa convicção, o problema da revisibilidade dos atos administrativos. Falou com a segurança de quem conhecia profundamente o assunto, mas, ao mesmo tempo, com uma contenção que revelava a qualidade do homem que não queria exibir-se, nem convencer. Era como se pedisse aos presentes que só o apoiasssem se naturalmente se convencessem da certeza de sua tese. Era o espírito liberal. Por singular coincidência, ele foi de pronto contestado por um homem vibrante, de palavra fluente, a quem só também naquele momento conheci — Francisco de Campos, que passou a sustentar a tese da irrevisibilidade dos contratos administrativos. Era o espírito autoritário.

Enquanto o homem de pensamento liberal opinava pelo poder de revisão, atendendo a circunstâncias modificadoras da ordem social e econômica e que justificavam o critério de justiça na reapreciação da matéria, o outro — o espírito autoritário — era pela manutenção irredutível dos atos e contratos, fossem quais fossem as modificações das circunstâncias. Seabra Fagundes não se alterou, deixou que os advogados atuantes no congresso se manifestassem livremente.

Depois eu o revi em diferentes momentos. Pode dizer-se que quase não havia conferência, congresso, reunião de advogados a que não estivesse presente. Por fim, todos sentíamos na sua presença o vigor, a sabedoria de um mestre, sobretudo do mestre que não exibia seus conhecimentos. Resistiu ao tempo e à doença enquanto pôde.

Na França, Pierre Bérégovoy não resistiu às injustiças. O eletricista de curso secundário, que conseguiu altear-se na política de seu país, a ponto de chegar a primeiro-ministro, no momento em que sentiu, com a derrota de seu Partido Socialista, que a atrocidade da política investia contra a sua honra, preferiu não continuar vivendo.

Ler, na informação do correspondente de **O Estado de São Paulo**, Reale Júnior, esta dolorosa afirmativa: "Pierre Bérégovoy morreu por ter sido desonrado". E, segundo as notícias, a acusação mais grave que lhe fizeram era a de haver comprado um apartamento mediante empréstimo que adquirira de um amigo.

O mesmo correspondente de **O Estado de São Paulo** informa que, há dias, o político injustiçado teria feito esta confissão: "Afinal de contas, aos 67 anos e após ter trabalhado toda a minha vida, será que não tenho o direito de possuir um apartamento de cem metros quadrados?" A adversidade, porém, não respeitava esta circunstância, e, segundo todas as notícias, as acusações se desdobraram.

Por sua vez, Gilles Lapouge, escritor e jornalista, traçalhe admiravelmente o perfil, fazendo esta afirmação: "Essas acusações eram infames". Pouco importa! Já agora não há nem como se pedir perdão ao homem injustiçado.

Ele respondeu aos seus detratores com o exemplo de quem deixa a vida tranquila com a sua consciência e sob comoção da França.

Quero, neste instante, Sr. Presidente, pedir o registro nos Anais desta Casa do desaparecimento dessas duas ilustres figuras, que honraram o seu país e a sua geração.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB-RO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois de ouvirmos as colocações feitas pelo Senador Josaphat Marinho, e a análise do Senador Esperidião Amin, quero falar a respeito da situação do meu Estado com relação à energia elétrica.

Tenho, nesta Casa, feito seguidos pronunciamentos referentes à situação caótica em que se encontra o Estado de Rondônia quanto à energia elétrica. Temos uma única hidrelétrica, ainda não terminada, que é a Usina de Samuel, que agora, no Governo Itamar Franco, tem prioridade para o seu término. A usina — projetada em 1982 e que terminaria entre 1985/1986 — ainda não está concluída. Há duas turbinas instaladas e há a necessidade de mais três.

Tivemos o cuidado de chamar a atenção da ELETRO-BRÁS e da ELETRONORTE quanto à necessidade urgente de se concluir esse empreendimento do Governo Federal — a Usina de Samuel — por ser o único, à época, na região da Amazônia Ocidental.

Passado o tempo, o custo da usina, que estava orçado em 500 milhões de dólares, hoje atinge o montante de 1 bilhão e 200 milhões de dólares.

Há cerca de um mês, se não me falha a memória, foi assinado um convênio, ou uma carta de intenção, para a construção do linhão. Os que habitam em Rondônia sabem que o linhão é um sistema de transmissão, que no início estava projetado para o Acre e Rondônia, mas, atualmente, está projetado na Usina de Samuel, no município de Porto Velho-Ariquemes, para Ji-Paraná. Essa carta foi assinada com o compromisso de o Governo Federal iniciar os trabalhos que solucionariam os problemas desses municípios, no trecho que vai de Ariquemes a Ji-Paraná. A situação desse município, no fim da linha, é de desespero — tanto que esse problema deveria ter sido resolvido —, e o que sabemos é que os recursos para a construção tanto da Usina de Samuel quanto do linhão esperam há mais de um ano para serem liberados.

A nossa preocupação, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é no sentido de procurar solucionar o problema até a conclusão dessa linha de transmissão. Segundo entendimentos com técnicos da ELETRONORTE, a solução mais urgente seria deslocar um turbogás de Porto Velho até a cidade de Ji-Paraná, com capacidade de 20 megawatts.

Atualmente, há excesso de energia no Município de Porto Velho, com duas turbinas turbogás gerando energia e mais 60 megawatts. Parece-me, hoje, que o deslocamento dessa turbina turbogás para o Município de Ji-Paraná equivaleria a uma distância em torno de mais ou menos trezentos e poucos quilômetros, com a responsabilidade da distribuição de energia elétrica para Presidente Médici e para Ouro Preto.

O Sr. Odacir Soares — Senador Ronaldo Aragão, permit-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço o nobre Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — V. Ex^a tem toda razão, Senador Ronaldo Aragão, quando faz essa conclusão acerca de uma solução a curtíssimo prazo para o problema energético do centro do nosso estado, principalmente de uma cidade do porte de Ji-Paraná, que é a segunda maior cidade do estado de Rondônia. Sabe V. Ex^a, inclusive, que temos lutado por isso — e refiro-me a todos nós — e que, inclusive, há cerca de um ano e meio estivemos na Bahia, após havermos estado com o então Ministro da Infra-Estrutura, para, *in loco*, fazermos a avaliação de duas usinas em Camaçari, que seriam deslocadas para Rondônia. Naquela ocasião, ficou tudo acertado, no sentido de que as duas usinas seriam transferidas para Ji-Paraná, incluindo todas as cidades vizinhas, como Jaru, Ouro Preto, Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, enfim, todo o centro do Estado, todo esse sistema de transmissão se acoplar exatamente com essa linha de transmissão à qual V. Ex^a se refere. Lamentavelmente, o Governador do Estado até hoje não tomou as providências necessárias para que isso efetivamente ocorresse. Conforme V. Ex^a registra, atualmente em Porto Velho há excesso de produção de energia em torno de 80.000 Kilowatts ou 80 Megawatts, proveniente da hidrelétrica de Samuel. A demanda reprimida já foi atendida e ainda há excesso de energia, considerando-se as termas instaladas em Porto Velho, que deveriam ser imediatamente transferidas para Ji-Paraná. O fato é que as Centrais Elétricas de Rondônia e o Governo do Estado não têm manifestado interesse objetivo, no sentido de resolver o problema do centro do nosso Estado, conforme V. Ex^a registra. Há cerca de um mês, junto com toda a bancada de Rondônia, estivemos com o Presidente Itamar Franco, ocasião em que foi assinado um protocolo de intenção, no sentido de reequipar o parque térmico da CERON e liberar os primeiros recursos para implantação da linha de transmissão. Nós dois, Senadores de Rondônia, sabemos que tais providências demandam entre dezesseis e vinte meses, e que essa linha de transmissão seja implantada nas duas direções, ou seja, direção Ji-Paraná-Ariquemes e Porto Velho-Ariquemes, considerando-se que a ELETRONORTE tem em caixa recursos suficientes para isso, quem não os tem é a ELETRONORTE sendo hoje uma empresa, do ponto de vista financeiro, inteiramente falida e, diria mais, também a ELETROBRÁS. Porque seria encarregada de financiar a ELETRONORTE e esta financiaria a CERON. O fato é que nem a ELETROBRÁS e nem a ELETRONORTE têm um centavo em caixa e estão dependendo, inclusive, de providências financeiras ulteriores que não foram tomadas até agora. Mas o fato é que o Estado de Rondônia não manifestou, até hoje, o interesse efetivo em resolver esse problema. V. Ex^a propõe uma sugestão que é a nossa. Espero, agora com essa liberação da primeira parcela de um milhão de dólares, para o reequipamento desse parque térmico, que esse dinheiro não seja desviado, não seja mal aplicado, não seja transfor-

mado em compras superfaturadas e que, efetivamente, permita que a CERON implante no centro do Estado, conforme a nossa sugestão, e transfira esses turbos para Ji-Paraná e resolva, de uma vez por todas, o problema daquela região. Esta é a solução mais lógica, mais prática e mais imediata. V. Ex^a tem a minha inteira solidariedade quando faz essa observação, e levanta aqui esse problema, seriíssimo para o nosso Estado.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço a V. Ex^a Senador Odacir Soares, que conhece tão bem o problema sério da falta de energia elétrica no Estado, bem como a questão da turbina de Camaçari.

Não dá para entender, como disse muito bem V. Ex^a, pois estava tudo acertado que o transporte dessa turbina de Camaçari iria resolver o problema daquela região, e até hoje isso não se concretizou.

O Sr. Odacir Soares — Parece-me, inclusive, que eram cinco turbinas e duas já estão no Amapá. Apenas as de Rondônia, que seriam no mínimo duas, até este momento não foram retiradas de Camaçari, apesar de ter o Governador Antônio Carlos Magalhães dado o sinal verde e também, àquela época, o Ministério da Infra-estrutura que, efetivamente, através da CHESF, era o verdadeiro gestor daquelas turbinas.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Essa colocação de V. Ex^a parece-me grave. As turbinas foram doadas, faltava só o transporte, e até hoje, aproximadamente seis meses, não se concretizou esse transporte. Isto chega a ser grave, ficando para nós indagação por que o transporte não foi feito, o que devemos averiguar.

O mais grave ainda, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que hoje assinaram um contrato de seis milhões de dólares para a compra de peças de reposição para a CERON. Aqui vai um alerta — não sei se para a ELETROBRÁS ou para a ELETRONORTE — empresas que estão com a responsabilidade da compra das peças sobressalentes, para que se mude o fornecedor nos Estados Unidos, porque desse modo podemos agilizar a compra. É a sugestão que faço.

Muito bem disse o Senador Odacir Soares, em seu aparte, que necessitamos de soluções para ontem, e que em Rondônia existe essa solução. Chamamos a atenção da ELETRONORTE com relação a esse problema, porque as turbinas e as termoelétricas movidas a gás são de propriedade da ELETRONORTE, para que essas turbinas sejam cedidas à CERON para se resolver o problema imediato, que é o de Ji-Paraná, de Ouro Preto, de Presidente Médici e daquela região. Se formos esperar que este linhão seja feito, que se termine a Usina de Samuel, levaremos no mínimo dois anos, e a solução é para ontem e não para daqui a dois anos.

O Sr. Odacir Soares — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Odacir Soares — Gostaria de aproveitar essa oportunidade, nobre Senador Ronaldo Aragão, para dizer — claro e em bom som — que nós, os três Senadores, somos inteiramente a favor da implantação imediata e urgente da linha de transmissão. Queremos a linha de transmissão para ontem. Agora, o que não podemos permitir é que seja dilapidado o dinheiro público que o Governo Federal envia para Rondônia.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Isso não podemos aceitar.

O Sr. Odacir Soares — Exatamente. Inclusive V. Ex^a está trazendo uma importante informação. Presumia que as peças para a recuperação do parque térmico fossem compradas pela ELETRONORTE, mas não tinha certeza. Estava com muito receio de que fossem compradas pela CERON, pela empresa de energia elétrica do Estado, e que essas peças tivessem os seus preços superfaturados, conforme dezenas de denúncias que eu, V. Ex^a e o Senador Amir Lando temos recebido quase que diariamente. Com a liberação desse um milhão e duzentos mil dólares ou um milhão e quinhentos mil dólares, que constitui a primeira parcela daquele convênio para o reequipamento do parque térmico. No momento em que essas peças fossem adquiridas do fornecedor americano, ou qualquer que fosse, por preços superfaturados, a ELETROBRÁS, que é a financiadora desse projeto, não recebesse a segunda parcela — essa a minha preocupação — uma vez que esses preços são do conhecimento público. Quem lida com a aquisição de peças do sistema elétrico do País, a nível internacional, sabe que essas peças têm preços definidos, porque a inflação nos Estados Unidos é estável, de 3% ao ano, e esses preços se mantêm rígidos durante muito tempo. Estava com um grande receio de que o recurso fosse transferido para a CERON, e que esta gerisse a aquisição dessas peças. Do mesmo modo como estou tñ. nqüilo com a questão da importação da linha de transmissão Porto Velho-Ariquemes, Ariquemes-Ji-Paraná, Ji-Paraná-Ariquemes e Vice-versa. Por quê? Porque os contratos estão sendo assinados entre a ELETRONORTE e as empresas vencedoras das licitações. O meu receio é o de que os recursos que estão chegando ao Estado sejam dilapidados, como está acontecendo com os recursos próprios do Estado. Nós temos recebido centenas de denúncias de que os preços são superfaturados, as compras e os bens que são adquiridos não são entregues ao Estado. Diz-se até que Rondônia, para poder armazenar tudo que o Estado compra, precisaria de uns duzentos ou trezentos mil metros de área construída, porque as compras são muitas e os depósitos são insuficientes. Era esse o aparte que eu queria dar a V. Ex^a

O Sr. RONALDO ARAGÃO — Agradeço a V. Ex^a pela colaboração. A nossa preocupação é a mesma.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, fomos informados de que o órgão que iria comprar as peças de reposição seria a ELETRONORTE. Fazemos este pronunciamento aqui, de público, para que a Nação tome conhecimento. A ELETRONORTE deveria comprar de outro fornecedor mais ágil do que os da CERON, até para afastar a conotação de superfaturamento.

Pedimos, ainda, à ELETRONORTE e à ELETROBRÁS que agilizem a compra das peças de reposição do Parque Energético do Estado de Rondônia. Faço um apelo, juntamente com os Senadores Odacir Soares e Amir Lando, no sentido de que se resolva, imediatamente, o grave problema de falta de energia elétrica naquela região. O transporte de turbogás de Porto Velho para o Município de Ji-Paraná solucionaria imediatamente os problemas que causam tanta prejuízo ao desenvolvimento econômico e, para as famílias, grande perda de alimentação, dificuldades nos setores hospitalar e industrial.

O Sr. Odacir Soares — Se o Governador precisar da nossa colaboração para ir ao Ministro ou ao Presidente da República, com o intuito de resolver qualquer embaraço que

venha a ocorrer na liberação das turbinas que estão em Salvador, estaremos prontos para prestá-la.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Não somos oposição ao atual Governo do Estado. Pelo contrário, queremos viabilizá-lo. Essa é responsabilidade tanto minha como de V. Ex^a e do Senador Amir Lando. Acredito que o que está faltando em Rondônia é justamente o Governo do Estado entender que a responsabilidade do desenvolvimento em todos os setores também recai sobre Senadores e Deputados.

O SR. Odacir Soares — Permite-me novamente um aparte, Senador Ronaldo Aragão?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Odacir Soares — O Presidente Itamar Franco e o Ministro Paulino Cícero realmente estão interessados nesse problema e manifestaram sua preocupação naquele documento. Sugerimos que desse financiamento de seis milhões e duzentos mil dólares, que a ELETROBRÁS está fazendo à nossa Companhia Estadual de Energia Elétrica, poderia ser separada uma parcela para o transporte e instalação dessas turbinas que estão em Camaçari. Se o Governador quiser, essa operação se faz em quatro meses no máximo, do momento em que as turbinas saem de Camaçari até a sua instalação em Ji-Paraná. Essa previsão já foi feita anteriormente por empresas especializadas e pela própria ELETRONORTE, que entende dessa questão.

O SR. RONALDO ARAGÃO — V. Ex^a dá uma contribuição valorosa quando apresenta essa solução. Estamos dispostos a ir ao Presidente da República e ao Ministro para agilizar o transporte das turbinas que se encontram em Camaçari, se não me engano, já desmontadas e prestes a serem transportadas.

A nossa intenção é a de V. Ex^a, Senador Amir Lando, é estender esse linhão até Vilhena — por quê não? — e, ainda, acoplar ao sistema de transmissão as chamadas PCHs, que estão nas centrais hidroelétricas para serem construídas. O Governo do Estado, através de sua representação, assim como os Senadores e os Deputados, podem ir ao Ministério de Minas e Energia para agilizar, via iniciativa privada, a construção de PCHs para se acoplar a esse sistema de distribuição da Usina de Samuel. Essa medida resolveria definitivamente o problema energético do Estado de Rondônia.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Ronaldo Aragão, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Com prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Ronaldo Aragão, V. Ex^a está na tribuna, como sempre o faz, abordando problemas ligados também ao seu Estado. Muitas vezes eu disse a V. Ex^a que falávamos aqui e não éramos ouvidos lá fora, mas espero que a situação esteja mudada. Minha expectativa é que, dentro de 24 a 48h, V. Ex^a tenha todas as informações a respeito dessa questão.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço a V. Ex^a pela presteza. Espero, agora, que a nossa voz não fique circunscrita a este plenário.

Acredito, Senador Jutahy Magalhães, que no Governo Itamar Franco a situação seja diferente, porque é um Governo que está interessado em resolver os problemas regionais e

nacionais. Creio que a solução de energia elétrica do Estado de Rondônia se fará neste Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ronald Aragão, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, dois assuntos me trazem à tribuna no dia de hoje. O primeiro é um relato sobre a primeira semana da Caravana da Cidadania, realizada por Luiz Inácio Lula da Silva pelos sertões dos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, visando realizar um diagnóstico sobre o problema da pobreza no País.

O segundo assunto diz respeito à Comissão de Financiamento às Exportações, objeto de matéria na revista *IstoÉ*, que relata que o Ministro da Fazenda estaria pressionando um empréstimo ao Peru, já destinado a pagamento à empresa Norberto Odebrecht.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de transmitir as impressões que tive, acompanhando desde sexta-feira, dia 23 de abril, até quinta-feira última, até Euclides da Cunha, a viagem que Luiz Inácio Lula da Silva fez ao Nordeste brasileiro, juntamente com diversos parlamentares, entre os quais, de quinta a domingo, o Senador José Paulo Bisol.

A Caravana da Cidadania, prevista para terminar em 16 de maio, iniciou-se em Recife com um debate na SUDENE com especialistas, relativamente ao tema "O Nordeste Tem Futuro". Participaram desse debate o Dr. Cássio Cunha Lima, Superintendente da SUDENE; a Drª Tânia Bacelar, economista da Fundação Joaquim Nabuco; o Dr. Milton Santos Filho, Secretário da Fazenda da Prefeitura de Salvador, e Dom Francisco Austregésilo de Mesquita, Bispo de Afogados da Ingazeira e Vice-Presidente da CNBB Nordeste II.

Tivemos oportunidade de conversar com os prefeitos Jarnas Vasconcelos, do Recife, e Germano Coelho, de Olinda, falando sobre o tema, objeto maior da viagem.

O objetivo da Caravana da Cidadania é, sobretudo, realizar um diagnóstico das razões de tanta pobreza que atinge hoje quase um terço dos cento e cinqüenta milhões de brasileiros; fazer com que o combate à miséria e à fome tornem-se uma prioridade tão relevante, capaz de mobilizar as pessoas, quanto foram as Diretas-Já, e a luta pela ética na política. Mas, mais do que falar, tem sido a Caravana da Cidadania uma oportunidade para o Lula, para os seus membros ouvirem os depoimentos de pessoas que passam por imensas dificuldades; olhar de perto, conhecer as condições que caracterizam a vida de milhões de nordestinos, de brasileiros, no trajeto desde Garanhuns e Caetés até Vicente de Carvalho.

O porquê desse trajeto foi feito por ser exatamente aquele que Lula fez com sua mãe e seus oito irmãos, aos sete anos, em 1952, para fugir das condições de fome e de seca do Nordeste. Desde Garanhuns e Caetés, sua terra natal, observamos que a pobreza, hoje, em período prolongado de seca, encontra-se tão grave quanto há quarenta anos.

Em favelas de Garanhuns, conversamos, por exemplo, com a mãe de cinco filhos em que o caçula, por volta de

quatro ou cinco anos de idade, estava raspando uma tigela de farinha com a mãe, que ainda nada comera naquele dia — e já eram 8 horas da noite. Essa mãe dizia que estava torcendo para que o pai logo chegassem e tivesse lavado algum automóvel, para trazer aos demais algo de comer.

No acampamento dos trabalhadores sem-terra, em São Bento do Una, vimos como eles se alimentavam de magérimos peixinhos "chupa-pedras". Trata-se daqueles peixinhos que se agarram às pedras para conseguir algum alimento. Como que comemorando, naquele dia, estavam os trabalhadores para se alimentar de uma raposa que, excepcionalmente, haviam caçado na véspera.

Estivemos no sítio onde Lula e seus irmãos embarcaram para São Paulo, após esperarem, durante 2 dias, no quarto ao lado de uma venda, o caminhão pau-de-arara que os levaria.

No caminho para Canapi, num vilarejo perto de Iati, vimos dezenas de pessoas que aguardavam, com latas, dos mais diversos tipos, a passagem do carro-pipa para encher-las de água e levá-las para algum lugar.

Em Águas Belas, 60 famílias que se deslocaram por 8 léguas, quase 50Km, do sítio para a cidade, desde 11 horas da noite até às 7 da manhã, encontravam-se ali no encruzamento. Estavam comendo palmas, uma espécie de cactos, cujos espinhos são retirados e são queimadas para que o gado possa comer, até porque contém água, sem qualquer sabor maior. Estavam ali registrando o seu protesto e reivindicando para que pudéssemos fazer algo, pois o Prefeito não quis recebê-las.

Ouvimos o depoimento daquelas pessoas e, em especial, da Srª Maria do Socorro Lira Feitosa, mulher de extraordinária fibra. Impressionou-nos tanto, a ponto de ser a principal personagem da reportagem que, hoje, o jornalista Zuenir Ventura publica à pág. 3 do *Jornal do Brasil*, denominada "Dieta da miséria impressiona e comove Lula".

Disse ela:

"Nóis num tá qui por boniteza. A gente tamos passando fome".

Tal depoimento comoveu Lula e a todos os presentes.

A partir disso, resolvemos que, até por sugestão de Lula, eu próprio e o Deputado Alcides Modesto acompanháramos uma comissão de membros daquelas famílias junto ao Prefeito da cidade de Águas Belas. Ao chegar à Prefeitura, vimos dezenas de pessoas à porta, nas salas junto à do Prefeito, pedindo, igualmente, alguma ajuda. Como é que se ia resolver aquilo? Disse-nos o Prefeito que estava com 5 milhões de cruzeiros em caixa e que seria difícil para ele — digamos — dar uma "feirinha" ou algo como uma cesta básica para cada uma daquelas sessenta famílias, uma vez que tantas outras na cidade estavam também necessitando.

Informou-nos, ainda, que para Águas Belas — e esse fenômeno também vimos repetir-se em outras cidades pelo trajeto — havia como que sido designado um número de 1.500 a 1.600 vagas para as frentes de trabalho. Entretanto, se houvesse cinco mil vagas, todas elas seriam preenchidas.

Qual era o critério para se inscrever na frente de trabalho? Uma comissão estava examinando os candidatos, e os critérios ali eram de que haveria apenas uma pessoa inscrita por família. Em princípio, dar-se-ia prioridade às famílias com cinco filhos ou mais. Nenhuma família em que já houvesse um aposentado pelo FUNRURAL, com a remuneração de apenas 1 milhão e 700 mil cruzeiros, teria direito a que alguém se inscrevesse. E a remuneração de quem conseguisse por três meses se inscre-

ver na frente de trabalho seria de apenas 200 mil cruzeiros por semana, ou seja, 800 mil cruzeiros mensais.

E assim presenciamos não apenas em Águas Belas, mas também em Água Clara, Canapi, Canudos e Euclides da Cunha, o depoimento de que seriam necessárias pelo menos duas, três ou mais vagas nas frentes de trabalho para realmente fazer com que todos os que estavam demandando uma oportunidade de emprego pudessem ser contratados.

Maria do Socorro e seus companheiros disseram que de lá não sairiam sem que recebessem qualquer alimento e também uma condução para retornarem, pois não gostariam de fazer a pé o percurso de 8 léguas. Diante dessa circunstância, disse ao Prefeito que eu tomaria a iniciativa de contribuir com alguma coisa para que fosse adquirido pelo menos um pouco de fubá. O Prefeito, então, resolveu adquirir, com recursos da Prefeitura, 300 pães — 150 pães de uma padaria e 150 de outra, para que nem tudo fosse adquirido na padaria do Secretário de Finanças da Prefeitura. O pão seria adquirido com 20% de desconto em relação ao preço vigente de 2 mil cruzeiros a unidade, ou seja, 1 mil e 600 cruzeiros.

Trata-se de um quadro típico da situação extremamente difícil por que passam os nordestinos no sertão de Estados como Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia — pelo menos até o trecho que percorri durante os sete dias em que acompanhei a Caravana da Cidadania.

Em Canapi, cidade natal da Srª Rosane Malta Collor de Mello, esposa do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, vimos um extraordinário CIAC, uma superescola cuja construção está pronta há onze meses, com equipamentos modernos, televisores coloridos, contrastando com a pobreza da cidade; também verificamos, na praça, que havia milhares de pessoas querendo uma oportunidade de emprego e muitos irão se inscrever — e não haverá vagas para todos — nas frentes de trabalho.

Em Canapi, como em Água Branca e em Delmiro Gouveia, o número de desempregados era muito grande ao lado dos que, empregados — grande parte sem registro em carteira —, estavam ganhando bem menos do que o salário mínimo.

Em Delmiro Gouveia, tive oportunidade de conversar com quatro varredores de rua que estavam ganhando 170 mil cruzeiros por mês. Em diversas dessas cidades, professores do 1º Grau nos disseram que ganhavam de 300 a 500 mil cruzeiros por mês.

De Canapi, resolvi mandar um telegrama ao Presidente Itamar Franco solicitando providências, por parte do Ministério da Educação, no sentido de, pelo menos, dar finalidade e uso a um investimento tão extraordinário como a construção do CIAC; no ano passado, foram despedidos mais de 2 bilhões de cruzeiros para a construção daquele edifício.

Informa-me o Senador Guilherme Palmeira que em Maceió há mais três CIAC prontos, mas sem utilização. Ora, uma vez construído o CIAC, que ele seja utilizado, ainda que tenha sido um investimento tão grande em relação às características de cada uma dessas cidades. O mais grave é que, nessas áreas, muitas das escolas existentes estão funcionando precariamente em todos os aspectos: oferecimento de merenda escolar, remuneração e atenção aos professores, etc.

Em Delmiro Gouveia, a Caravana da Cidadania teve a oportunidade de visitar um museu que mostra a história deste homem que, no início do século, criou uma moderna indústria de linhas e tecidos e acabou sofrendo grande perseguição de competidores ingleses, principalmente da conhecida empresa Linhas Corrente, e acabou sendo assassinado. Foi

um momento importante de reflexão, porque, ainda que houvesse nas características de Delmiro Gouveia muitas vezes, segundo diz a história, um grande autoritarismo, ele, sem dúvida, era um empresário de visão e foi o primeiro empresário a utilizar a queda de Paulo Afonso para de lá extrair energia, tão importante para o desenvolvimento da região.

Em Xingó, fronteira entre os Estados de Sergipe e Alagoas, e em Paulo Afonso, na Bahia, vimos o drama de famílias que foram removidas de suas posses originais para que pudessem ser construídos os açudes e barragens das usinas hidrelétricas, sem que se desse a devida consideração à perda dos poucos bens que elas tinham.

Visitamos agrovilas e terras que, aos poucos, começam a ser irrigadas, mas com muito atraso em relação ao que já deveria ter sido feito e ao que foi prometido àqueles que, sendo retirados das áreas inundadas, foram colocados nessas agrovilas com a promessa de que em 2 ou 3 anos já teriam condições de lá permanecerem. Depois de 6 anos, vimos a primeira irrigação sendo efetuada numa das áreas, o que é muito pouco diante da necessidade de atendimento a essas agrovilas que poderiam ser um exemplo de progresso agrícola comunitário.

Conhecemos, também, a terra de Antônio Conselheiro que, há 100 anos, formou em Canudos uma cidade de 25 mil habitantes, que acolhia a todos os pobres para formar uma comunidade mais solidária e produtiva, sendo dizimada pela polícia e pelo exército, conforme descrito na obra clássica de Euclides da Cunha, *Os Sertões*. Onde existiu Canudos, hoje é um açude, a cidade está submersa. Mas na Nova Canudos, em Euclides da Cunha e nas cidades próximas, o povo está vivendo em condições não muito diferentes daquelas descritas pelo famoso escritor, não tão diferentes daquelas que levaram Lula e sua família a buscarem melhor sorte no Sul do País. Em muitos desses lugares, vilas e cidades, encontramos pessoas que haviam voltado dos grandes centros, inclusive de São Paulo. Algumas falavam das dificuldades que estavam encontrando até para serem camelôs em cidades grandes como São Paulo, em virtude do desemprego.

Foi muito interessante observar, ao longo desse trajeto, que, muitas vezes, o que é válido para as regiões do Sul e do Sudeste do País, ou mesmo para Brasília ou para as capitais do próprio Nordeste, não vale nessas regiões do agreste e do sertão dos Estados nordestinos, em especial a questão relativa ao registro em Carteira de Trabalho dos trabalhadores. Primeiro, há um grande número de desempregados. Depois, quando conseguem uma atividade remunerada, muitas vezes o é sem o devido registro e, então, vem a reflexão também sobre a questão do salário mínimo.

No dia 1º de maio, em Feira de Santana, Lula comentou sobre o reajuste do salário mínimo de 1 milhão, 709 mil e 400 cruzeiros para 3 milhões, 303 mil e 300 cruzeiros, valor que ainda é insuficiente em relação aos objetivos propugnados pelo próprio Ministro Walter Barelli no sentido de, nesse Governo, elevar o salário mínimo a, pelo menos, 170 dólares, salário mínimo vigente no Paraguai.

Lula, destacando o respeito e a consideração que tem pelo Ministro Walter Barelli, lamentou que S. Exª não tenha conseguido fazer com que houvesse, pelo menos, mais do que o simples reajuste monetário. Dessa vez, o salário mínimo foi reajustado de acordo com a inflação em relação ao último patamar que havia sido definido.

Ainda hoje de manhã, em São Paulo, conversei com o Ministro Walter Barelli sobre esse tema. Falei-lhe até sobre

algumas observações colhidas por Lula. Foram muitas as ocasiões em que Lula, com o seu objetivo de mais ouvir a população do que propriamente falar, ouviu depoimentos de trabalhadores. Ele perguntou a homens de 40, 50 e 60 anos de idade se, ao longo de suas vidas, haviam conhecido salário mínimo, e diversas pessoas responderam que não sabiam nem o que era. Esse é um dado muito importante para reflexão.

Ao longo dessa viagem, pensei muito sobre a maneira de operacionalizar o projeto de minha autoria, já aprovado pelo Senado Federal, que institui o programa de garantia de renda mínima, considerando que, nesse trajeto, Lula constatou que a maior parte das pessoas não têm o registro regular de seu emprego. Qual seria a melhor alternativa? Como considerar as pessoas que estão no mercado informal, pois o projeto também as inclui?

Avalio que este seja, de fato, um caminho de solução, que deva ser seriamente considerado, não apenas pelo Congresso Nacional mas pelo próprio Executivo.

Ao longo dessa viagem, cada vez que observava as pessoas nas praças públicas, indagava-me das razões que me fizeram ingressar no Partido dos Trabalhadores e das oportunidades que a vida me ofereceu por ter podido concluir o curso de Economia, realizar o bacharelado em Administração de Empresas e ainda um doutorado nos Estados Unidos.

Lembrei-me de um diálogo que, certa vez, tive com meu pai sobre a minha opção de ser professor, mesmo sendo um caminho árduo, para a qual ele me apoiou. A mesma atitude tenho assumido perante os meus três filhos, incentivando-os a optar pelo que possa trazer-lhes realização profissional e pessoal.

Contudo, observando aquela gente sofrida do Nordeste, não vejo como aqueles pais, sofridos, que nunca tiveram a oportunidade de um emprego e remuneração dignos que lhes garantisse o mínimo para a satisfação de suas necessidades, poderiam fazer esse mesmo tipo de recomendação a seus filhos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas pessoas têm procurado minimizar a importância dessa viagem de Lula. Gostaria de dar aqui o testemunho de quem a acompanhou de perto. Trata-se de uma viagem da maior importância, sobretudo para quem quer saber melhor da realidade brasileira que é tão diferente daquela que estamos vivendo aqui em Brasília, seja no Edifício Sede do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara, seja também nos arredores de Brasília, incluindo as cidades-satélites.

O Nordeste brasileiro, que é parte tão significativa do Brasil, demanda de todos nós uma reflexão maior para o que não pode mais ser aceito.

Tenho a convicção de que a Caravana da Cidadania fará com que dezenas, depois, centenas e, a seguir, milhares de pessoas, em cada uma dessas cidades, sejam inevitavelmente tocadas pela questão da prioridade do combate à fome e à miséria.

Certamente, agora, caminhando pelo sul e centro da Bahia, e, no final desta semana, por Minas Gerais, pelo Rio de Janeiro e por São Paulo, convidando mais e mais pessoas para refletirem sobre como realizar um melhor diagnóstico desse problema, tenho certeza de que mais e mais brasileiros se preocuparão com esse assunto.

É importante salientar que, quando Lula entregou ao Presidente Itamar Franco o seu projeto de segurança alimentar, houve compreensão da importância desse problema por parte do Presidente da República, que designou um conselho

para estudá-lo, do qual fazem parte Herbert de Souza, o Betinho, e Dom Mauro Morelli. Mas é preciso maior ousadia por parte do Presidente da República em dar efetiva prioridade à questão do combate à fome e à pobreza.

No dia 1º de maio, o Ministro do Trabalho, Walter Barelli, convidou a Nação brasileira a realizar uma grande campanha de **impeachment** contra a fome. Isso é importante, mas desde que essas ações do Governo levem realmente a um resultado de, no mais breve espaço de tempo possível, eliminar a fome que hoje atinge praticamente um terço dos cidadãos brasileiros, erradicando a miséria no seu sentido mais dramático. Essa deve ser a prioridade de todos nós.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Revista **IstoÉ** desta semana apresentou a matéria "Irrigação Forçada" que dizia:

"O Ministro interino da Fazenda, Pereira Borges, abriu uma crise entre os membros do Comitê de Financiamento às Exportações (CFE), órgão governamental destinado a aprovar os empréstimos à exportação de bens e serviços feitos com recursos do Tesouro Nacional. Motivo: o Ministro titular, Eliseu Resende, tem pressa para aprovar um financiamento de US\$ 115 milhões para o Governo peruano tocar um grande projeto de irrigação. A empresa que venceu a concorrência para executar a obra é a construtora Norberto Odebrecht, da qual Eliseu foi conselheiro no período de 1983 a 1990."

Em vista dessa informação, resolvemos, hoje, ingressar com um requerimento de pedido de informações ao Sr. Ministro da Fazenda, nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos dos art. 9º e 50 da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Sr. Ministro da Fazenda as seguintes informações relativas ao PROEX e ao FINEX:

1) A que programa o PROEX — Programa de Financiamento às Exportações — sucede? Desde quando linhas de financiamento deste tipo existem e a que órgãos são subordinados? Como foi e é aprovado o orçamento anual detalhado deste programa e de seus antecessores?

2) Nos últimos dez anos, quais foram os empréstimos e/ou financiamentos concedidos pelo PROEX e seus antecessores? Detalhar o nome do tomador do empréstimo, o valor total, as condições de pagamento (prazo e encargos financeiros), a empresa exportadora de bens ou serviço beneficiária e o bem ou serviço financiado.

3) Relacionar, de forma detalhada, as solicitações de empréstimos ou financiamentos desde janeiro de 1990, que receberam parecer técnico negativo e/ou foram rejeitadas pelo órgão responsável pela concessão das operações. (A relação deve, no mínimo, conter as instituições beneficiadas no País ou no exterior, o produto objeto do empréstimo ou financiamento e o valor.)

4) Enviar cópia da íntegra dos pareceres técnicos que embasaram a aprovação do empréstimo ou financiamento destinados à realização de obras de construção civil e serviços de consultoria desde 1º de julho de 1991.

5) Quais são os critérios e parâmetros considerados pela Comissão de Financiamento à Exportação

para aprovar a concessão de empréstimos com recursos do PROEX? Em que medidas tais critérios levam em conta a geração de renda em território brasileiro, através da contratação de trabalho nos mais diversos graus de qualificação e da venda de máquinas e equipamentos fabricados internamente?

6) Enviar cópia das atas da reunião da Comissão de Financiamento à Exportação realizadas a partir de 1º de junho de 1991.

7) Dos financiamentos concedidos durante toda a existência do FINEX e do PROEX, informar os que não estão cumprindo as condições contratuais originais relativas ao pagamento dos encargos e amortizações, informando o montante da dívida vencida e não paga e da dívida vincenda.

Justificação

O PROEX, bem como os programas destinados a empréstimos e financiamento de bens e serviços ao exterior, tem como finalidade a geração de empregos e o aumento de renda no mercado interno, através das exportações de bens e serviços. Ocorre, entretanto, que parcela considerável dos recursos desses programas tem sido carreada para financiar a construção de obras civis no exterior, as quais geram renda e emprego, principalmente nos países beneficiários do financiamento. Tendo em vista a enorme escassez de recursos para o financiamento de investimentos que gerem renda internamente, não se justifica decisão governamental de priorizar investimentos no exterior.

A revista *IstoÉ*, de 5 maio de 1993, noticia que o Ministério da Fazenda vem exercendo pressões sobre os membros da Comissão que autoriza a liberação dos financiamentos do PROEX, com vistas a aprovar empréstimos no valor de US\$ 115 milhões para a construção de obras no Peru. Além das inconveniências anteriormente apontadas, este financiamento comprometerá a totalidade dos recursos orçados para o PROEX em 1993 constantes do orçamento da União — Cr\$ 3.451.306.898. 000,00 (equivalentes a, aproximadamente, US\$ 100 milhões), tornando-se fundamental o envio de tais informações ao Senado Federal.

Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com muita honra, concedo o aparte a V. Ex^e

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Eduardo Suplicy, quero apenas comunicar a V. Ex^e que esperava poder oferecer-lhe, já nesta sessão de hoje, alguma informação a respeito da questão levantada por V. Ex^e neste requerimento, mas, infelizmente, não houve tempo necessário para receber os dados solicitados. Espero estar de posse das informações amanhã, para fornecê-las a V. Ex^e

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço a atenção de V. Ex^e que, como Vice-Líder do Governo, está sempre procurando, aqui no Senado, responder todas as indagações dos Senadores e, particularmente, àquelas que eu mesmo tenho feito ao Governo com o objetivo de realizar uma das atribuições principais do parlamentar: fiscalizar o Executivo.

É importante salientar que, já em outra ocasião, causou certa estranheza e foi objeto de comentário da imprensa a

concessão de empréstimo a outros países para viabilizar a construção de obras civis. Cito, por exemplo, o caso do empréstimo concedido ao Irã, da ordem de 350 milhões de dólares, para a construção de obras da Andrade Gutierrez, que, segundo levantamento realizado à época, consumia boa parte dos recursos do PROEX.

Em 21 de janeiro de 1993, o jornalista Luís Nassif ressaltava que boa exportação é aquela que gera empregos e valor agregado. E, ao que consta, a Andrade Gutierrez limitar-se-ia a vender um projeto, já que máquinas, serviços e empregos seriam adquiridos diretamente no local.

Ora, há diversos aspectos a serem analisados: primeiro, a questão do mérito em si do Projeto de Financiamento às Exportações. Obviamente, exportar um serviço de engenharia, exportar a possibilidade de o Brasil construir um sistema de irrigação no Peru é algo bastante relevante.

Há um impedimento de natureza ética, pois o Ministro da Fazenda, Eliseu Resende, foi membro do Conselho de Administração da Norberto Odebrecht, entre 1983 e 1990. Em que medida estaria ele livre para pressionar a Comissão de Financiamento às Exportações no sentido de ser aprovada a concessão deste empréstimo?

Avalio que o Ministro da Fazenda tenha um impedimento de ordem ética neste caso, daí a dificuldade por que passam o próprio Ministro e o Presidente da República Itamar Franco, que, enquanto Senador, encaminhou, e teve aprovado, pelo Senado Federal, projeto segundo o qual o Presidente do Banco Central não poderia ser diretor e acionista de instituição financeira privada, nos cinco anos passados, exatamente para prevenir situações como a que agora se apresenta. É claro que o Ministro Eliseu Resende deve estar procurando a defesa do interesse público. Mas numa situação como essa — sendo S. Ex^e proveniente do Grupo Norberto Odebrecht, numa posição de tanta responsabilidade como a de Membro do Conselho de Administração, portanto, Membro da Direção daquela empresa — está agora o Ministro da Fazenda pressionando para que a Comissão de Financiamento de Exportação aprove esse projeto; é preciso que se examine isso com muito cuidado. E aí vem os demais aspectos: em que medida o financiamento de um projeto de irrigação no Peru está gerando rendas, empregos no Brasil? Em que medida esse projeto é mais prioritário do que outros, alternativos, que também precisam ser financiados?

No trajeto que fiz, de Pernambuco à Bahia, observei áreas imensas que estão à espera de projetos de irrigação, que poderiam resgatar a possibilidade de milhares de trabalhadores virem a ter um rendimento melhor do que aquele que vi, muitas vezes igual a zero, em razão do desemprego; muitas vezes, esse valor não chega a um salário mínimo; mulheres trabalham na roça, por exemplo, com uma remuneração de 50 mil cruzeiros por dia, que significam 300 mil cruzeiros por semana, trabalhando 6 dias, ou seja, 1 milhão e 200 mil cruzeiros mensais, bem menos do que o salário mínimo de abril, de 1 milhão e 709 mil cruzeiros; ou desse que acaba de ser definido, de 3 milhões, 313 mil e 300 cruzeiros. Trata-se de examinar se realmente a aprovação desse empréstimo obedeceu a critérios isentos de defesa do interesse público e de padrões mais adequados.

Sr. Presidente, gostaria de registrar, na conclusão de minhas palavras hoje, o assassinato do biólogo e líder ambientalista Paulo César Vinha, no Espírito Santo, na semana passada.

Diz o Deputado Fábio Feldmann, do PSDB, um dos mais preocupados com a questão do meio ambiente no Brasil:

“O cruel assassinato do biólogo e líder ambientalista Paulo César Vinha reabre uma ferida que vem sendo abafada no Brasil. Estamos, mais uma vez, diante da imensa fragilidade a que ficam expostos todos os que “teimam” em cuidar e preservar as instituições democráticas ou defender a vida. E assim, quatro tiros covardes calam mais uma voz apaixonada pelo ser humano e pelo planeta”.

Peço a transcrição, Sr. Presidente, desse artigo do Deputado Fábio Feldmann, publicado hoje na **Folha de S. Paulo**, pois endosso inteiramente as suas palavras, o seu alerta e a sua solidariedade a Paulo César Vinha, que foi Secretário do Meio Ambiente no Governo de Vitor Buaiz e Prefeito do Partido dos Trabalhadores em Vitória, no Espírito Santo. Vitor Buaiz teve inúmeras iniciativas preocupadas com o meio ambiente, inclusive foi um dos pioneiros em aproveitamento do papel reciclado, fazendo com que materiais escolares, no Município de Vitória, fossem produzidos numa fábrica da prefeitura a partir do aproveitamento de papel reciclado naquele Município.

“A morte de Paulo César, do índio Marçal e de Chico Mendes são cenas de um espetáculo degradante do massacre humano que tem sido promovido no Brasil à revelia de um povo que deixou de ser jovem, alegre e generoso, para transformar-se num aglomerado de analfabetos, famintos e miseráveis. Imaginem, nós que desconhecemos a sandice das guerras, das perseguições religiosas, que não enfrentamos as grandes epidemias e tragédias da natureza, hoje nos encontramos à mercê até de grupos neonazistas que andam pela calada da noite, matando jovens e vendendo a ideologia do ódio institucionalizado. Nós, que éramos o País da esperança, nos transformamos em uma casa dos horrores, onde as crianças são dizimadas pelos matadores profissionais nas ruas em que são criadas. A perda deste militante ambientalista nos reserva não só o direito do lamento de morte, mas, exatamente como ele faria, a oportunidade de gritarmos por justiça e a cobrança de medidas legais, até que se dê a apuração transparente dos fatos. Não podemos permitir que também este crime seja levado ao esquecimento e que o povo brasileiro continue submetido ao medíocre desfecho de outras histórias similares.”

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPLICY EM SEU DISCURSO.

Meio Ambiente

“TERRA DE NINGUÉM”

Fábio Feldmann *

O cruel assassinato do biólogo e líder ambientalista Paulo César Vinha, no Espírito Santo, reabre uma ferida que vem sendo abafada no Brasil. Estamos, mais uma vez, diante da imensa fragilidade a que ficam expostos todos os que “teimam” em cuidar e preservar as instituições democráticas ou

defender a vida. E assim, quatro tiros covardes calam mais uma voz apaixonada pelo ser humano e pelo planeta.

As situações de mandos e desmandos se sucedem, lamentavelmente, com maior freqüência, sem que encontremos a saída para estancar tamanha truculência. Só nos últimos meses, para citar os episódios recentes, assistimos a um circo de exibições macabras, capaz de nos mostrar o quanto estamos expostos à impunidade. Sem deixar rastros, os matadores de Chico Mendes foram deixados à solta diante da indignidade de todo o mundo. Depois, engolimos a seco a absolvição dos assassinos do índio Marçal, do Mato Grosso. Agora, a barbárie se repete, em parte incentivada pelo descompromisso de setores da sociedade com a Justiça, o que já virou uma lamentável rotina no Brasil.

Somos uma “terra de ninguém”, e ainda há quem defende a pena de morte como um mal necessário. Como se a morte fosse resolver o imenso problema agrário que virou o Brasil. Está claro, e só não enxerga quem não quer, que a divisão inescrupulosa da terra no país é o pano de fundo para tanta violência. A guerra no campo e nos grandes centros urbanos tem antecedente: o descaso com a reforma agrária, que nunca saiu das boas intenções e que é um dos pontos de partida.

A morte de Paulo César, do índio Marçal e de Chico Mendes são cenas de um espetáculo degradante do massacre humano que tem sido promovido no Brasil, à revelia de um povo que deixou de ser jovem, alegre e generoso, para transformar-se num aglomerado de analfabetos, famintos e miseráveis. Imaginem, nós que desconhecemos a sandice das guerras, das perseguições religiosas, que não enfrentamos as grandes epidemias e as tragédias da natureza, hoje nos encontramos a mercê até de grupos neonazistas que andam pela calada da noite, matando jovens e vendendo a ideologia do ódio institucionalizado. Nós, que éramos o país da esperança, nos transformamos em uma casa dos horrores, onde as crianças são dizimadas pelos matadores profissionais nas ruas em que são criadas. A perda deste militante ambientalista nos reserva não só o direito do lamento de morte, mas exatamente como ele faria, a oportunidade de gritarmos por justiça e a cobrança de medidas legais, até que se dê a apuração transparente dos fatos. Não podemos permitir que também este crime seja levado ao esquecimento e que o povo brasileiro continue submetido ao medíocre desfecho de outras histórias similares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores: Quanto mais graves se mostravam as condições de existência dos nordestinos, em consequência dos rigores de nova estiagem, o Governo, com a urgência requerida pela situação, editou a Medida Provisória nº 315, de 27 de março último. O fato dá bem o retrato fiel da administração do Presidente Itamar Franco, tantas vezes acusada de omissa ou mórora na deflagração das ações reclamadas pelo corpo social, sobretudo em instantes de maiores aflições para os brasileiros em estado de múltiplas carências.

O episódio revela, de forma incontestável, a sensibilidade do Presidente em perceber e reagir de pronto aos clamores da gente nordestina, vítima, uma vez mais, da tragédia da seca. Atesta, também, de modo indesmentível, que a equipe de S. Ex^a, irretocável quanto à probidade e competência dos seus integrantes, afina-se com as diretrizes prioritárias que visam a garantia de bem-estar social mínimo da população,

* FÁBIO FELDMANN, 37, é deputado federal pelo PSDB de São Paulo

tal como prescrita nas firmes determinações do Chefe do Governo.

O ato presidencial cumpriu o objetivo imediato de socorrer os habitantes da região, destinando uma primeira parcela de 1 trilhão e 200 bilhões de cruzeiros ao Programa Emergencial de Combate à Seca no Nordeste. Prevendo-se aplicações de 4 trilhões e 711 bilhões de cruzeiros, conta-se promover a construção de obras permanentes, como barragens, poços artesianos, açudes, adutoras, recuperação de estradas, escolas e postos de saúde, com a utilização massiva da mão-de-obra composta pelos trabalhadores rurais atingidos pela hostilidade do clima.

Para acompanhar e fiscalizar a execução dessas ações, o Presidente Itamar Franco teve o cuidado de constituir a Comissão Nacional do Programa de Frentes de Trabalho Produtivas, incumbida também da tarefa de elaboração da "Agenda do Nordeste", um plano, que se pretende definitivo, para combater e atenuar os efeitos da seca na região, a longo prazo.

Esse plano, a ser amplamente discutido com os governadores, os prefeitos e a sociedade em geral, conterá ações permanentes contra o fenômeno das secas, constituindo legado do Presidente Itamar Franco ao seu sucessor. Não se deseja, no futuro, encontrar situações como a de hoje, quando a população é obrigada a trabalhar nas obras de recuperação, e assim enfrentar, em condições melhores, as estiagens dos próximos anos.

Segundo os indicadores da Sudene, existem no semi-árido do Nordeste cerca de 1 milhão e 800 mil famílias, congregando 8 milhões e 600 mil pessoas, vítimas da seca. Os trabalhadores convocados perceberão remuneração de meio salário mínimo, pelo prazo de três meses, criando-se, com isso, a possibilidade de fixação do flagelado em sua região, evitando que venha a engrossar a corrente migratória. Não se contando a contrapartida dos Estados, fixada em 17 por cento, a convocação dessa mão-de-obra irá absorver em torno de 80 por cento da verba total de 4,711 trilhões de cruzeiros, autorizada pela Medida Provisória em comento.

Utilizando critérios baseados no número da população atingida e nos recursos hídricos existentes, os convênios assinados com os governadores de dez Estados assolados pela estiagem consagraram o regulamento para a aplicação dos recursos, e para a sua distribuição. O nosso Estado, assim como o do Ceará, devem receber a maior parcela de recursos, cabendo a cada um a soma de 847 bilhões de cruzeiros, correspondentes a 18 por cento do total.

Pelo mesmo método, caberá a Pernambuco 763,3 bilhões, ou 16,33 por cento; à Paraíba 580,8 bilhões, ou 12,33 por cento; ao Piauí 510,2 bilhões, ou 10,83 por cento; ao Rio Grande do Norte 353,3 bilhões, ou 7,51 por cento; ao Maranhão 333,5 bilhões, ou 7,08 por cento; a Alagoas 208,2 bilhões, ou 4,42 por cento; a Sergipe 133,7 bilhões, ou 2,84 por cento; e a Minas Gerais 125,7 bilhões de cruzeiros, ou 2,67 por cento.

Com isso, espera o Presidente ao menos minimizar o sofrimento dos nordestinos, ante a seca que os atinge. Calcula-se em número superior a 10 milhões de flagelados a população rural atingida, habitantes de uma área que compreende quase 60% da extensão territorial do Nordeste. Numa área de 950 mil quilômetros quadrados, integrada por 1 mil e 552 municípios, as lavouras foram destruídas pela inclemência do tempo em mais de 60 por cento deles. Em muitos, ocorreu até mesmo desabastecimento de água às áreas urbanas, conforme consigna o relatório da Sudene, apontando a existência de 850 mil flagelados da seca na região.

Na Bahia, anotaram-se 2 milhões e 700 mil pessoas atingidas; no Ceará, 1 milhão e 971 mil; em Pernambuco, 1 milhão e 488 mil; no Piauí, 1 milhão e 116 mil; na Paraíba, 950 mil; no Rio Grande do Norte, 595 mil; em Alagoas, 440 mil; e, em Sergipe, 162 mil.

Ante esse quadro, é possível entender as preocupações do Presidente Itamar Franco e as providências emergenciais adotadas. Julga S. Ex^a, acertadamente, que em seu Governo não se contribuirá para a manutenção da chamada "indústria da seca" no Nordeste, assegurando, todavia, que haverá vontade política e empenho do Ministério, para alcançar resultados duradouros nos programas de amparo aos nordestinos, para reduzir-lhes o sofrimento e acenar-lhes com melhores condições de vida no futuro.

A integração socio-econômica da região merecerá atenção permanente, evitando-se procedimentos paliativos e indutores da perpetuação da miséria. Coibir-se-á, com rigor, o desvio dos recursos emergenciais de combate à seca e as práticas clientelistas, de um lado, promovendo-se, de outro, o fortalecimento da Sudene, prestigiando-lhe o Programa de Infra-estrutura Hídrica do Nordeste.

Deve-se registrar, por oportuno, que o regime de seca deixa seqüelas no campo econômico, assim como acontece no setor social. O Produto Interno Bruto — PIB — do Nordeste foi duas vezes menor que o do Brasil, no ano passado. Após 10 meses de estiagem, o PIB não ultrapassou 59,5 bilhões de dólares, enquanto chegava a 60 bilhões e meio de dólares, em 1991.

Produzindo menos 1 bilhão de dólares, a economia nordestina empobreceu em idêntica medida. Em termos percentuais, a queda do PIB da região situou-se em 1,6 por cento, enquanto o do Brasil decrescia não mais de 0,9 por cento. Releva notar que esses números invertem as posições de crescimento, predominantes há duas décadas.

Entre 1970 e 1980, o PIB do Nordeste cresceu 8,7 por cento; o do Brasil, 8,6 por cento. De 1980 a 1990, a taxa de crescimento da região alcançou 3,3 por cento, enquanto o do País fixava-se em 1 e meio por cento. Estudos da Sudene, a propósito, atribuem ao setor agropecuário — o mais duramente castigado pelas secas — grande parte da responsabilidade pelos resultados negativos.

No restante do Território nacional, esse setor apresentou bons resultados, medidos num crescimento de 6 por cento. No Nordeste, ao revés, o desempenho experimentou queda de 8,4 por cento, ou seja, o pior resultado da produção agropecuária nordestina, desde 1971.

Conquanto o nosso Estado tenha registrado solitário aumento da produção agropecuária, as culturas de arroz, castanha-de-caju, milho, cebola e tomate decepcionaram nas áreas mais afetadas. O Piauí foi o Estado mais atingido, seguido pelo Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Alagoas e Pernambuco.

Discorrendo sobre o mesmo tema, abordamos em pronunciamento, desta mesma tribuna, uma série de depoimentos acerca dos caminhos para a prosperidade do Nordeste. O historiador Hélio Jaguaribe, por exemplo, ao prescrever a reforma das estruturas brasileiras, a elas se refere como extremamente desiguais, uma vez que a pobreza, distribuída pelas várias áreas do País, acentua-se muito mais na nossa região. Contrastando com o restante do território pátrio, os indicadores apontam no Nordeste 48 por cento da pobreza total, número que se eleva a 68 por cento, quando referentes à participação na miséria rural brasileira.

Com números referentes ao ano de 1991, asseverávamos, além disso, que 44 por cento dos pobres brasileiros são originários de regiões não metropolitanas nordestinas, e que 23 milhões de carentes brasileiros têm sua origem no interior do Nordeste. No Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, a proporção de famílias pobres situa-se entre 23 e 27 por cento; no Norte, alcança 31 por cento; na nossa região, explode em 55 por cento.

Pesquisas do UNICEF, referentes ao citado período, apontavam que 53 por cento das crianças brasileiras apresentavam algum grau de subnutrição. No Nordeste, porém, contavam-se afetadas em torno de 70 por cento das populações infantis urbana e rural. Dados do INAN reafirmavam a correção desses números, esclarecendo que a desnutrição das crianças nordestinas guardavam inteira similitude com a ocorrente em países como a Somália, o Senegal, Botsuana e Jamaica.

Igualmente trágicos, para o Nordeste, são os números referentes à alfabetização: na zona rural, pouco mais da metade da população era alfabetizada. Não se apresentavam muito melhores os indicadores sociais referentes à saúde, em geral; à educação; à higiene e à habitação, acentuando os desníveis entre os nordestinos e os habitantes de outras regiões do País, e dando-nos a certeza de que tanto a riqueza quanto a pobreza são desigualmente distribuídas entre brasileiros iguais.

É que, inobstante os estímulos e incentivos, a região mantém um dos mais baixos níveis de renda do Brasil, correspondendo a apenas 47 por cento da renda per capita nacional. Daí se depreende que o Nordeste, mesmo integrado a uma economia nacional dinâmica, está longe ainda de alcançar o bem-estar de sua população, que seja em níveis razoáveis.

Os desacertos se devem, em parte, a que o modelo de desenvolvimento adotado desconheceu as características e perspectivas regionais, ao lado de notório enfraquecimento político e institucional da SUDENE. Houve, é certo, algum crescimento do Nordeste; contudo, à conta de perversa concentração de renda, seu povo permaneceu pobre, a despeito de relativo sucesso na execução da política de incentivos fiscais.

A atividade econômica regional foi acentuadamente beneficiada. Os setores industrial, agropecuário, de telecomunicações, pesca, turismo, agroindústria e agrícola receberam estímulo, e devolveram resultados significativos. O setor industrial foi o responsável pela melhoria da geração de empregos diretos e indiretos, e pelos maiores investimentos e recolhimentos de impostos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O fato episódico, como há pouco comentado, resume condicionantes que se esgotam cada qual a seu tempo, para de novo se colocarem como desafio aos governantes. A elas sobreleva questão de fundo, envolvendo planejamento de longo prazo, que leve, na exata condução do processo, à redenção do Nordeste e ao bem-estar de sua sofrida população.

Não há, decerto, ineditismo nesse tema, pois deles nos temos ocupado com regular freqüência, sobretudo para fixar o entendimento de que a questão nordestina, dada a sua complexidade, exige soluções extraídas de profunda análise de suas invulgares características. Como já dissemos aqui, em inúmeras oportunidades, não se pode pensar o Nordeste como uma região homogênea, e nele tentar desenvolver programas uniformes, desconsiderando a diversidade de suas áreas.

Na realidade, são vários os nordestes: o da região úmida, o das áreas secas, o da zona da mata — onde não há estiagem, mas se convive com o drama das enchentes periódicas —

, o do agreste, o do sertão, para citar apenas os mais conhecidos. Assim, também, embora nem todos compreendam, são diferentes entre si os nordestinos de cada uma dessas sub-regiões, que preservam características sociais e econômicas próprias.

Há outros pontos a considerar, como advertimos freqüentemente, em qualquer projeto de desenvolvimento para o Nordeste. A rigorosa escassez de água, que flagela, a certos períodos, boa parte de seu território, seria um mito gerado pela "indústria da seca"? Haveria facilidade para resolver o angustiante problema, apenas promovendo a correta distribuição do líquido?

Pensamos que de pouco adianta beneficiar o proprietário de terras, isoladamente, fornecendo-lhe os meios para o armazenamento. É necessário que se distribua a água entre a população, preparando-a culturalmente para trabalhar a terra irrigada. Não sendo assim, as providências do poder público apenas disfarçam a verdade, contornando o desafio representado pela ocorrência das secas periódicas.

Veja-se que o fenômeno climático é, comprovadamente, cíclico. Portanto, sendo previsível a ocorrência de novas estiagens, a questão mereceria pesquisas mais aprofundadas, sobretudo no aspecto meteorológico, e que hoje se mostram, na prática, inexistentes. É preciso que se tenha sempre presente que a Região Nordeste reúne considerável massa humana, à espera de soluções, de oportunidades de trabalho, de participação, de vida, enfim.

O bem-estar da população nordestina coloca-se acima de interesses políticos, pessoais ou de grupos. Por isso, a prosperidade da região deve ser arduamente perseguida, posto que não surgirá das riquezas naturais que encerra, nem da força de trabalho que a habita, ou de incentivos oferecidos a governos e empresários locais. Virá, certamente, da correta conjugação desses fatores, aliadas à inovação de métodos e ao aperfeiçoamento dos setores administrativos e produtivos envolvidos no processo.

Vamos concluir, Srs. Senadores, sintetizando que a ação do Governo, deflagrando o Programa Emergencial de Combate à Seca no Nordeste e induzindo a elaboração da "Agenda do Nordeste", inaugura novo e produtivo método de enfrentamento colaborativo da questão nordestina, lançando as bases sólidas do projeto permanente de crescimento da região. Garantindo para o êxito do processo a mais relevante e decisiva contribuição, o Presidente Itamar Franco credencia-se, por certo, a compor o restrito elenco dos expoentes da vida nacional, merecedores do reconhecimento da posteridade.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, assiste a todo o cidadão o direito de criticar as autoridades, toda a vez que, no exercício do poder, estas incorrem em erros e desvios danosos aos interesses públicos.

A esse direito corresponde, entendo eu, o dever moral do aplauso aos acertos e bons desempenhos dos homens públicos.

Creio, pois, que deve ter sido esse o entendimento da Câmara Municipal de Presidente Médici, no Estado de Rondônia, quando aprovou, por unanimidade de votos dos vereadores presentes na sessão ordinária realizada no dia 26 de março de 1993, a Moção Conjunta nº 001/93, de autoria da

vereadora Sônia Ercília Thomazini Lopes Balau, com apoio subscrito pelos vereadores Ari Gomes de Oliveira, Manoel Urandi Vanderlei Nogueira e Sandoval Pedro de Andrade.

Refiro-me, Sr. Presidente, à moção de aplausos da Câmara Municipal de Presidente Médici ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Doutor Itamar Franco, em reconhecimento à sua decisão de mandar recuperar a Rodovia BR-364, no trecho compreendido entre Porto Velho-RO e Vilhena-RO. Esses aplausos estendem-se, também, a outras decisões presidenciais, tais como as que resultaram na retomada dos trabalhos de construção da Hidroelétrica de Samuel; no envio de helicópteros para o Estado de Rondônia, visando ao combate do narcotráfico; na construção do linhão da Usina Hidroelétrica de Samuel, levando a energia elétrica até o Município de Ji-Paraná, consequentemente, também, ao Município de Presidente Médici; e, finalmente, no aceleramento da homologação da área de livre comércio no Município de Guajará-Mirim, esta como as demais decisões fadadas a refletir positivamente no desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Ao fazer o registro dessa tão nobre quanto significativa Moção da Câmara Municipal de Presidente Médici, e ao cumprimentar os autores da proposição, não posso furtar-me a tecer, pelo menos, um comentário.

Rondônia anda tão ávida e tão carente de decisões voltadas para o seu desenvolvimento que bastaram essas medidas do Governo Federal, para que logo se manifestasse o calor do reconhecimento e dos aplausos de seu povo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ODACIR SOARES EM SEU DISCURSO.

CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI
OFÍCIO N°207/CM/93.

Presidente Médici, 92 de Março de 1993

Exmº Sr.
Odacir Soares
Senador
Brasília — DE.

Senhor Senador,

Vimos pelo presente dar conhecimento a Vossa Excelência da Moção Conjunta nº 1/93 de autoria da vereadora Sônia Ercília Thomazini Lopes Balau, com assinatura de apoio dos vereadores Ari Gomes de Oliveira, Manoel Urandi, Vanderlei Nogueira e Sandoval Pedro de Andrade, aprovada por unanimidade de votos dos vereadores presentes na sessão Ordinária realizada no dia 26 de Março de 1.993 e que a referida Moção de Aplausos ao Exmº. Sr. Presente da República Sr. Itamar Franco, foi em reconhecimento pela sua decisão de recuperar a Rodovia BR-364, no trecho entre Porto Velho-RO e Vilhena-RO, por reiniciar a construção da Hidroelétrica de Samuel, por enviar helicópteros para nosso Estado com o objetivo de combater o narcotráfico, por construir o linhão da Usina Hidrelétrica da Samuel, trazendo energia elétrica até o município de Ji-Paraná, que consequentemente abastecerá também o nosso município e por agilizar a homologação da área de livre comércio no município de Guajará-Mirim, que também trará mais dividendos para o Estado de Rondônia.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Cordialmente, — Sônia Ercília T. L. Balau, Presidente da Câmara Municipal Presidente Médici — RO.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB-AP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srº e Srs. Senadores o **Jornal do Brasil**, do Rio de Janeiro, um dos mais influentes e importantes órgãos da imprensa brasileira, publicou em sua edição de domingo, dia 02, ampla matéria baseada em importante pesquisa feita por técnicos do Ministério do Trabalho, cujos resultados impressionantes devem assustar, enormemente, a opinião pública nacional. Nos últimos três anos, destaca a pesquisa, mais de 20 milhões de pessoas foram demitidas de seus empregos no Brasil.

Este número pelas circunstâncias vividas por nosso país, espelha um panorama angustiante, cheio de incertezas, primeiro e agressivo resultado da fase recessiva porque passa a economia da nação. A recessão, todos sabem que ela existe, mas algumas fontes teimam em afirmar o contrário.

Nota-se, sem muito esforço, que a situação do mercado de trabalho espelha a certeza de que fica cada vez mais distante a chance de recolocação num setor que se apresenta, é lamentável se dizer esta verdade, cada vez mais tenso, mais conflitado, porque em consequência da crítica situação que enfrenta, viu-se obrigado, como forma mais prática de sobrevivência, a mudar seu perfil e tratar de se adaptar à nova situação.

Segundo os minuciosos estudos dos técnicos do Ministério do Trabalho, de janeiro de 1990 a fevereiro de 1993, foram registradas em todo o País, em todos os setores de atividades produtivas, 20 milhões e 200 mil demissões, por diferentes motivos, predominando, no entanto, as razões de ordem econômica. Não havendo compras, não há dinamismo no mercado, não havendo dinamismo no mercado, muitos negócios, comerciais e industriais, acabam fechando as portas e reduzindo, desta maneira, a absorção de mão de obra e o desemprego crescendo.

Este assustador registro de pesquisa significa 25.455 demissões por dia útil, ou 531.213 por mês. Um técnico do conhecido instituto de pesquisas de economia aplicada, o IPEA, o economista André Urani, destaca que, a partir do início da década de 90, houve, em razão dos graves problemas econômicos que enfrentamos, uma alteração violenta na força de produção e a participação de trabalhadores com carteira assinada se reduziu em oito pontos percentuais.

Isso tem gerado, e as ruas de todas as cidades brasileiras retratam esta triste realidade, um enorme crescimento da famosa e malfadada economia informal, que funciona como um colchão de influência que absorve o trabalhador desempregado. Mas isso ocorre, e é fácil se comprovar a afirmativa, com a perda de renda e a redução de padrão de vida.

A massa de desempregados, número, repito, tão apreciável como alarmante, ao partir para atividade informal, semi-marginal na maioria das cidades, está apenas tentando se adaptar à nova realidade que os problemas do País, como a inflação, que impede cresça a busca pelo desenvolvimento, acabaram provocando.

O que de mais grave vem ocorrendo no mercado diz respeito à maior participação da classe média na onda de desemprego, isso no Rio de Janeiro. Batendo-se contra as dificuldades de caixa, que acabam sacrificando o padrão de sobrevivência, a maioria das empresas, segundo a pesquisa, está se voltando muito mais para o profissional polivalente do que para o especializado e, elas estão preferindo, ainda mais, a prestação de serviços eventuais de terceiros.

Em São Paulo, onde se localiza a maior força de trabalho do País, a situação apresenta contornos e cores diferentes. Ali a taxa de desemprego entre profissionais de nível superior foi a que registrou maior crescimento: entre fevereiro de 1990 e 1993, o índice passou de 1,14% para 2,999%. O segundo maior aumento de desemprego em São Paulo ficou com trabalhadores que ostentam primeiro grau completo, cujas taxas foram de 4,31% para 8,55%.

O trabalho do **Jornal do Brasil**, cuja importância não pode ser contestada, cita, ainda, a pesquisa mensal de emprego do IBGE, que registra desemprego aberto nas seis regiões metropolitanas pesquisadas, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto

Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, em 5,88%. Isso corresponde a 940 mil pessoas.

Por causa da recessão econômica, o jornal, citando o DIEESE, diz que o desemprego passou em São Paulo de 10% da população economicamente ativa para 15%.

Sr. Presidente, Sr. e Srs. Senadores, impressionado com os dados transmitidos à opinião pública pelo **Jornal do Brasil**, peço que a reportagem publicada por aquele matutino seja transcrita nos Anais desta Casa, como um alerta para as autoridades do Ministério da Fazenda e Ministério do Trabalho.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSE PINHEIRO EM SEU DISCURSO:

NEGÓCIOS & FINANÇAS

Sábado 25/91 • 37

Desemprego hoje afeta mais a classe média

■ Pesquisa feita pelo Ministério do Trabalho aponta que nos últimos 3 anos foi demitido um total de 20 milhões de pessoas

ELLA MARIAHESSE
SILVIA BRANTDA

Em 1991, Géraldo Francisco Pereira, contabilista, e Alberto Carlos Von Sydow, ex-titular financeiro, foram demitidos de seus empregos. De lá para cá, Geraldo e Alberto não mais se reencontraram. Eles integram a estatística do Ministério do Trabalho que avonta 1.061 demissões por hora útil, mas que o desemprego de profissionais de nível superior aumentou em São Paulo, segundo o IBGE.

Aos 41 anos, Geraldo lamenta não poder exercer sua potencialidade profissional existente no auge de uma carreira onde a idade deveria significar apenas sonhadores de esperanças. Mas o que ela significa para ambos é a certeza de que fez cada vez mais distante a chance de recolocação em um mercado de trabalho que mudou seu perfil e augeou em cheio a classe média.

Nem mentira ou presunção que é o que o acha. A pirâmide é quem é quem, seu escudo na base. O que é o que é é sendo cortado e o resto, as gerentes e supervisores, certos para os quais a classe média se preparou ao longo da década de 80 e que agora estão sendo extintos, diz Carlos Alberto Barbosa, presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos.

Novo perfil — Tudo indica que os empregos estão novo perfil do acomodo, o que para uma faculdade é a sua forma de demora em se dedicar a capturar os profissionais demitidos para o subemprego, estimulando a terceirização e multiplicando as agências de emprego. "Já fui demitido em outras ocasiões, mas em semanas me recolocaram. Desta vez é a sua quase duas vezes de tentativa, necessária

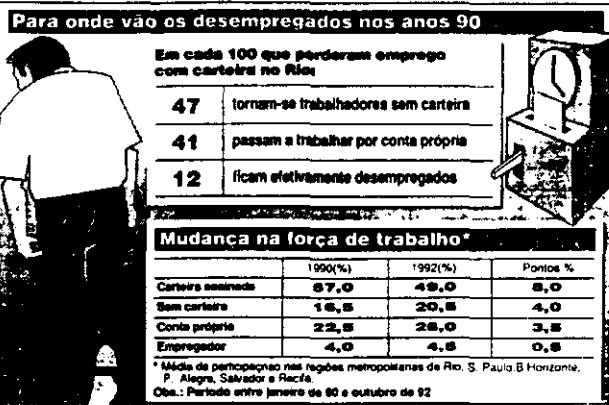
diz Alberto. De janeiro de 1990 a fevereiro de 1991 foram registradas 20,2 milhões de demissões, conforme levantamento do Ministério do Trabalho, que significam, ainda, 25.455 por dia útil ou 531.213 por mês. O economista André Faria, do Instituto de Pesquisas de Economia Aplicada (IPEA), ressalta que há no inicio da década de 90 que houve uma mudança drástica na força de trabalho — a participação de trabalhadores com carteira assinada diminuiu oito pontos percentuais.

Consequência direta é o crescimento do setor informal. O setor informal funciona como um colchão que absorve o desempregado. Mais ele absorve gerando perda de renda e padrão de vida", diz Utrama. Essa massa de desempregados, na realidade, está apenas tentando se adaptar à nova realidade, encanada em cartilha pelas dezenas de agências de emprego.

Negócio próprio — Nos dias de hoje o importante não é "você fazer certo e um fazer o que é de ser feito", ensina Carlos Barbosa, da ABRH. Miriam Adus, vice-presidente executiva da Catto, uma das agências de recolocação, explica que as empresas, hoje, optam muito mais pelo profissional polivalente do que pelo especialista e preferem ainda a prestação de serviços de terceiros. Na verdade, o desempregado da década de 90 tem a maior parte seu próprio negócio e para a terceirização diminuiu seu patamar de ganho, avalia.

Em cada uma das agências de emprego chegam, em média, dois mil currículos por mês, "trazidos por profissionais conselhos, saudade e com uma lista enorme de telefones de pessoas que possam atestar suas

qualificações", diz Claudia Melo, coordenadora de recrutamento da agência ECCO. Este profissional cursado e suado é, segundo os coordenadores de recrutamento das agências de emprego, típico da classe média — com um ótimo desempenho do braço e uma certeza — o desemprego nunca foi tão real para a classe média quanto neste início dos anos 90.



Fonte: Tabulação especial do Ipea

Nível superior é o mais afetado em São Paulo

■ A taxa de desemprego entre os profissionais de nível superior em São Paulo foi a que registrou maior crescimento, entre fevereiro de 1990 e de 1993, o dobro de desempregado por grau de instrução no Rio e em São Paulo. O índice passou de 1,14% para 2,99%. O segundo maior aumento, também em São Paulo, ficou com os trabalhadores com primeiro grau completo, cujas taxas foram de 4,31% para 8,55%.

Anda conforme a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, a taxa de desemprego aberto nas seis regiões metropolitanas levantadas ficou em 5,88% no primeiro trimestre Rio e São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife. A taxa corresponde a 940 mil pessoas.

Recendo — Segundo o diretor-técnico do Dieese, Sérgio Mendonça, entre 1990 e 1993, por causa da recessão econômica, o desemprego em São Paulo passou de 10% da

População economicamente ativa para 15%.

As taxas do Dieese são, em regra, maiores que as do IBGE, porque incluem o que é mais desemprego — o oculto pelo omissum provocado pelo desalento. O primeiro consiste a maior parada e envolve os trabalhadores que desempenham atividades não regulares. Por desalento, entende-se o de desempregado que não está procurando trabalho.

Recomendações

- Exa o currículo ou formulário de recuperação do segurado-desempregado corretamente preenchido.
- Indique a agência da Cava, mais próxima de sua casa para o pagamento do seguro-desemprego.
- Confira atentamente as informações.
- Envie enviar seu pedido pelos Correios.
- Documentos necessários: carteira de trabalho, cartão do PIS/Pasep, termo de rescisão do contrato de trabalho, com o FGTS quitado e o formulário de requisição.

Fonte: Coordenadoria do Seguro Desemprego do Ministério do Trabalho

O que você deve fazer se ficar desempregado

■ Elabore imediatamente um currículo, preferencialmente breve e sucinto, com as seguintes informações básicas: experiência profissional, formação acadêmica e habilidades. E lembre-se: não minta no currículo, pois tudo nela é checado.

■ Ligue para os amigos, parentes e conhecidos do campo profissional, contando o acontecido e pedindo claramente a colaboração deles.

■ Faça uma auto-evaluação honesta, identificando pontos fracos em seu desempenho profissional.

■ Gerencie seu maior patrimônio, a experiência — procure avaliar o que você tem a oferecer e o que o mercado realmente precisa. E adapte-se e não fique esperando o emprego das sonhas. Prepare-se para retornar ao mercado de trabalho com salário bem mais baixo e até fora de sua função.

■ Seja polivalente.

■ Aceite empregos temporários — eles vão lhe manter em contato com outras pessoas, aumentando suas perspectivas profissionais.

■ Acredite em você mesmo, por mais que a volta esteja demorando a acontecer.





Geraldo: 510 dias de procura e mais de 100 currículos já remetidos



Alberto foi forçado a entrar o carro falso por seu Papai 79, do zogro

OS PERSONAGENS

Carta-desabafo nos classificados

Geraldo Francisco Ferreira está casado, mora casado. Afirma, são 510 dias, 100 currículos, três tentativas frustradas de montar seu próprio negócio e um atraso nos classificados dos jornais, numa busca frenética por uma chance de recolocação no mercado de trabalho. Profissional que dedicava quase toda sua carreira a uma única empresa, com 20 anos de experiência a maior parte na área de informática, Geraldo, a, 44 anos, um número nas estatísticas sobre desemprego.

No prático, porém, ele é outro exemplo de como o país perde seu talento. Geraldo ocupou cargos no anúncio Supermercado Disco, sempre nas áreas contábil e de informática. Um dia, o Disco falou e Geraldo, desolado, se despiram com a falta de oportunidade só de ser ouvido —

dos 100 currículos enviados nos últimos últimos 17 meses, nenhum foi respondido. No anúncio que publicou nos classificados, ele mostrava, neste seu anúncio: "Senhores empreendedores preciso trabalhar! (...) Atosso qualquer área e salário" — é o texto.

Desabafou — "Empreguei muita gente na época do Disco, mas desde novembro de 1991, quando saiu demitido, não consegui me reempregar. Os amigos de cima sumiram, os currículos enviados foram só vici e o pior, dei sabes que é justos ao aprofundar sua carreira, quando se torna o sonhador de toda a experiência, que sempre me dá uma chance. Comecei a ouvir cogitações diantei que sabiam de um emprego para mim, mas era pouco

para a experiência que eu tinha. Era como se houvesse culpa em ser empregado."

Por três vezes elecou a abrir seu próprio negócio, mas não deu certo. Com o passar do tempo, teve de trocar seu Uno 86 por um Kombi — que usava para carregar material da mercearia que chegou a montar — e virou o anúncio tendo de andar de ônibus e vendendo um apartamento de sua propriedade em Mafra. Geraldo, que sempre fez parte das profissões de classe, medias executadas que já passaram dos 30 anos, sabe que o fator idade complica. "Quando a pessoa é jovem, falta experiência. Quando é mais velha, falta juventude. E estou cheio de disposição para trabalhar."

Alberto não vê luz no fim do túnel

"Vivo alternando momentos de extremo otimismo com profunda depressão. E não consegue deixar de sentir esta angústia em não ver a luz no fim do túnel", Alberto Carlos Vom Sydow desabafou, aos 49 anos, sob uma pilha de classificados recentemente — rotina a que diariamente se submete desde que ficou desempregado em março de 1991. Na época, estudo diretor-financeiro de uma indústria de cores e artifícios, recebia centenas de currículos de candidatos a uma vaga na empresa.

"Eu empilhava tudo na mesa e quando não tempo olhava", conta. Demolido, Alberto, vive de protagonizar o outro lado da moeda: "Por experiência própria, sabia que curva caminha — o do currículo —

poderia se levar a ser, apenas, um papel no meio de uma pilha. Mas não tinha opção, porque o tempo ia passando e não conseguia me recolocar. Respondei a todos os anúncios dos classificados de jornais, subtraindo profissionais nos últimos dois anos, bati de porta em porta e ate a motorista de táxi me candidatei."

Alberto tem nível universitário, é pós-graduado em economia e finanças, tem dezenas de diplomas de cursos de especialização e sempre atuou no mercado financeiro. Já foi gerente de produtividade, subgerente de empresa de leasing, gerente de câmbio, diretor financeiro de indústria, gerente financeiro do estaleiro Vitorino e já viu o exterior, a África, diversas vezes, entre delas para falar — com sucesso — uma ven-

da de dois navios no Canadá. Seus salários sempre foram, ou minimamente, no torno dos US\$ 1 mil.

"Hoje quem sustenta a casa é minha mulher, que ganha R\$ 1150. Vivo do que pinto. Eu, o que quer coisa, ate o balanço de hot quanto ou troca de dólares", diz sonhando. Alberto foi chamado para várias entrevistas, mas o fator idade invariavelmente acaba pesando. Os ilibados tiveram de tirar de colegas por um mero horário, o apartamento foi substituído por outro mais simples e caro. Garavam Diplomata vendido — horro e um velho Passat 20 do sítio, que o conduz. "São os padrinhos das crianças que ajudam a pagar o colega e o sogro e quem da força na hora de encher a geladeira."

Outros requerimentos

- Av. Presidente Antônio Carlos, 251 601 - Centro
Tel. 220-5119
- Rua Maestro Felicio Toledo, 513
s/loja - Niterói
Tel. 717-1783
- Avenida Brigadier Lame e Silva, 1180 - Duque de Caxias
- Rua Manoel Machado Nunes, 189 - São João do Meriti
Tel. 756-4909
- Rua Santa Fé, 250 Fundos
Macaé
Tel. 381-9756
- Praça Telmo Gonçalves Maia, s/nº - Campo Grande
Tel. 394-0002
- Rua São Luís Gonzaga, 1121 - Andar - São Cristóvão
- Estrada da Cacuia, 1.574 - Ilha do Governador
Tel. 396-4902
- Rua Leopoldina Rego, 754
Pequeno
Tel. 590-3691
- Rua Silva Cardoso, 309 - Marechal Hermes
Tel. 390-2719
- Rua Silva Cardoso, 249 - Bangu
Tel. 339-5416
- Rua Feliciano Sodré, 134 - São Gonçalo
- Av. Pres. Antônio Carlos, 251 Terreiro - Centro
Tel. 262-9122
- Rua José Clemente, 37 - Niterói
- Rua Machado de Assis, 111 - São Gonçalo
- Praça Armando Cruz, 120 - Madureira
Tel. 399-5507
- Av. Nossa Senhora da Penha, 42 - Pávola - Penha
Tel. 399-4722
- Rua Júlio César Júnior, 115 s/loja - Niterói
Tel. 768-5478

Foto: Mário Henrique de Freitas

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — A solicitação de V. Ex^a será atendida, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18h30 min, neste plenário, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 370, de 1993, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando,

nos termos regimentais, a convocação do Ministro de Estado da Fazenda, para prestar, perante o Plenário do Senado Federal, informações sobre o plano econômico divulgado pelo governo no dia 24 de abril de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.)

Ata da 75^a Sessão, em 3 de maio de 1993

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

EXTRAORDINÁRIA

Presidência do Sr. Nabor Júnior

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo, Albano Franco, Almir Gabriel, Álvaro Pacheco, Amir Lando, Aureo Mello, Bento Parga, Carlos DeCarli, Carlos Patrocínio, César Dias, Chagas Rodrigues, Dirceu Carneiro, Eduardo Suplicy, Elcio Alves, Esperidião Pedro Teixeira, Garibaldi Alves, Flaviano Melo, Francisco Rosenberg, Guilherme Palmeira, Henrique Almeida, Hydekel Freitas, Jardas Passarinho, João França, João Rocha, Jonas Pinheiro, Joséphat Marinho, José Fogaca, José Paulo Bisol, José Sarney, Jutahy Magalhães, Lavoisier Maia, Magno Bacelar, Mansueto de Lavor, Marco Maciel, Mauro Benevides, Meira Filho, Nabor Júnior, Ney Maranhão, Odacir Soares, Pedro Teixeira, Ronaldo Aragão, Ronan Tito, Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A lista de presença acusa o comparecimento de 43 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO N° 423, DE 1993

Requeiro, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam consideradas como de licença autorizada, minhas ausências às sessões dos dias 11/1, 3, 4, 5, 12, 15, 19, 25, 26/2; 2, 3, 5, 8, 12, 19, 26/3 e 2, 5, 6, 7, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 26, 27, 28 e 29/4.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1993. — Senadora Marluce Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 370, de 1993, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro de Estado da Fazenda, para prestar, perante o Plenário do Senado Federal, informações sobre o Plano Econômico divulgado pelo Governo no dia 24 de abril de 1993.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 3, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, “c”, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1993 (nº 965/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências, tendo

PARECERES, proferidos em Plenário, Relator: Senador Ronaldo Aragão

— 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável;

— 2º pronunciamento (sobre as Emendas de Plenário): favorável às de nºs 8, 9 e 42; contrário às de nº 1 a 7, 10, a 17; apresentando as Emendas nºs 18 a 41, do Relator.

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 113, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos do art. 336 “c”, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1992 (nº 2.453/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a identificação criminal pelo processo datiloscópico, a coleta e a utilização de informações para conhecimento e controle da criminalidade no País e dá outras providências, tendo

PARECER sob nº 74, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto, nos termos de Substitutivo que apresenta.

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 45, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, “c”, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1993 (nº 3.477/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a transformação de cargos vagos no âmbito das instituições federais de ensino, abrangidas pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário, Relator: Senador Bello Parga.

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 68, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, “c”, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1993 (nº 3.632/93, na Casa de origem), que acrescenta parágrafos ao art. 27 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

— 5 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 37, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, “c”, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 37, de 1993 (apresentado como conclusão de Parecer de Plenário, Relator: Senador Esperidião Amin), que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a oferecer garantia à operação de crédito a ser realizada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN e o Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente financeiro da União, no valor de um trilhão, quinhentos e setenta e quatro bilhões, setecentos e trinta e sete milhões e quatrocentos mil cruzeiros, destinada ao financiamento do Programa de Modernização do Setor de Saneamento — PMSS, naquele Estado.

— 6 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 73, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, “c”, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1992 (nº 3/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

— 7 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 91, DE 1990

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 91, de 1990 (n° 1.480/89, na origem), que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminal e dá outras providências, tendo

PARECER, sob n° 322, de 1992, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos do Substitutivo que oferece.

(Dependendo de votação do Requerimento n° 414/93, de preferência de votação do Substitutivo).

— 8 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 145, DE 1992

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 145, de 1992 (n° 3.355/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos em comissão na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília-DF, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n° 65, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania

— 9 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 17, DE 1991

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 17, de 1991, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, que dá nova redação ao inciso II do art. 40 da Constituição Federal.

— 10 —

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 40, DE 1992 — COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 40, de 1992 — Complementar, de autoria do Senador José Eduardo, que regulamenta dispositivos constitucionais que enunciam normas sobre os pagamentos pelo poder público a seus fornecedores de bens e serviços, assim como a executores de obras, e dá outras providências, tendo

PARECERES da Comissão de Assuntos Econômicos, sob n° 266, de 1992, favorável ao Projeto, com emendas que apresenta de n° 1 a 3-CAE; e

— 369, de 1992, contrário às Emendas oferecidas perante a Mesa.

— 11 —

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 119, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

De autoria do Senador Aureo Mello, que cria o Parque Nacional das Anavilhas. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 35 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. BELLO PARGA, NA SESSÃO DE 13/04/93, QUE SE

REPÚBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN-SEÇÃO II de 14/04/93.

O SR. BELLO PARGA (PFL-MA . Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores o *Jornal do Brasil* do dia 6 deste mês, em artigo de fundo, sob o título “Sinais de Respeito”, comentou a posição do Supremo Tribunal Federal na atual quadra da vida do país, em que lhe são submetidas graves denúncias, entre as quais a de crime comum contra o ex-Presidente da República, Sr. Fernando Collor de Mello, e os que a ele se juntaram na desastrosa e lamentável aventura de seu governo.

Peço vénia a V. Exª, Sr. Presidente, e aos meus nobres Pares, para ler o referido artigo, o que passo a fazer.

“Sinais de Respeito”

“O Supremo Tribunal Federal é o órgão mais importante da Justiça. É ele que sustenta, preserva e garante a Constituição. Nele desaguam as questões legais mais importantes e de solução transcedente. De sua firmeza, probidade e sabedoria, exercidas como um sacerdócio, depende a estabilidade do próprio regime. Por isto, exige-se para a nomeação de seus membros notório saber jurídico e reputação ilibada.

Do fato de que suas decisões são irretorquíveis e inapeláveis — Roma locuta, causa finita — decorre outra exigência fundamental: a de que suas deliberações sejam tomadas em atmosfera serena, livre do jogo de pressões. Ao se referir ao Supremo, os jurisconsultos empregam palavras que denotam tranqüilidade, algidez e inviolabilidade. Rui Barbosa fala em “sarcário da Constituição” e Pimenta Bueno refere-se ao “guarda da pureza” da justiça.

Devemos ter em mente estes nobres conceitos no momento em que a Corte Maior se apresta a decidir se aceita, ou não, a denúncia da Procuradoria-Geral, por crime comum, contra Fernando Collor de Mello, PC Farias e outros mais arrolados por crimes conexos.

Neste exato momento, é da mais alta importância que a cidadania e seus improvisados arautos refreiem suas ansiedades e prevenções e se levantem respeitosamente à entrada dos juízes. Convém precisar que a Justiça é cega não porque se desinteresse do mundo, mas porque não vê diferença entre as partes. Thomas Fuller dizia que não é justo o julgamento quando o juiz é o sentimento.

Mesmo em processo eivado de emocionalismo popular como esse, o compromisso maior dos ministros é com o *due process of law* e com a formação da convicção em obediência à respectiva consciência jurídica de cada um deles. O ritmo do Supremo não pode e não deve ser imposto de fora para dentro, pela grita histérica da turba isenta de responsabilidade e desprovida de saber específico, que apenas clama pelo lynchamento sumário. Num julgamento assim, estaríamos condenando a própria justiça.

É inadmissível fomentar um clima de constrangimento moral e intimidação política em torno do Supremo, pois isso equivaleria a levantar uma ameaça ao Poder Judiciário como um todo.

Durante mais de um século, o STF arbitrou as pressões do interesse coletivo, o conflito entre os Poderes e os choques entre os cidadão e os detentores do poder. Seus ministros dirimiram conflitos entre a União e os estados, fiscalizaram a constitucionalidade das leis e dos atos normativos do poder público. Ao encarnar um modelo para Justiça, o Supremo

dignificou a República. Suas vicissitudes coincidiram mesmo com as crises que ameaçaram a República.

A partir da Constituição de 1988, o Supremo Tribunal Federal retomou nova fase de impecável normalidade. Restaurou-se um padrão exemplar de conduta para a Justiça, tão combalida pelas exações praticadas durante o regime militar. Mais uma vez os brasileiros dizem "vou ao Supremo" como quem diz "vou à Justiça".

O Supremo não pode e não deve ser acuado de maneira irresponsável por organizações da sociedade civil. Estas já cumpriram seu dever. Resta agora aguardar: a Corte maior cumprirá o dela. E o fará na imparcialidade, serenidade e dignidade que a caracterizam. Os ministros estão conscientes de que a morosidade aproveita a quem descumpre a lei, não a quem tem direitos. Mas também sabem que a preservação dos direitos dos denunciados é um pressuposto essencial do estado de direito."

Assim rezou o artigo, Sr. Presidente, que não pude deixar de ler na íntegra, pela justezza dos argumentos e pela correção dos conceitos nele expostos.

Reflete o grande órgão da imprensa do país as preocupações, que são de todos nós, com o clima de constrangimento moral e de intimidação que se pretende estabelecer em torno da mais alta Corte de Justiça do país, visando a obter o rápido julgamento daqueles réus, o que equivale a verdadeira ameaça ao Poder Judiciário como um todo.

Não é incomum a exigência de decisões céleres e sumárias dos juízes, desde a primeira instância até aos Tribunais, nas questões que a eles fluem diariamente. Mesmo ao Supremo Tribunal chegam, não raro, apelos de pronto julgamento, e não só de casos momentosos, no bojo do crescente número de processos que para ali são remetidos. Esse constante assédio das partes não logra perturbar a serenidade dos juízes, cautelosos e fiéis à alta missão de distribuir justiça.

A expectativa em torno da decisão da Suprema Corte do país na ação penal intentada contra o Sr. Fernando Collor, vem se desmarginando claramente, no descontentamento de alguns grupos, em face da alegada lentidão com que anda o processo. Tal comportamento olvida, certamente, as exigências dos termos e formalidades processuais, indispensáveis às decisões interlocutórias e ao julgamento da denúncia pelo Tribunal.

Reza a Constituição que o Supremo Tribunal Federal é competente para processar e julgar, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, e o Procurador Geral da República, além dos Ministros de Estado, quando respondam por crime de responsabilidade. Essa competência originária é da mais alta gravidade: são submetidos ao Tribunal fatos que interessam a toda a Nação e que, não raro, provocam paixões e acirrados debates antes que sobre eles se forme um juízo seguro. E o julgamento a ser proferido pelos juízes nem sempre se completa ao primeiro exame: há que ponderar os fatos e a sua gravidade, há que colher razões e considerações, assim da acusação, como da defesa, até que o Tribunal possa chegar a um pronunciamento de justiça.

Se assim é, e assim deve ser, por que a pressão sobre o Ministro Relator? Por que a atoarda em torno do Tribunal, exigindo decisão sobre o que ainda está sendo processado? Por que forçar o Tribunal a desviar-se dos padrões legais para atender as repentinhas explosões dos ódios e entusiasmos

multitudinários? Por que o risco de uma solução não consensual com o Direito?

O Sr. Ney Suassuna — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BELLO PARGA — Com prazer ouço V. Ex^a

O Sr. Ney Suassuna — Senador Bello Parga, nos Estados Unidos, sempre que a Imprensa, ou qualquer segmento da sociedade pressiona um caso, imediatamente esse caso vai para uma espécie de geladeira até que o clamor passe. Para que, sob o efeito da emoção, não sejam os juízes pressionados a tomarem decisões. Por isso considero de muita importância o que V. Ex^a está dizendo. Não se pode, não se deve, não é justo se açostrar juízes que têm que tomar medidas racionais, frias e de acordo com a lei. Muito obrigado.

O SR. BELLO PARGA — Agradeço o aparte do nobre Senador que nos traz esse subsídio da ação cautelar da Suprema Corte americana, em assuntos da natureza de que estou tratando.

O Sr. Elio Alvares — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BELLO PARGA — Com prazer ouço V. Ex^a

O Sr. Elio Alvares — É uma agradável surpresa na tarde de hoje o discurso de V. Ex^a. Surpresa não só pela oportunidade do tema, mas também pelo brilhantismo com que V. Ex^a está desenvolvendo um assunto da mais alta relevância. Principalmente aqueles que estão acostumados às lides do Direito. Determinados procedimentos chegam a assustar quando existe a perspectiva de um julgamento. Tive a oportunidade de declarar que um juiz, qualquer que seja a instância, tem a obrigação exclusivamente de cumprir a exigência legal e examinar a prova dos autos. Um juiz não pode captar emoções; um juiz não pode, de forma nenhuma, no momento em que vai dar uma decisão, se ater a uma determinada conveniência, seja ela qual for, e acima de tudo. O direito brasileiro tem consagrado o respeito à figura do réu. No momento em que o cidadão figura como réu de uma ação, tem determinadas regalias que é decorrência de todo um sistema de direito implantado a nível universal, que lhe dá inclusive o direito mais elementar, que é o do julgamento justo e sereno. Quando se diz que a justiça tem que ser serena, significa que a justiça não pode viver as emoções do momento. Nesse julgamento do ex-Presidente Fernando Collor de Mello — que viveu um episódio mais ou menos assemelhado aqui dentro desta Casa, em que as componentes do julgamento, e temos de reconhecer isso — eram bastante diferentes do julgamento que está no Supremo Tribunal Federal. Houve uma decisão e, em nenhum momento — tive oportunidade também de me referir diversas vezes — deixou de haver um componente político. Mas por acaso o componente político foi presença nesse julgamento do Supremo Tribunal Federal? Não. Existe uma denúncia, apresentada pelo Procurador Geral da República, imputando ao Presidente dois crimes. O Supremo Tribunal Federal imune a qualquer tipo de pressão, pois tem de examinar exclusivamente o que está na denúncia, e aquelas razões que venham a ser arguidas ao longo do processo. E não pode quem quer que seja, principalmente a força cada vez mais atuante da imprensa brasileira, modificar uma decisão que tem que se cristalizar dentro das provas dos autos. Seria muito triste para este País, no momento em que este julgamento está no estuário imenso do Supremo Tribunal Federal, que qualquer pressão externa pudesse modificar um voto daqueles que vão ter a responsabilidade de julgar. Porque

o Supremo Tribunal Federal — é bom que se diga — é um Tribunal que não pode sofrer de maneira nenhuma qualquer influência política, ou qualquer influência externa. Esta Casa, aqui, é diferente da Câmara dos Deputados. Somos políticos, temos origens políticas, participamos de um processo que, às vezes, sem desrespeitar o texto legal, tem tônus evidentemente político, e por isso mesmo quero fazer este registro aqui. Em nenhum momento, quando a Comissão Especial foi implantada, aqui, no Senado para julgar o processo de **impeachment** do Presidente Collor, e ele reclamou muito que não lhe estava sendo dado o direito de defesa, reagi com veemência, na condição de Presidente da Comissão Especial, porque se o processo teve celeridade em nenhum momento houve descumprimento daquilo que estava preconizado no Código de Processo Penal. E o que está acontecendo, na verdade, o discurso de V. Ex^a é muito importante, porque traz agora à colação este debate; é que a exemplo do que aconteceu na Itália, em que elementos envolvidos em corrupção, elementos da classe política e da classe empresarial foram presos dentro de uma mecânica, evidentemente, imposta pela justiça italiana, bastante diferente da mecânica brasileira. Não podemos modificar determinados privilégios, a primariade do réu ou a situação de ter curso superior, tudo isso é uma mecânica que existe dentro do sistema penal brasileiro. Hoje, a visão da pena no Brasil é de readaptação daquele que transgride a norma legal.

O Sr. Odacir Soares — A questão da prisão preventiva.

O Sr. Elcio Álvares — Exatamente, a questão da prisão preventiva, que não é mais regra geral. A prisão preventiva é excepcionalíssima. Logicamente, quando o Ministro Ilmar Galvão concedeu o direito de seqüestro dos bens não o fez no sentido de um pré-julgamento. É que a norma penal é clara. Ela garante, na possibilidade de existir uma condenação do réu. Os réus continuam na posse dos bens, apenas estão registrados. O discurso de V. Ex^a é muito oportuno. Quero dizer para aqueles que cultuam o Direito, para aqueles que têm respeito profundo aos direitos do cidadão, que não podemos perder de vista isso. Hoje, o julgamento atinge o cidadão que não teve uma simpatia da opinião pública. Negar isso seria negar o óbvio. Mas não podemos perder de vista aquilo que é o direito sagrado da defesa. Qualquer cidadão brasileiro, seja ele um ex-Presidente ou a pessoa mais humilde, tem direito a uma defesa ampla. É importante dizer isso, porque eu já participei de alguns programas de televisão que criam a falsa imagem de que a Justiça só é para o pobre, não para o rico. Perante a lei todos somos iguais. É evidente que um elemento que tem mais dinheiro pode constituir um advogado brilhante e a defesa fica mais eloquente e, às vezes, até certo ponto, dar dinheiro na aplicação da pena. Isso assusta quando vêem, então, à guisa de comparação, as prisões que estão sendo realizadas na Itália, e aí se diz que no Brasil não existe Justiça, principalmente para as pessoas ricas. Não é assim. Neste momento quero emprestar minha solidariedade a V. Ex^a. Como modesto advogado, uma vida inteira dedicada à advocacia, estou feliz porque um Colega nosso erige a sua voz para defender aquilo que acho que existe de mais importante no respeito à cidadania: o direito de o cidadão ser julgado imune e livre de qualquer tipo de pressão. V. Ex^a, Senador Bello Parga, por certo está produzindo, neste instante, uma peça que ficará inscrita nos anais desta Casa como uma defesa não só da cidadania, mas sobretudo uma afirmação de que devemos, cada vez mais, cultivar os postulados de direito,

porque sem a defesa do direito na sua forma mais plena, a sociedade não será uma sociedade sadia.

O Sr. Odacir Soares — V. Ex^a me permite um aparte, Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA — Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Na semana passada, li uma entrevista do Ministro Sydney Sanches, em que ele tecia considerações a respeito da pressão que se vem pretendendo fazer sobre o Supremo Tribunal Federal. No caso, o Presidente daquela alta Corte fazia referência específica a uma entrevista que havia sido dada a uma publicação — não sei se semanal ou diária — pelo Deputado Benito Gama. Os cientistas políticos têm ressaltado, nobre Senador, o papel cada vez mais preponderante nas sociedades desenvolvidas, nas sociedades democráticas, dos chamados subsistemas sociais. Dentre esses subsistemas, os cientistas políticos ressaltam como, inclusive, sujeitos a uma reflexão maior o subsistema social dos meios de comunicação. Esses mesmos cientistas políticos, fazendo referência aos casos de corrupção na Itália, e por último a essa acusação de envolvimento do ex-Primeiro-Ministro italiano com a máfia da Sicília, reportavam-se ao fato de que o que está acontecendo na Itália seria um movimento interno da própria sociedade contra um subsistema social que lá se agigantou muito e que se transformou em uma verdadeira corporação, que é o subsistema social dos partidos políticos. Então, V. Ex^a traz à reflexão do Senado Federal questões relativas ao papel, à competência do Supremo Tribunal Federal e ao respeito que este órgão deve merecer da sociedade brasileira como a mais alta Corte de Justiça do País. Essas considerações são muito importantes na medida em que a síntese de tudo isso chama-se estado democrático de direito. A proporção que vivemos em um estado chamado democrático de direito e cultuamos e cultivamos as liberdades, os deveres, os direitos — essa interrelação natural que existe entre as pessoas naturais e entre as pessoas jurídicas —, na mesma medida em que postulamos uma democracia plena que funcione em um estado democrático de direito, estamos, naturalmente, fortalecendo as instituições, dentre as quais avulta a instituição do Poder Judiciário. Gostaria de chamar a atenção, também, para um editorial do Jornal do Brasil, de cerca de dez dias atrás, exatamente quando começaram essas pressões. Este Jornal, de maneira perfeita, eloquente, muito bonita, tecia considerações sobre o papel do Supremo Tribunal Federal, ao longo da História Republicana e ao longo da História brasileira. De forma que, com essas considerações, gostaria de cumprimentar V. Ex^a, como o fez o Senador Elcio Álvares, pela beleza do discurso, das reflexões, pela coragem de trazer essa questão a debate porque ela é, sem dúvida nenhuma, muito oportuna.

O SR. BELLO PARGA — Agradeço aos nobres Senadores Elcio Álvares e Odacir Soares esses apartes de apoio.

Reconfirma-me e me dá alento para prosseguir na minha oração verificar que o meu pensamento está sendo compreendido, sobretudo no que concerne — como muito bem assinalou o nobre Senador Elcio Álvares — à distinção que há entre os dois julgamentos: o julgamento que exercemos aqui, a sentença que prolatamos contra o Presidente da República, num julgamento político feito em nome da Nação. Temos que aguardar, agora, com a Nação, o julgamento sereno, isento, do Supremo Tribunal Federal, à luz exclusivamente dos códigos de Direito da nossa terra.

Retomo o fio da minha oração. Cabe lembrar uma citação da preferência de um meu conterrâneo, o ex-Ministro Carlos Madeira, magistrado integerrimo e culto, um dos dois maranhenses a ter assento na Suprema Corte, nesta centúria, a quem procurei ouvir quando a minha consciência de cidadão, a responsabilidade do meu mandato eletivo e o meu pensamento de político liberal me determinaram fazer este discurso. As palavras são do Ministro Thompson Flores, na homenagem a Aliomar Baleeiro:

"Pior que dar uma solução insatisfatória a um caso isolado é destruir o que Kant chamou a "fonte do Direito" — a confiança no Direito em geral e em seu caráter inviolável".

Não se pode exigir do Supremo Tribunal que abandone as cautelas que a lei e a sua própria condição de mais alta Corte de Justiça do país impõem, para satisfazer ao acondicionamento de alguns, talvez alheios aos modos e métodos do Judiciário.

O processo contra o Sr. Fernando Collor tem curso normal na Corte Suprema do país, sem elisão de suas formalidades e dos propósitos que o inspiraram. Nossa é a certeza de que, tal como tem sido desenvolvido, será em breve objeto de julgamento, com decisão proferida pelo equilíbrio e alto saber dos seus ilustres juízes. Para tanto, porém, é preciso confiar, antes de tudo, no devido processo legal, que não é o comum, mas o que está assentado no Regimento Interno da Corte.

Não esqueçamos as lições da experiência e o conselho dos doutos, que nos mostram que em todo processo há a possibilidade de agir e de se defender, mediante a distribuição de meios, que colocam a acusação e a defesa em igualdade de posição perante o Juiz. Daí, não raro, as delongas, que decorrem de exigências inafastáveis das partes, e da necessidade de atendê-las.

Em todo esse procedimento, preservemos primacialmente a integridade do Supremo Tribunal, que está cumprindo, em sua inteireza, o seu regimento interno. A experiência dos seus Juízes, a fidelidade de SS. Excias, à missão de julgar são a maior garantia de que aqueles que se desviaram de seus deveres com a Nação, por seus atos e omissões, aqueles que se desmarginaram no exercício dos poderes que lhes foram conferidos pelo povo brasileiro, serão severamente julgados. Mas não nos esqueçamos de que muitos são os atos processuais que ainda serão praticados, muitas serão as delongas, para que a Corte chegue ao julgamento da ação penal. O importante é que o processo tenha o curso regimental, de modo a chegar à decisão que a Nação espera, para expurgar da vida pública quantos a enojoaram.

Trava-se, assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma verdadeira batalha judicial, que se desenrola de acordo com as normas do Regimento Interno do Supremo Tribunal. Não se trata de um julgamento comum, mas de processo que, atendendo à condição das partes, tem andamento pontilhado de incidentes e delongas, até que se alcance o Plenário do Tribunal, em uma ou mais sessões.

Até lá, não há por que exigir decisão definitiva, pois devemos ter em conta não só a condição dos réus, mas a complexidade e a gravidade dos fatos.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. BELLO PARGA — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador, mesmo pondo-se à parte o caso do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, parece que o discurso de V. Ex^a assume grande relevo,

porque o que está em foco, na verdade, é um procedimento permanente do Supremo Tribunal Federal. O discurso de V. Ex^a nos leva à observação de que não devemos pedir ao Supremo, hoje, procedimento diverso daquele que a sociedade lhe exigió nos momentos de suspensão das garantias constitucionais. Aquela Corte foi, exatamente, nessas horas, o órgão de garantia dos cidadãos. Todos vimos o que ocorreu em 1964. O Supremo Tribunal Federal concedeu habeas corpus a Miguel Arraes; concedeu habeas corpus ao Governador de Goiás; o Supremo mudou a decisão das cortes militares para suprimir a condenação imposta a Caio Prado Júnior, um notório comunista. E ouvi, na Suprema Corte, para minha satisfação, um Ministro baiano, como o Sr. Aliomar Baleeiro, absolver um Professor de Economia, afirmando: "ensinar a economia marxista não é crime". Esses e outros fatos indicam que o Supremo Tribunal Federal, se em um ou em outro momento também cometeu equívocos, tem uma larga folha de serviço em seu favor em defesa dos direitos do cidadão brasileiro. O discurso de V. Ex^a faz com que todos nos juntemos às suas palavras para desejar exatamente que, como em outros momentos, o Supremo cumpra também, agora, com serenidade sua alta missão.

O SR. BELLO PARGA — Nobre Senador Josaphat Marinho, sou muito grato pelo seu aparte, que robustece o quanto vinha aqui expendendo, e, também, pelo fato de que provém de um jurista e professor de Direito dos mais renomados de nosso País. Fico deveras sensibilizado com sua valiosa intervenção. Seria falsa modéstia se não me sentisse lisonjeado com a participação de V. Ex^a na minha oração.

Sr. Presidente, prossigo, dizendo que a advertência do prestigioso jornal é procedente. E o que a Nação espera, Sr. Presidente, é que o Supremo Tribunal possa julgar com a segurança e a serenidade de sempre, à luz do saber de seus Juízes, a ação penal que o Ministério Pùblico intentou contra os membros do Governo deposto, recuperando a dignidade da vida pública do País.

Faça-se justiça, preservando-se a serenidade dos Juízes e a majestade do mais alto Tribunal do Brasil.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BELLO PARGA — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Estamos ouvindo com muito prazer a fala de V. Ex^a, nesta tarde, aqui no Senado Federal. Além da justeza dos princípios aqui estendidos, há de se ressaltar a provocação que V. Ex^a consegue fazer a outros Senadores que, assim, passaram também a intervir, dando suas luzes às luzes de V. Ex^a. Quero dizer que o papel do Supremo Tribunal Federal avulta exatamente num momento como este. Muitas vezes, a população fica sem entender o papel reservado ao Supremo. Quando acontecem fatos extraordinários, inequivocamente importantes, avulta o Supremo Tribunal Federal no cenário nacional, exatamente capaz de ser a decisão mais justa e adequada nascida naquele Colegiado. Por ali têm passado pessoas extraordinárias, grandes culturas, grandes formações jurídicas, mas, acima de tudo, pessoas serenas, pois o que mais se exige do Supremo Tribunal Federal é exatamente a serenidade. Não há um bom Poder Judiciário que não seja sereno. Não há uma boa decisão que não se baseie exatamente na serenidade. No caso do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, não há negar que S. Ex^a teve um julgamento, aqui no Senado Federal, sob uma visão

política, sob a ética política. Não desemos aqui às minudências jurídicas, porque essas, tanto nos aspectos cíveis, como nos criminais, cabem, nesse caso exclusivamente, ao Senado Federal. Aqui, era o processo de **impeachment**, no Supremo Tribunal Federal, uma ação penal, a reparação cível, ou o que mais possa acontecer, dentro dos princípios — como bem acentuou V. Ex^a — dos códigos brasileiros. No caso presente, acredito que está em jogo o Código Penal, basicamente o Código Penal via Código de Processo Penal, que norteia a ação penal no Direito brasileiro. Mas não havemos de esquecer os aspectos do Direito Civil, notadamente no que concerne à responsabilidade civil, penal e administrativa — esse aspecto também é importante — e há de chegar ao Supremo Tribunal Federal para exame, via Código de Processo Civil. Tal foi a complexidade que se gerou com a atividade do chamado Governo Collor que, hoje, na apuração dos fatos, é preciso um grande instrumental do Direito brasileiro — ora o Direito Privado, ora o Direito Público, mas de qualquer maneira o Direito brasileiro. Vale a pena, nesta hora, ficarmos bem atentos aos critérios atinentes às responsabilidades — responsabilidades penais, responsabilidade administrativa, a própria responsabilidade civil, tudo em jogo dentro da complexidade enorme de um número incalculável de atos, atos esses que extrapolaram o Poder Público e foram atingir os Fundos de Pensão, entidades de Direito Privado, atos que foram atingir a Petrobrás, uma empresa pública, dentro daquele princípio, tão mal inspirado no direito francês, que levou o Brasil à criação de empresas e mais empresas públicas, nas quais o Estado se traveste da condição de pessoa privada, mas opera sempre com as garantias do próprio Estado. Foram atos irregulares praticados no Ministério da Previdência, como pude pessoalmente verificar ao participar de mais de uma comissão de inquérito. De uma delas fui o Relator e observei como a responsabilidade administrativa também foi assumida em face dos ilícitos praticados, durante o Governo, no setor ministerial. V. Ex^a tem toda a razão, pelas condições especiais do caso, em face do fato de o principal implicado ser o ex-Presidente da República Fernando Collor de Mello, quando raciocina que o Supremo Tribunal Federal é o local exato onde há de se fazer justiça. E quando se diz justiça presume-se serenidade. O Poder Judiciário só decide bem quando o faz a tranquilidade de estar fazendo justiça. O Processo brasileiro é sábio, a ciência processual brasileira, quer seja no âmbito cível, quer seja no âmbito criminal, é muito evoluída. O Processo brasileiro vai num momento extraordinariamente importante, se comparado com legislação idêntica de outros povos. Dessa maneira, será possível, sim, que se cumpra essa expectativa de V. Ex^a, não apenas à luz do regimento interno do Supremo Tribunal Federal, mas também, e acima de tudo, à luz dos códigos brasileiros. Estes foram tão bem inspirados em certas horas que o Código Comercial vem de meados do século passado; o Código Civil foi elaborado antes de completarmos a segunda década do presente século; com relação ao Código Penal, que já dura algum tempo, já tentaram substituí-lo, mas não foi possível; o Código de Processo Civil é jovem; o de Processo Penal, medianamente jovem. Esse contexto de várias gerações de juristas que contribuiram para o monumento jurídico brasileiro é sábio. E garanto a V. Ex^a que o Supremo Tribunal Federal gozará de todo instrumental para alcançar a santa expectativa de V. Ex^a esta tarde aqui no Senado Federal. Parabéns a V. Ex^a pelo discurso que pronuncia, pelo sentido de justiça e pela própria serenidade que

V. Ex^a demonstra quando clama por serenidade também. Muito obrigado.

O SR. BELLO PARGA — Quem agradece sou eu, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, porque a substancial intervenção de V. Ex^a, recheada de argumentos jurídicos da mais absoluta clareza, auxilia a minha linha de pensamento e dá um fecho de ouro às minhas desvalidas palavras.

Mas eu não gostaria de encerrar sem dizer que este meu pronunciamento talvez valha menos pelo que eu disse aqui e muito mais pelos apartes dos meus ilustres colegas, Senadores Elcio Alvares e Odacir Soares, expoentes das leis forenses, Josaphat Marinho e Cid Sabóia de Carvalho, luminares das letras jurídicas. Os nobres Senadores vieram em defesa da minha tese e em encarecimento do pensamento de que precisamos resguardar, a todo transe, a magestade e a dignidade do Poder Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal.

Encerro, portanto, Sr. Presidente, repetindo a parte final daquele primo editorial do **Jornal do Brasil**, pelo seu cabimento e procedência na conjuntura:

“O Supremo não pode e não deve ser acuado de maneira irresponsável por organizações da sociedade civil. Estas já cumpriram seu dever. Resta agora aguardar: a Corte maior cumprirá o dela. E o fará na imparcialidade, serenidade e dignidade que a caracterizam. Os ministros estão conscientes de que a morosidade aproveita a quem descumpre a lei, não a quem tem direitos. Mas também sabem que a preservação dos direitos dos denunciados é um pressuposto essencial do estado de direito.”

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

ATO DO PRESIDENTE N° 17, DE 22-1-93

Que aposentou **JOSÉ SOARES CAMPELO**, Técnico Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe Especial, Padrão V.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para incluir a Resolução (SF) nº 77/92.

Senado Federal, 3 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE N° 31, DE 26-1-93

Que alterou o Ato nº 14, de 1986, publicado no DCN, Seção II, de 11 de março de 1986, que manteve aposentada a servidora **MARIA DO CARMO RONDON RIBEIRO SARAIVA**, no cargo isolado de provimento efetivo de Diretora, DAS-4.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para excluir a alínea e do inciso III do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, e o art. 524 do Regulamento Administrativo do Senado Federal e incluir a alínea a do inciso III do art. 40 da Constituição Federal.

Senado Federal, 3 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 34, DE 27-1-93

Que aposentou **HILTON EUCLIDES SOUZA RODRIGUES**, Técnico Legislativo, Área de Segurança, Classe Especial, Padrão V.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere este Ato, para incluir a Resolução nº 77/92, do Senado Federal.

Senado Federal, 3 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 297, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1515/92-6, resolve aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, **MARIA THEREZA DA SILVA MOTTA**, matrícula 1162, Especialista em Indústria Gráfica Legislativa/Técnicas, Primeira Classe, Padrão IV/M19, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o art. 186, inciso III, alínea c, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 3 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 298, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0622/93-1, resolve aposentar, voluntariamente, **HERÁCLITO FRANCISCO DA SILVA SANTOS**, matrícula 0820, Especialista em Indústria Gráfica Legislativa/Técnicas, Segunda Classe, Padrão IV/M15, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea a, e 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 3 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 229, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0179/93-0, resolve aposentar, voluntariamente, **FERNANDO THOMAZ DA COSTA**, matrícula 0839, Especialista em Indústria Gráfica Legislativa/Análise, Classe Especial, Padrão V/S30, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea a, e 192, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 3 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 300, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e de acordo com o que consta do Processo nº 007.859/93-7, resolve nomear **MARIA CARMELA TALENTO MOURA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, Código AS-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador **Ruy Bacelar**.

Senado Federal, 3 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 301, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.807/93-7, resolve retificar o Ato nº 144, de 1993, desta Presidência, publicado no DCN-II, de 26 de fevereiro de 1993, para manter o senhor **RODRIGO OCTAVIO DO AMARAL SOARES** no cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PMDB, Senador **Mauro Benevides**, a partir de 2 de fevereiro de 1993.

Senado Federal, 3 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 302, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições e em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta no Processo nº 007.902/93-0, resolve exonerar **SONIA GERTRUDES DE SOUZA** do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador **Elcio Alvares**.

Senado Federal, 3 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 303, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.902/93-0, resolve nomear **GERSON DA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador **Elcio Alvares**.

Senado Federal, 3 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 304, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.163/93-2, resolve aposentar, voluntariamente, o servidor **ALAOR BARBOSA DOS SANTOS**, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Assessor Legislativo, DAS-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal — Parte Especial, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa

do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea e, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o art. 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com provimentos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 3 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da Reunião da Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 2 de fevereiro de 1993

Às onze horas e cinqüenta minutos do dia dois de fevereiro de mil novecentos e noventa e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador Louremberg Nunes Rocha, reúne-se a Comissão de Educação com a presença dos Senhores Senadores João Calmon, Áureo Mello, Bello Parga, João Rocha, Darcy Ribeiro, Francisco Rollemberg, Louremberg Nunes Rocha, Meira Filho, Garibaldi Alves Filho, Saldanha Derzi, Jonas Pinheiro, Cid Sabóia de Carvalho, Levy Dias, Eva Blay, Lavoisier Maia, Valmir Campelo, Wilson Martins, Mauro Benvides, Presidente do Senado Federal, Álvaro Pacheco, Fláviano Melo, Marco Maciel, José Fogaça e Eduardo Suplicy. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Alfredo Campos, Juvêncio Dias, Mansueto de Lavor, Humberto Lucena, Amir Lando, Josaphat Marinho, Júlio Campos, Almir Gabriel, Teotônio Vilela Filho, Júnia Marise, Amazonino Mendes e Jarbas Passarinho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, passando à apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1992, que "Estabelece as Diretrizes e fixa as bases da Educação Nacional", de autoria do Senhor Senador Darcy Ribeiro, concedendo a palavra ao Senhor Senador Cid Sabóia de Carvalho que, na qualidade de Relator, emite parecer favorável ao projeto, com as Emendas de nº 12, 14, 15, 19 a 26, 28, 38, 43 a 51, 56, 58, 60, 69, 74, 75, 83 a 85, 87, 91 a 93, favorável com Subemendas às de nº 41, 76 a 82, 86 a 89; favorável em parte às emendas nº 30, 42, 52 a 55, 57, 59, 61, 62, 67 e 68; apresentando ainda, Emendas de Relator de nº 95 a 100; contrário às Emendas de nº 1 a 11, 13, 16 a 18, 27, 29, 31 a 37, 39, 40, 63 a 66, 88, 90, 94 e pela prejudicialidade do PLC 51/90, DIV 03/92, PLS 48/91, 109/91, 195/91, 200/91, 215/91, 235/91, 250/91, 289/91, 384/91, 408/91 e 88/92, que tramitam em conjunto. Usam da palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores João Calmon, Darcy Ribeiro e José Fogaça. Encerrada a discussão, o Senhor Presidente submete o parecer a votação nominal, sendo aprovado por dez votos, passando em seguida à votação do texto final do projeto que é igualmente aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam anexadas na íntegra e encerra a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Ribeiro, Secretário da Comissão, a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador **Louremberg Nunes Rocha**, Presidente.

ÍNTÉGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO

ANEXO À ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, REALIZADA EM 02 DE

FEVEREIRO DE 1993, ÀS 11 HORAS 50 MINUTOS, QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE, SENADOR LOUREMBERG NUNES ROCHA.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Declaro aberta a presente reunião da Comissão de Educação, do Senado Federal, para exame do Projeto de Lei do Senado nº 67/92, de autoria do Senador Darcy Ribeiro e outros, que estabelece as diretrizes e fixa as bases da educação nacional.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. RELATOR (Cid Sabóia de Carvalho) — (leitura do relatório pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho.)

Pergunto aos Srs. Senadores se querem uma descrição minudente de cada emenda ou se querem, apenas, acompanhar o resultado do trabalho da Relatoria. (Pausa.)

Consulto o Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Com a palavra algum Senador que queira se manifestar.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Presidente, já que ouvimos um relatório tão minucioso, não nos custa nada estender mais um pouco para ouvir sobre as emendas.

O SR. RELATOR (Cid Sabóia de Carvalho) — (leitura dos pareceres e das emendas.)

Sr. Presidente, agora vem o relatório das emendas aprovadas e rejeitadas que não necessita ser lido.

Este é o parecer, Sr. Presidente, que conclui pela aprovação do brilhante projeto do Senador Darcy Ribeiro, com todas estas modificações, que tornam o projeto de autoria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Em discussão o relatório e o parecer.

Tem a palavra o Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto apresentado pelo eminentíssimo Senador Darcy Ribeiro representa, sem dúvida alguma, uma contribuição inestimável, valiosíssimo e inexcitável à causa da educação em nosso País.

Várias vezes já me senti dominado por uma dúvida ao procurar definir o professor, o senador, o mestre dos mestres, Darcy Ribeiro. Não sei se S. Ex^a é estrela de primeira grandeza, se é astro ou um sol radioso. Tudo que se possa pensar em relação a essa figura fora de série e que é motivo de orgulho para todos nós, brasileiros, tudo o que se diga no sentido de exaltar Darcy Ribeiro é pouco.

Esse esforço que S. Ex^a realizou em tempo recorde é sem dúvida nenhuma a contribuição mais importante apresentada até hoje, para termos, finalmente, no País uma lei de diretrizes e bases digna não apenas do Brasil do presente, que ainda apresenta tantos aspectos melancólicos, mas também em relação ao Brasil do futuro.

A Câmara dos Deputados está debruçada sobre um projeto de lei de diretrizes e bases da educação há cerca de cinco anos. Aparentemente, nobre Relatora, Deputada Ângela Amin, são quatro anos, mas, na realidade, são cinco anos. Estou nesta Casa há apenas 30 anos: dois mandatos na Câmara dos Deputados e três mandatos no Senado Federal. Participei da Assembléia Nacional Constituinte e vi como nasceu o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases à época da Constituinte.

Vários constituintes, todos da área de educação, tomaram a iniciativa bem antes da promulgação da nova Carta; dirigiram-se a várias unidades da Federação, promoveram simpósios, recolheram contribuições durante cerca de um ano e meio, antes da promulgação da nova Constituição. Nesse esforço meritório, empenharam-se, bem me lembro, o Deputado e Professor Octávio Elíseo, de Minas Gerais, o Deputado Hermes Zaneti, do Rio Grande do Sul, o Deputado Jorge Hage, da Bahia. Portanto, não estou exagerando nem inflacionando o tempo de tramitação que realmente foi esse, cerca de quatro anos, mas o esforço começou antes.

Entretanto, quando esse trabalho se iniciou na Câmara dos Deputados, ainda não havia ocorrido no mundo uma das revoluções mais importantes da história da humanidade: a derrocada do comunismo na antiga União Soviética, hoje Comunidade dos Estados Independentes. O mundo mudou de forma extraordinária depois desse episódio de fabulosa importância. Por isso mesmo, creio que deve ser repetido mais uma vez aquela sábio provérbio: "Deus, às vezes, escreve certo por linhas tortas".

Foram tão amplas, tão profundas as modificações do mundo depois desse episódio que creio que foi até útil, desejável e valioso que tivesse havido esse retardamento no âmbito da Câmara dos Deputados. Eu não chegaria ao ponto de torcer para que a Câmara fosse bater o recorde do primeiro projeto de lei de diretrizes e bases, que tramitou cerca de 11 anos — não foi mestre Darcy?

O SR. DARCY RIBEIRO — Treze anos.

O SR. JOÃO CALMON — Treze anos. A briga de Carlos

Lacerda, Gustavo Capanema. Mas essa tramitação, no âmbito da Câmara dos Deputados, de quatro ou cinco anos, realmente deve ser saudada com muita efusão. "Deus escreve certo por linhas tortas".

Creio que esse atraso, esse ritmo lento, tudo isso não nos deve deixar profundamente infelizes; ao contrário. O esforço realizado pelo mestre Darcy Ribeiro foi realmente extraordinário.

Seria preciso que alguém estivesse na área da insanidade mental para subestimar a importância, realmente, transcendental desse trabalho.

Não sou educador — e proclamo invariavelmente que não o sou —, sou apenas um lutador da causa da Educação, atuando numa linha limitada, que é a da batalha da tentativa de obtenção de verbas mais vultosas para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Conheço as minhas limitações. Portanto, só mesmo com a colaboração de especialistas da área de Educação aqui do Senado e de fora do Senado poderemos realizar um grande trabalho.

Aqui no Senado, por exemplo, temos a figura notável de educador, Doutor em Educação, nosso companheiro da Assessoria, Professor Cândido Gomes, que também deu uma colaboração ao mestre dos mestres Darcy Ribeiro, além de várias outras figuras importantes da Educação que participam dos quadros do Senado.

Obtive também alguma colaboração de educadores fora dos nossos quadros. Por isso mesmo apresentei várias emendas que o nobre Relator e autor desse projeto acolheu com a generosidade que lhe é característica.

A minha atitude em relação a este projeto é altamente construtiva, é de louvação, é de elogio entusiástico.

Entretanto, ouso fazer algumas ponderações, apesar da minha falta de autoridade, sou apenas um lutador da causa da Educação, e não um educador.

Sob certos aspectos, creio que tenha sido útil esse atraso, conforme já salientei. Pedindo desculpas mais uma vez pela minha falta de autoridade para opinar sobre um documento de tão extraordinária relevância, tenho a impressão de que o ideal seria que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação fosse aprovada pelo Congresso Nacional após a revisão constitucional, que está muito próxima.

A Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, a que se referia o inovável, o inesquecível Líder Ulysses Guimarães, foi elaborada num outro clima, antes da ocorrência da revolução que acarretou a derrocada do comunismo.

Naquela época, fui não apenas testemunha ocular e auditiva, fui também protagonista de episódios que nunca foram divulgados e, desgraçadamente, creio que haja alguma razão importante para isso. Esses acontecimentos jamais foram registrados em rádio, em televisão, em jornais, em revistas. E, obviamente, não vou ter tempo de citá-los aqui.

Mas quis prestar um depoimento para a história da Educação no Brasil como lutador, e não como educador.

ACEITEI UM CONVITE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, E DO INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, criado pelo inovável mestre Anísio Teixeira. Esse órgão esteve numa certa época sob a direção do Professor Darcy Ribeiro ou do Professor Lourenço Filho, não tenho muita certeza. Eles pediram a educadores que prestassem depoimentos sobre a sua atuação na área de educação. O primeiro a ser convidado era um sol da educação brasileira, estrela de primeira grandeza, Professor e Deputado Florestan Fernandes.

Fui o segundo a depor e revelei, naquela oportunidade — tudo o que disse foi gravado em áudio e vídeo — tudo o que não foi possível ser divulgado na Constituinte. Por isso mesmo entendo que, se acelerarmos demasiadamente a tramitação desse enriquecedor projeto, talvez — digo talvez porque conheço a minha insignificância na área educacional — não estejamos prestando o maior serviço a essa causa da qual depende tudo no Brasil: uma distribuição mais justa, mais humana, mais equitativa da renda nacional, educação da classe política, pois sua maioria esmagadora está despreparada para o exercício de seus mandatos.

Creio, portanto, que a idéia que está sendo analisada neste momento talvez possa ser objeto de uma revisão e seria a aprovação imediata — em duas, três ou quatro sessões — desse texto a ser enviado ao plenário do Senado. Como o Regimento Interno do Senado, no seu art. 58, § 2º, inciso I, determina com a maior clareza que bastará a assinatura de nove Senadores para que esse projeto no plenário do Senado fique aberto para apresentação de emendas, não creio que esse ritmo de blitz, esse ritmo tão acelerado e que é justificável dentro da lentidão da tramitação de outros projetos de LDB na época de Gustavo Capanema e de Carlos Lacerda agora mesmo na Câmara dos Deputados. Por isso mesmo não estou fazendo nenhuma proposta concreta. Estou fazendo com a maior humildade — pude proclamar as minhas limitações, minhas deficiências na área da educação — estou fazendo essa reflexão, essa ponderação.

A idéia de que não seria cem por cento desejável a aprovação desse rico e valiosíssimo projeto antes da revisão constitucional talvez possa ser acolhida. A Constituição de 1988 foi elaborada à luz de outros fatos, outros acontecimentos e, como o mundo mudou, é necessário que nós — na revisão

constitucional — realizemos um esforço para aprimorar ainda mais o trabalho feito até agora na Câmara dos Deputados e essa extraordinária contribuição que o mestre dos mestres, Darcy Ribeiro, está nos dando nesse momento.

Citaria só um exemplo rápido e gosto de tentar estar sempre com os pés no chão e não na estratosfera. Só um fato concreto para demonstrar que várias coisas que existem na Constituição atual devem ser modificadas até mesmo antes de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Sei que a aposentadoria dos professores é uma criação — diria aposentadoria precoce — desculpem-me a violência do adjetivo — é anterior à Constituição de 1988 que confirmou essa considerada conquista do magistério. Apesar de ser leigo em termos educacionais, nenhum país do mundo garante aposentadoria a professoras após 25 anos de trabalho e a professores após 30 anos de trabalho.

Ainda ontem ou anteontem, alguém me indicava um artigo da Constituição cubana — se eu estiver errado, por obséquio, os mestres aqui presentes me corrijam —, de regime socialista, onde existe essa exigência de 25 anos de trabalho para professoras e 30 anos para professores, mas é fixada uma idade limite: nenhuma professora pode aposentar-se com menos de 50 anos e nenhum professor pode aposentar-se com menos de 60 anos de idade.

Confesso que não folheei a Constituição de Cuba, que ainda é um país socialista que conseguiu êxitos extraordinários, incontestáveis. O mais delirante, reacionário e retrógrado ditísta não pode deixar de reconhecer que Cuba realmente avançou, de maneira extraordinária, nas áreas de educação e saúde.

Eu poderia dar mais de 10 exemplos, mas a minha sugestão é muito mais um apelo, para que todos nós, na reunião de hoje, assumamos um compromisso de dedicar a este projeto riquíssimo, valiosíssimo dos eminentes Senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel, que foi um notável Ministro da Educação, e do jurista eminentíssimo, nosso colega Maurício Corrêa, hoje emprestado ao Poder Executivo, para, na base do esforço concentrado, podermos debruçar mais algum tempo sobre esse projeto. A aprovação rapidíssima, em tempo recorde, em ritmo de blitz daqui para diante — porque até agora o ritmo lembra mais o tempo do Guatá Capanema e do Carlos Lacerda — para realizarmos esse esforço concentrado, que obviamente não poderá terminar ainda este ano, deixando que a Câmara dos Deputados prossiga nos seus esforços para concluir a sua tarefa, creio que estejamos dando uma contribuição razoável para causa da educação.

É tão raro termos o prazer do **quorum** na nossa Comissão de Educação, que há sempre a tentação de aproveitar essa exceção para fazermos algumas ponderações. Creio que, com essa sugestão, não estamos procurando torpedear um esforço realmente extraordinário do professor e mestre dos mestres, Darcy Ribeiro, do Senador Marco Maciel, do Senador Maurício Corrêa, e do outro mestre dos mestres que é o Professor Fernando Henrique Cardoso. Fica aqui a minha sugestão, com a profunda convicção de que, se cumprirmos o projeto que está sendo objeto de cogitação hoje, com a grande aceleração real da tramitação desse projeto, vamos ter de enfrentar uma batalha no plenário, e sabemos das deficiências do funcionamento do plenário, da dificuldade de obtenção do **quorum**.

Fica, aqui, com meu pedido de perdão ao meu mestre, esta figura estelar da educação brasileira, orgulho de todos nós — não apenas brasileiros porque ele é uma figura de

projeção nacional — esta humilde, despretenciosa e desautORIZADA colaboração. Perdoem-me.

O SR. PRESIDENTE (Lourenberg Nunes Rocha) — Concedo a palavra ao autor do projeto.

O SR. DARCY RIBEIRO — Sr. Presidente, Sr. Senador Marco Maciel, co-autor juntamente comigo deste projeto, Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho que teve a bondade de acolher o trabalho que fizemos e, com uma atitude de solidariedade muito bonita, acolheu também o parecer que tinha preparado o Senador Fernando Henrique Cardoso e teve a paciência também de aceitar o esforço que nós fizemos, com a Assessoria do Senado, para digerir as diferentes emendas, num esforço realmente extraordinário. E por fim, principalmente, meu queridíssimo Senador da Educação, João Calmon, por quem tenho um imenso respeito e a quem chamo sempre de Senador da Educação e o Brasil sabe de que eu não estou mentindo. Foi esse homem que assegurou as bases materiais para que a educação brasileira se fizesse.

É preciso que o Brasil venha a gastar mais, mas não conseguiu gastar ainda o que o João Calmon propôs. É um Calmon vigilante. Ainda, agora, outra vez, os tecnocratas quiseram tirar recursos que, constitucionalmente, pertencem à educação e foi a sua vigilância — inclusive, fiquei meio envergonhado quando S. Ex^a veio me contar porque também eu devia ter a obrigação de ver e não teria visto — que evitou a aprovação desse despautério, desse absurdo de que uma tremenda massa de recursos que estará disponível se perdesse para a educação. Não fosse a vigilância diuturna, vital, do nosso Calmon.

João Calmon, meu querido Senador, primeiro quero dizer que eu adoro que V. Ex^a me elogie. Eu sou carente, carente de elogio e carente de carinho. Eu necessito disso e quando V. Ex^a me elogia, assim, tão astronomicamente, chamando-me de estrela, de astro, eu gosto muito. Quero ter outra oportunidade de ouvir coisas assim porque eu sou carente. Eu sou um homem até bem elogiado, bem aceito no mundo, mas é que, no fundo, eu tenho uma desconfiança de mim mesmo, não creio em mim. Então, esta carência faz com que eu precise ouvir, de vez em quando, alguém dizer bem de mim. Sofro muito quando escrevem contra mim.

Há pouco tempo, saiu um livro que não fala de mim num assunto de que trato, fiquei envergonhadíssimo, não dormi à noite e pensei: "Sou descartável, podem tratar desse assunto sem falar de mim". Fiquei horrorizado com a hipótese de ser descartável.

Pois bem, por isso mesmo é que necessito muito desse alento e, quando o alento vem de um homem como João Calmon, é tanto melhor, é tanto mais bonito, é tanto mais gratificante.

Estou neste assunto de educação e de diretrizes básicas há 40 anos. Participei intensamente, com o Sr. Anísio Teixeira, da luta pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação. De um lado, estavam Carlos Lacerda e D. Hélder. Câmara que, naquele tempo, era de um Igreja que tinha uma posição diferente da sua opinião de hoje, mas era aquela posição privatista. De outro lado, estava Anísio Teixeira, estava eu como seu auxiliar e com ele aprendi sobre educação.

Por uma coincidência puramente episódica, eu estava no Ministério da Educação quando a Lei foi promulgada e fiz as sanções no veto — redigi essas sanções — e fui eu que a pus em exercício. Isso me deu a oportunidade de instalar o primeiro Conselho Federal de Educação, de criar os primeiros

ros fundos de educação e uma coisa muito bonita: no breve período em que estive no Ministério, consegui que, naquele ano, se gastasse 11,4% — quase que alcançamos os 12% da obrigação constitucional de então. Foram gastos 11,4%. Essas verbas depois cairam a 4,7% e estão por aí.

O SR. JOÃO CALMON — Naquela época, era só 10% que a Constituição determinava.

O SR. Darcy Ribeiro — Mas a Lei de Diretrizes e Bases tinha passado para 12% e consegui 11,4%. Realmente, foi uma coisa extraordinária que nunca mais se repetiu. Pois bem, o fato de eu ter posto em execução a lei, faz com que eu fique vinculado a ela.

Estava eu no exílio, quando a Lei de Educação ou a educação brasileira bateu-me às costas, chamando minha atenção. Isso aconteceu em Paris, quando, numa reunião da Unesco, um sociólogo argentino disse algo a respeito do Brasil depreciativa, que eu não teria tolerado, mas tive que fazê-lo. Ocorreu que uma pessoa fez o comentário de que o Brasil tinha saltado de quatro para oito séries no Ensino Fundamental. E o argentino fez uma pilharia ao brasileiro. Realmente, aquela era uma vontade generosa, uma atitude fantástica aspirar oito anos. Passar de quatro a oito anos é uma total impossibilidade. As outras nações, para oferecerem um ano a mais na educação obrigatória, levaram anos de preparação do professorado e do material didático. Aquela generosidade, portanto, não funcionou. Fiquei preocupado e nada podia fazer a esse respeito. Várias vezes, como exilado, no exterior, sentia o desejo de estar aqui, para participar de debates, para participar das lutas nacionais. E eu estava lá de mãos e pés atados, e era impossível para mim ter qualquer influência sobre a questão.

Cheguei aqui há dois anos e, durante esse tempo, minha preocupação fundamental foi a Lei de Diretrizes e Bases. Não são apenas dois anos, porque, se somo a isso os meus quarenta, pois há quarenta anos que estou trabalhando nesse assunto. Se somo a esses quarenta os quarenta em Educação e os cinqüenta do Senador João Calmon, que ajudou a fazer a lei, se somo a experiência do meu querido amigo Cândido, um dos mais extraordinários assessores desta Casa, e a de outros como, por exemplo, a do Fernando, a da Maria do Céu, que estão na Educação há anos, teríamos um resultado de cem anos. Há um século de experiência acumulada atrás desse projeto, atrás desse texto. Eu tenho orgulho dele. Tive, ontem, uma dessas idéias poéticas, exageradas, que temos sobre nós mesmos, sobretudo, um homem vaidoso como eu. De repente, pensei: Mas é algo dimiúrgico. Vem de Deus. O que é a divindade senão aquele instituidor das leis? O feixe de leis que organizou a realidade, que fez o mundo e que, sob sua pauta, para que o mundo se transforme. Vamos fazer uma coisa demíúrgica! Essa lei vai defender o destino de quarenta milhões de brasileiros. A máquina da Educação é de quarenta milhões. Alguém me disse: — Mais do que a população argentina. São quarenta milhões! Se somamos as crianças que estão na escola, os professores, os formadores da Educação, veremos que se trata de uma imensa máquina. E apodrecendo, ruim, má, de um ensino primário que não alfabetiza nem 50%, nem em São Paulo. O ensino médio, reduzido há três anos, não funciona. Os alunos ficam preparados de maneira cada vez pior para ingressarem na universidade. Quanto ao Ensino Superior, repito sempre: na maior parte dos casos, o professor faz de conta que ensina e o aluno faz de conta que aprende. Pode o Brasil ir adiante com essa

pedra amarrada no pé, nesse momento em que os Estados Unidos transformaram toda a sua educação para competir com o Japão e a Alemanha? Se os Estados Unidos, que têm uma extraordinária escola pública, fazem esse esforço, imagina o Brasil!

Os Estados Unidos acabam de fazer uma coisa violentíssima. O Presidente anterior estabeleceu um exame de Estado, ou seja, todas as escolas têm exame de Estado. Não se trata de exame para o aluno, mas para a escola e para o professor. Esse tipo de avaliação é de uma importância enorme. E podemos continuar com a educação que temos? Peço, então, ao meu querido Senador João Calmon que medite sobre isso. Qual foi a minha atitude, quando cheguei nesta Casa e comecei a estudar o programa em que eu podia falar enquanto Parlamentar? Foi preparar emendas para o projeto da Câmara. O Senador João Calmon tem conhecimento disso. Preparei quarenta e uma emendas, aquelas que me pareciam indispensáveis. Levei-as à Câmara. E, durante meses, naquela Casa, falei com os Deputados, tentei convencê-los para o que me parecia indispensável. Por que eu fiz isso? A minha convicção era e é a de que se a lei que está na Câmara for aprovada é um desastre para o Brasil. Ela é capaz de durar 20 anos e é desastrosa. Não é desastrosa porque manda matar professor não; é desastrosa porque ela congela uma educação ruim, ela congela uma situação na educação que não funciona. Então, realmente eu fiz todo o esforço, onde era devido esforçar, na Casa que era apropriada, porque a lei estava lá. Eu tentei tudo que era possível para ganhar essas 41 emendas que tirariam os perigos maiores, que abriria alguma coisa, alguma possibilidade de a educação pensar em si mesma. Mas a Câmara não pensa em si mesmo ela congela, ela não muda nada, nada, no sistema que aí está. Ou seja, ela permite que as escolas continuem ruins, que a formação do magistério continue péssima, que o ensino médio continue depauperado como está e que o ensino superior seja a mentira que é. Isso é perigoso para o País? É perigosíssimo para o País. Nós estamos entrando na nova civilização fundada na ciência, fundada na técnica, fundada no saber. Nós não entraremos nessa futura civilização com a educação que temos, fazendo com que mais da metade dos brasileiros sejam incapazes de ler, escrever e contar. São incapazes mesmo. E a máquina que está aí não é capaz de alfabetizar o brasileiro. Não é capaz. Por tudo isso era indispensável ganhar na Câmara. As minhas 41 emendas foram misturadas com outras 1.200 emendas e examinadas como se tivesse de examinar. Foi impossível. Então, em função disso, em função do fato de que o meu esforço não teve êxito, seria talvez pretensão de um Senador se meter na Câmara dos Deputados para conseguir transformações tão substanciais? Bom, perdi. Que fazer? Cruzar os braços? Eu tenho 40 anos nisso. É meu destino, é destino do meu País. São 40 milhões de crianças, sobretudo na escola. Era preciso fazer alguma coisa. Por isso que eu fiz essa coisa de mau gosto. Pedi a ajuda do Senador Marco Maciel e disse: — Olha, temos de tentar, no Senado, fazer alguma coisa, não fazer um projeto, mas o projeto foi feito. Um projeto aberto. Eu não tenho orgulho disso, mas digo aos senhores objetivamente: o projeto que apresentamos não tem nenhuma novidade. Nada do que está ali é invenção. Não tem nenhum experimento. Não se fez no Brasil, mas se fez no mundo. Ele consubstancia uma massa de experiência fantástica, ele propõe coisas singelas. O projeto é todo muito singelo, é todo muito modesto; ele estabelece certas pautas pelas quais essa imensa máquina da educação possa se autocor-

rigir, começar a se autocorrigir. Por exemplo: eu peço um primário, um fundamental de 5 anos. A minha convicção, e eu tento estabelecer uma década da educação, aquela década da educação que a Constituição mandou fazer, eu peço que essa década comece a ser contada agora. E é minha ambição que, no curso dessa década, nós consigamos fazer uma escola primária de 5 séries, quer dizer, uma escola primária para 70 ou 80% das crianças em todos os municípios brasileiros. Ou seja, nós levaremos 10 anos para preparar o professorado, para refazer o professor, motivar, ensinar, nós levamos 10 anos para implantar o ensino fundamental para a totalidade brasileira. Já não falo no problema rural, mas no problema urbano, metropolizado, ou seja, é um esforço enorme. Também um esforço simultâneo tem que ser feito para o ensino médio, com sua formação no magistério específica, para que ele seja estruturado e para funcionar adequadamente e para receber o máximo de alunos que se possa receber. Proponho também uma série de alterações no ensino superior.

A impressão que tenho, a convicção mesmo que eu tenho, é a de que essa lei, no Senado, se ela é aprovada, ela desencadeia um processo de transformação, transformação a longo tempo, não é nenhum milagre, não vai resolver tudo em um dia, mas ela dá liberdade para que o ensino de 1º grau se redefina, para que o ensino médio se refaça, para que o ensino superior seja liberado, pois há coisas nas universidades que são absurdas. Vou citar um exemplo, um mundo moderno numa cidade como Brasília precisa de cerca de 1.800 profissões de nível superior que já estão listadas. São necessárias 1.800. E nós continuamos na loucura completa de estabelecer para o ensino superior aqueles currículos mínimos, estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação, que representa umas poucas dezenas; a Universidade só forma para aquelas dezenas. Pode uma universidade continuar enclaustrada? Pode continuar tubulada, onde uma pessoa entre no tubo odontológico, sai dentista e não tem nada a ver com os outros, nem tem opção nenhuma depois de entrar na universidade? Pode haver uma universidade fechada, como seria no século passado? É incrível.

Poderia citar vários exemplos, como também o Senador João Calmon, mas darei um só exemplo:

No Brasil, há o absurdo de contratar pelas matérias do currículo mínimo — ele é professor de tal matéria do currículo. Isso é uma besteira! Em qualquer lugar do mundo o professor dá aula de várias matérias de sua especialidade. Aqui, o professor dá aula de uma matéria específica; e, sendo o titular daquela matéria, ele quer ter assistente; então, faz o seu pequeno reino com aquela matéria. É uma loucura! Disso resulta que as nossas universidades públicas têm muito mais professores do que a de Oxford, do que Cambridge, do que Columbia. É concebível que tenhamos mais professores do que a universidade que tem mil vezes mais de produtividade científica e que gradua dez vezes mais alunos? São erros ruins que vêm do passado e que estão presentes no nível primário, médio, superior e na formação do magistério.

É chegado o momento de assumirmos a responsabilidade dessa lei. Inclusive, o projeto da Câmara dos Deputados está em andamento naquela Casa do Congresso Nacional. O meu problema não é uma competição de carreira com a Câmara dos Deputados, mas sim de dar oportunidade ao Brasil de ter uma lei capaz de funcionar e não uma lei congeladora.

Então, o apelo que faço aos meus queridos companheiros Senadores é o de que aprovem esse projeto, que é terminativo. O meu apelo carinhoso, com um beijo na testa, ao meu querido

Senador João Calmon, é o seguinte: vamos convencer os parlamentares a que não peçam discussão; vamos evitar aqueles 7 votos que representariam recurso; vamos evitar, porque, nesse caso, teremos esse projeto.

Não posso transmitir aos senhores a convicção que tenho apenas com palavras. Mas V. Ex^a viram o exame do projeto; viram, por exemplo, as contribuições luminosas do Senador João Calmon. Admitindo que, das 94 emendas propostas, aproveitamos 60. Minha atitude, no que for possível, será a de aproveitar. Como disse luminosamente o Senador Cid Sabóia de Carvalho: "qual o destino desse projeto?" Ir para a Câmara dos Deputados que irá modificá-lo. Mas se a Câmara dos Deputados modifica, ele volta aqui; e aceitaremos — o meu coração está aberto para aceitar o que a Câmara dos Deputados apresentar de correção adequado. Como eu quis mudar o projeto da Câmara dos Deputados, também intencionei o nosso. O grande perigo para nós é que ao recebermos um projeto da Câmara dos Deputados, ainda que o alteremos, ele retorna à Casa de origem, para que faça a revisão, na qual poderá cortar tudo. O perigo é continuar a Educação brasileira sem uma lei ou com uma lei inadequada.

Este é o apelo de coração, que faço aos meus queridos pares, Senadores da República.

O SR. PRESIDENTE (Lourenberg Nunes Rocha) — Em votação.

O Senador João Calmon propôs o adiamento. O Senador Darcy Ribeiro, autor do projeto, insiste em que haja votação hoje mesmo.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposta do Senador João Calmon permaneçam sentados. (Pausa.)

Há 9 votos contrários, ou seja, a favor da votação hoje. Sendo assim, a Presidência declara encerrada a discussão e passa à votação nominal do projeto.

Senador Flaviano Melo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lourenberg Nunes Rocha) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Eu queria apenas deixar caracterizada a nossa posição, que, evidentemente, se não é pelo adiamento e sim pela votação, não significa um compromisso de não recorrer ao Plenário. Porque nós entendemos que esse é um direito regimental que os Senadores podem ter a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Lourenberg Nunes Rocha) — O Senador Mauro Benevides já esteve aqui hoje e esclareceu essa parte, evidentemente, dizendo que se houver recurso, ele será encaminhado à Mesa do Senado Federal.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Se houver mais de 7 Senadores que desejem fazê-lo, poderão fazê-lo sem nenhum problema.

O SR. JOÃO CALMON — Para efeito de registro histórico, que fossem registrados os nomes dos Senadores. Porque até agora o voto foi simbólico.

O SR. PRESIDENTE (Lourenberg Nunes Rocha) — A votação seria nominal.

O voto "SIM" aprovado o parecer do Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. RELATOR (Cid Sabóia de Carvalho) — Permite-me um esclarecimento: o voto SIM aprova o parecer com

as emendas, levando o projeto a uma redação final, que será a fusão das emendas ao projeto em si.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador Flaviano Melo.

O SR. FLAVIANO MELO — “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Sr. Presidente, o nosso propósito é contribuir para que esse projeto seja imediatamente aprovado, mas também evitar uma protelação que chegue ao Plenário. Portanto, eu faria um apelo, no sentido da possibilidade de se evitar o recurso. Nesse caso, o Senador João Calmon teria que objetivar mais a sua proposta, a fim de que tivéssemos uma apreciação mais rápida.

Se isso não for possível, Sr. Presidente, o meu voto é pela aprovação do parecer do Relator.

O meu voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — O meu voto é “sim”, mas com recurso ao Plenário, porque há pontos no projeto dos quais eu discordo, embora não comprometam os objetivos globais.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sou Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador Wilson Martins.

O SR. WILSON MARTINS — (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador Meira Filho.

O SR. MEIRA FILHO — O meu voto é “sim”, com o abraço fraternal ao Senador João Calmon.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador Álvaro Pacheco.

O SR. ÁLVARO PACHECO — O meu voto é “sim”, elogiando o extraordinário trabalho do Senador Darcy Ribeiro e do Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA — “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG —

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senadora Eva Blay.

A SRA. EVA BLAY — A leitura do Relatório não foi suficiente para que eu me aprofundasse e pudesse examinar detidamente todos os pontos. Porquanto eu tenha a maior admiração pelos dois, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador Levy Dias.

O SR. LEVY DIAS — Com o Relator, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador Darcy Ribeiro.

O SR. DARCY RIBEIRO — Com o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador Lavoisier Maia.

O SR. LAVOISIER MAIA — O meu voto é “sim”, pela aprovação do projeto. Faço um apelo ao Senador José Fogaça para que não faça recurso para o Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO — Exatamente nos termos do Senador Lavoisier Maia, o meu voto é “sim”, com o apelo para que não haja recurso ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Louremberg Nunes Rocha) — São 10 votos positivos. Está aprovado o projeto e registrados os apelos ao Senador José Fogaça para que não haja apelo ao Plenário.

Está encerrada a reunião. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 36 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

1ª Reunião da Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 3 de fevereiro de 1993

Às dez horas do dia três de fevereiro de mil novecentos e noventa e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Irapuan Costa Júnior, com a presença dos Senhores Senadores Pedro Simon, Ronan Tito, Lourival Baptista, Alvaro Pacheco, José Richa, João Calmon, Jutahy Magalhães, Eva Blay, Valmir Campelo e Epitácio Cafeteira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Ronaldo Aragão, Nelson Carneiro, Marco Maciel, Guilherme Palmeira, Marluce Pinto, Pedro Teixeira, Albano Franco, Moisés Abrão e Jarbas Passarinho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir, Sua Exceléncia, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir os Senhores Embaixadores Carlos Luiz Coutinho Perez e Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro, acerca das missões para as quais estão sendo designados, bem como, para deliberar sobre as seguintes matérias: Mensagem nº 434, de 1992, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor João Carlos Pessoa Fragoso, Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, Relator: Senador Valmir Campelo; Mensagem nº 435, de 1992, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Márcio Paulo de Oliveira Dias, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, exercer o cargo de Embaixador do

Brasil junto à República do Sudão. Relator: Senadora Eva Blay; Mensagem nº 93, de 1993, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Carlos Luiz Coutinho Perez, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru. Relator: Senador Jonas Pinheiro; e Mensagem nº 95, de 1993, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela. Relator: Senador Álvaro Pacheco. Dessa forma, como determina o Regimento, o Senhor Presidente determina que a reunião torne-se secreta para ouvir os Senhores Embaixadores e para deliberar sobre as matérias enunciadas, constantes da pauta. Posteriormente, a reunião torna-se pública, e o Senhor Presidente declara cumprida sua finalidade e agradece a presença dos Senhores Embaixadores, Senadores e demais presentes, encerrando-a. Lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente indo à publicação. — Senador Irapuan Costa Junior.

2ª Reunião da Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 1993

Às dez horas do dia dez de fevereiro de mil novecentos e noventa e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Louival Baptista, com a presença dos Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Pedro Simon, Ronan Tito, Marco Maciel, José Richa, Marluce Pinto, Albano Franco, Ney Suassuna, João Calmon e Epitácio Cafeteira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Irapuan Costa Júnior, Ronaldo Aragão, Nelson Carneiro, Guilherme Palmeira, Álvaro Pacheco, Jonas Pinheiro, Pedro Teixeira, Moisés Abrão e Jarbas Passarinho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir, Sua Excelência, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir os Senhores Embaixadores Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio e Sérgio de Queiroz Duarte, acerca das missões para as quais estão sendo designados, bem como, para deliberar sobre as seguintes matérias: Mensagem nº 103, de 1993, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio, Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil no Japão. Relator: Senador João Calmon; e Mensagem nº 109, de 1993, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Sérgio de Queiroz Duarte, Ministro de Primeira

Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá. Relator: Senador Ronan Tito. Dessa forma, como determina o Regimento, o Senhor Presidente determina que a reunião torne-se secreta para ouvir os Senhores Embaixadores e para deliberar sobre as matérias enunciadas, constantes da pauta. Posteriormente, a reunião torna-se pública, e o Senhor Presidente declara cumprida sua finalidade e agradece a presença dos Senhores Embaixadores, Senadores e demais presentes, encerrando-a. Lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente indo à publicação. — Senador Irapuan Costa Junior.

1ª Reunião (Instalação), realizada em 10 de março de 1993

Às dez horas do dia dez de março de mil novecentos e noventa e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Irapuan Costa Júnior, com a presença dos Senhores Senadores Ronan Tito, Alfredo Campos, Nelson Carneiro, Divaldo Suárez, João Calmon, Hydekel de Freitas, Dirceu Carneiro, Darcy Ribeiro, Jonas Pinheiro, Marluce Pinto, Mauro Benvides, Gilberto Miranda, Marco Maciel, Jutahy Magalhães, Epitácio Cafeteira e Saldanha Derzi, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Ruy Bacial, Guilherme Palmeira, Lourival Baptista, José Richa, Gerson Camata, Albano Franco e Jarbas Passarinho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, comunicando que a presente reunião destina-se a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 1993/1994, esclarecendo antes, que preside a mesma, conforme disposição regimental contida no art. 59, § 2º da Norma Interna do Senado Federal. A seguir, manda proceder a distribuição de cédulas e convida o Senhor Senador Dirceu Carneiro para funcionar como escrutinador da eleição. Procedida a contagem dos votos, verifica-se o seguinte resultado: para Presidente: Senador Alfredo Campos, 16 votos; para Vice-Presidente: Senador Hydekel de Freitas: 16 votos. Prosseguindo, o Senhor Presidente proclama o resultado e dá posse aos eleitos os Senhores Senadores Alfredo Campos e Hydekel de Freitas convidando-os a assumirem a direção dos trabalhos. Assumindo a Presidência, o Senador Alfredo Campos agradece em seu nome e em nome do Senador Hydekel de Freitas, a honra com que foram distinguidos para exercerem os cargos para os quais foram eleitos. Declarando também, o encerramento dos trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação. — Senador Alfredo Campos.

MESA	LIDERANÇA DO PMDB	Vice-Líderes
Presidente Humberto Lucena - PMDB - PB	Líder Mauro Benevides	Valmir Campelo Jonas Pinheiro
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues - PSDB - PI	Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor	LIDERANÇA DO PDT
2º Vice-Presidente Levy Dias - PTB - MS	LIDERANÇA DO PSDB	Líder Magno Bacelar
1º Secretário Júlio Campos - PFL - MT	Líder Mário Covas	LIDERANÇA DO PRN
2º Secretário Nabor Júnior - PMDB - AC	Vice-Líder Jutahy Magalhães	Líder Ney Maranhão
3º Secretário Júnia Marise - PRN - MG	LIDERANÇA DO PFL	Vice-Líder Áureo Mello
4º Secretário Nelson Wedekin - PDT - SC	Líder Marco Maciel	LIDERANÇA DO PP
Suplentes de Secretário	Vice-Líderes Elcio Álvares Odacir Soares	Líder Irapuan Costa Júnior
Lavoisier Maia - PDT - RN Lucídio Portella - PDS - PI Beni Veras - PSDB - CE Carlos Patrocínio - PFL - TO	LIDERANÇA DO PSB	LIDERANÇA DO PDS
LIDERANÇA DO GOVERNO	Líder José Paulo Bisol	Líder Esperidião Amin
Líder Pedro Simon	LIDERANÇA DO PTB	LIDERANÇA DO PDC
	Líder Lourenberg Nunes Rocha	Líder Epitácio Cafeteira
		LIDERANÇA DO PT
		Líder Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA

E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares				Suplentes			
PMDB				PFL			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65	Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84	Gribaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Márcio Lacerda	MT-3039/30	Vago	
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05	José Samey	MA-3429/31	Vago	
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Márcio Lacerda	MS-3029/30	PSDB			
Ney Suassuna	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Almir Gabriel	PA-3245/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117
Wilson Martins	MT-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38	Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94
PFL				PTB			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Martuce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98	Affonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto de O.	- 4059/60
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92	Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos D'Carli	AM-3080/81
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28	PDT			
Elcio Álvares	ES-3131/32	Vago		Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
PSDB				PRN			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46	Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94	Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Mário Covas	SP-3177/78	Vago		PDC			
PTB				Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
Luiz Alberto	PR-4059/60	Affonso Camargo	PR-3062/3063	PDS			
Carlos D'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Lucídio Portella	PI-3055/57	Vago	
PDT				PSB + PT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
PRN				Pedro Teixeira	PP	Meira Filho	DF-3221/22
Áureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3001/02	Secretário: Luiz Cláudio de Brito			
PDC				Ramas 3515/16			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04	Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.			
PDS				Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE			
PP				(27 Titulares e 27 Suplentes)			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68	Presidente: João Rocha			
PSB+PT				Vice-Presidente: Gilberto Miranda			

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares				Suplentes			
PMDB				PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Tito	MG-3038/39	Mauro Benevides	CE-3194/95
Ney Suassuna	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49	Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32	Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78	César Dias	RO-3064/65	Juvêncio Dias	PA-3050/
Juvêncio Dias	MA-3050/	Ronan Tito	MG-3038/39	Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Pedro Simon	RS-3230/32
PFL				Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
PFL				Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
PFL				Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL				PFL			
PFL				Carlos Patrocínio	AL-3245/47	Odacir Soares	RO-3218/19
PFL				Vago		Bello Parga	MA-3069/70
PFL				Raimundo Lira	PB-3201/02	Marco Maciel	PE-3197/98
PFL				Henrique Almeida	AP-3191/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
PFL				Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Álvares	ES-3131/32
PFL				João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB Beni Veras CE-3242/43 Almir Gabriel PA-3145/47 José Richa PR-3163/64 Dirceu Carneiro SC-3179/80 Mário Covas SP-3177/78 Vago				PDC Gerson Camata ES-3203/04 Epitácio Cafeteira MA-4073/74 PDS Jarbas Passarinho PA-3022/23 Lucídio Portella PI-3055/56 Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3546			
PTB Affonso Camargo PR-3062/63 Lourenberg N. Rocha MT-3035/36 Valmir Campelo DF-3188/89 Luiz Alberto Oliveira PR-4059 Jonas Pinheiro AP-3206/07 Marlue Pinto RO-4062/63				PDT Magno Bacelar MA-3074/75 Lavoisier Maia RN-3239/40			
PRN Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-4215/18 Ney Maranhão PE-3101/02 Áureo Mello AM-3091/92				COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI (23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dario Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho			
PDC Moisés Abrão GO-3136/37 Gerson Camata ES-3203/04				Titulares Suplentes PMDB Flaviano Melo AC-3493/94 Azir Lando RO-3111/12 Mauro Benevides CE-3194/95 Ruy Bacelar BA-3161/62 Aluizio Bezerra AC-3158/59 Ronaldo Aragão RR-4052/53 Onofre Quinan GO-3148/49 Ronan Tito MG-3039/40 Gilberto Miranda AM-3104/05 Juvêncio Dias PA-3050/53 Alfredo Campos MG-3237/38 Ney Suassuna PB-4345/46 Marcio Lacerda MT-3929/30 Wilson Martins MS-4345/46 Vago			
PDS Esperidião Amin SC-4206/07 Jarbas Passarinho PA-3022/24				PPL Meira Filho DF-3222/05 Irapuan C. Júnior GO-3089/90			
PP Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3515/3516/4354. Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 4344				Titulares Suplentes PFL Dario Pereira RN-3098/ Raimundo Lira PB-3201/02 Henrique Almeida AP-3191/92 João Rocha TO-4071/72 Elcio Álvares ES-3131/32 Carlos Patrocínio TO-4068/69 Bello Parga MA-3069/72 Guilherme Palmeira AL-3245/46 Hydekel Freitas RJ-3082/83 Vago			
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE (19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Alfredo Campos Vice-Presidente: Hydekel Freitas				PSDB Titulares Suplentes PMDB Ronan Tito MG-3039/40 Mauro Benevides CE-3052/53 Alfredo Campos MG-3237/38 Flaviano Melo AC-3493/94 Nelson Carneiro RJ-3209/10 Garibaldi A. Filho ES-3154/56 Divaldo Suruagy RS-3185/86 Mansueto de Lavor RS-3076/78 João Calmon ES-3154/55 Gilberto Miranda AC-3227/29 Ruy Bacelar BA-3160/61 Cesar Dias RO-3064/65			
PFL Guilherme Palmeira AL-3245/46 Francisco Rollemberg SE-3032/33 Marco Maciel PE-3197/98 Josaphat Marinho BA-3173/74 Lourival Baptista SE-3027/28 Raimundo Lira PB-3301/02 Álvaro Pacheco PI-3085/86 Hydekel Freitas RJ-3082/83				PTB Dirceu Carneiro SC-3179/80 Lourenberg N. Rocha MT-3035/36 José Richa PR-3163/64 Marlue Pinto RR-4062/63			
PSDB Dirceu Carneiro SC-3179/80 Jutahy Magalhães BA-3171/72 José Richa PR-3163/64 Eva Blay SP-3119/20				PDT Lavoisier Maia RN-3229/40 Magno Bacelar BA-3074/75			
PTB Luiz A. Oliveira PR-4058/59 Valmir Campelo DF-3188/89 Marlue Pinto RR-4062/63 Jonas Pinheiro AP-3206/07				PRN Darcy Ribeiro RJ-4230/31 Magno Bacelar MA-3074/75			
PDT Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-3255/4215				PDS Vago PP João França RR-3067/68 Irapuan Costa Jr. GO-3089/90			
PRN Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-3255/4215				Secretário: Celso Parente – Ramais 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14:30 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3286			

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Juvenício Dias

Eva Blay Teotônio V. Filho	SP-3119/20 AL-4093/94	Mário Covas José Richa	SP-3177/78 PR-3163/64
PTB			
Louremberg N. Rocha Jonas Pinheiro Valmir Campelo	MT-3035/36 AP-3206/07 DF-3188/89	Luiz A. de Oliveira Marluce Pinto Carlos D'Carli	PR-4058/59 RR-4062/63 AM-3080/81
PDT			
Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
PRN			
Áureo Mello Ney Maranhão	AM-3091/92 PE-3101/02	Albano Franco Saldanha Derzi	SE-4055/56 MS-4215/18
PDC			
Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
PDS			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
PP			
Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

J. avulso Cr\$ 8.168,35

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.